

Sueli Maria da Silva

O Tropeirismo de Porcos:
processos mercantis e dinâmicas sócio-culturais
na região Nordeste do Rio Grande do Sul
nas primeiras décadas do século XX

Passo Fundo

2006

Sueli Maria da Silva

O Tropeirismo de Porcos:
processos mercantis e dinâmicas sócio-culturais
na região Nordeste do Rio Grande do Sul
nas primeiras décadas do século XX

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História, sob orientação do Prof. Dr. João Carlos Tedesco.

Passo Fundo

2006

Dedico este estudo aos meus pais Francisco e Alzira Mendes, pelo carinho e incentivo e à memória de meu avô José Mendes da Fonseca que foi tropeiro.

Agradeço ao meu esposo Osmar, às minhas filhas Eloísa e Elis Regina e à amiga Cloreci, que estiveram comigo nos momentos mais difíceis desta caminhada, quando muitos obstáculos pareciam intransponíveis. Eles que abriram mão de momentos de convívio, compreenderam a falta de tempo, a ansiedade e o nervosismo que fez parte dessa construção de conhecimentos.

Ao professor João Carlos Tedesco, meu orientador, que com paciência e profissionalismo indicou caminhos, compartilhou seus conhecimentos e experiências, estimulando sempre a realização da pesquisa. A todos que estiveram empenhados e contribuíram com seus depoimentos. Aos professores, amigos, colegas e alunos da Escola Estadual José Gelain de São José do Ouro. Enfim, minha eterna gratidão a todos que contribuíram para a concretização desta caminhada em busca do saber.

RESUMO

O presente estudo, de caráter histórico regional, analisa e descreve o tropeirismo de porcos que acontecia na região Nordeste do estado do Rio Grande do Sul, em especial ao norte do município de Lagoa Vermelha, no período de 1920 a 1940 e analisa ainda as suas correlações com o surgimento das agroindústrias do Oeste catarinense a Perdigão, a Sadia e também a Majestade no município de Sananduva /RS. Esse singular tropeirismo se tornou uma prática sazonal na região das matas, onde predominavam as florestas de araucárias e que recebeu significativo fluxo de migrantes italianos e seus descendentes vindos das Colônias Velhas do Estado. Sujeitos de diferentes culturas mesclaram-se nesse espaço e nas atividades laborais buscaram romper com o isolamento e alcançar os mercados para intercambiar sua produção. Na concretização da pesquisa foram utilizadas referências locais, (jornais, obras publicadas, fonte oral). A fonte oral foi de grande relevância, respondendo às indagações diante da omissão ou da ausência de documentos escritos. Com esse estudo foi possível reconstituir aspectos peculiares do tropeirismo de porcos, ressignificar o trabalho desempenhado pelos tropeiros, contextualizar os processos socioeconômicos e culturais da região na primeira metade do século XX, compreender as origens e a presença de complexos agroindustriais próximos à região e agregar também novos registros à história regional.

Palavras-Chave: história regional, migrantes, tropeirismo, agroindústrias.

ABSTRACT

The present study, of regional historical character, analyzes and it describes the tropeirismo of pigs that happened in the Northeast area of the state of Big Rio of the South, especially to the north of the municipal district of Lagoa Vermelha, in the period from 1920 to 1940 and to still analyze its correlations with the appearance of the agroindústrias of the Oeste catarinense to Perdigão, the Sadia and also the Majestade in the municipal district of Sananduva /RS. That singular tropeirismo became a seasonal practice in the area of the forests, where the forests of araucarias prevailed and that received significant flow of Italian migrants and its descendants came from of the Old Colonies of the State. Subject of different cultures they mixed in that space and in the activities you work, they looked for to break with the isolation and to reach the markets to exchange its production. For that local references were used, newspapers, published works, and especially the oral sources, that made possible the materialization of the research. With that study it was possible to reconstitute peculiar aspects of the tropeirismo of pigs, ressignificar the work carried out by the tropeiros, contextualizar the processes socioeconômicos and cultural of the area in the first half of the century XX, to understand the presence of complex close agroindustriais to the area and to also join new registrations to the regional history.

Key- Words: regional history, migrants, tropeirismo, agroindústrias.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHR - RS - Arquivo Histórico Regional (de Passo Fundo) Rio Grande do Sul
BR 285 - Rodovia Federal São Borja – Vacaria/RS
BR 470 - Rodovia Federal Bento Gonçalves (RS) a Navegantes (SC)
DF - Distrito Federal
EBTU - Empresa Brasileira de Transporte Urbano
EDIPUC - RS - Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
EST - Escola Superior de Teologia
FGV - Fundação Getúlio Vargas
IEL - Instituto Estadual do Livro
IRFM - Indústrias Reunidas Francesco Matarazzo
L &PM - Livraria
RS - Rio Grande do Sul
SC - Santa Catarina
SIBISA - Empresa Sirotsky Birmann S.A.
UCS - Universidade de Caxias do Sul
UNIJUÍ - Universidade de Ijuí
UPF - Universidade de Passo Fundo
UNOESC - Universidade do Oeste Catarinense

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Mapa dos Municípios da Região Nordeste - RS, 1998.....	20
Figura 02 - Mapa do Território do município de Lagoa Vermelha	32
Figura 03 - Municípios da região, cenários do Tropeirismo de Porcos.....	34
Figura 04 – Casal de brasileiros, Barracão –RS,1935	41
Figura 05 – Família de imigrantes italianos,São José do Ouro, 1930	42
Figura 06 - Caminhos de Tropas	50
Figura 07 - A produção pecuária no município de Lagoa Vermelha, 1919 – 1948	56
Figura 08 - Serraria – São José do Ouro, 1942.....	63
Figura 09 - Mapa da distribuição geográfica das Serrarias no RS, 1916 – 1950.....	65
Figura 10 - Instalação/serraria, São Pedro do Iraxim – São José do Ouro, 1948	68
Figura 11 - Tropas de Porcos, Arroio Mariano, Machadinho, 1936.....	77
Figura 12 - Frigorífico Freitag, Assmann & Cia. Ltda.– Piratuba, SC, 2006.....	82
Figura 13 - Rota provável dos caminhos das tropas de porcos.....	89
Figura 14 - Antônio Osório Mendes, Machadinho, RS	92
Figura 15 - Relatório de Antônio Osório Mendes	93
Figura 16 - Carreta, transportando mercadorias, São José do Ouro, 1934	96
Figura 17 - Relatório de empréstimo de dinheiro, Antônio Osório Mendes	99
Figura 18 - Os caminhões em São José do Ouro – RS, 1946	102
Figura 19 - Porco tipo banha	103
Figura 20 - Porco tipo carne	103
Figura 21 - Logotipo da Perdigão	113
Figura 22 - Abatedouro e fábrica de produtos Suínos Fritz Lorenz – 1935	115
Figura 23 - Logotipo da Sadia	119

Figura 24 - Edifício do moinho/Sadia, Concórdia (SC), 1944	120
Figura 25 - Logotipo da Majestade.....	123
Figura 26 - Cooperativa Majestade- Sananduva – RS, 1996.....	125

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1.0 A OCUPAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE DO RIO GRANDE DO SUL	19
1.1 A região Nordeste do Rio Grande do Sul	20
1.2 As frentes de ocupação do espaço regional	21
1.2.1 A frente de expansão	22
1.2.2 A frente pioneira	26
1.3 O extenso município de Lagoa Vermelha	31
1.3.1 A região das matas do município de Lagoa Vermelha	33
1.4 Os “brasileiros” e os “italianos” no contexto regional	37
1.4.1 As identidades e suas representações	40
2.0 O TROPEIRISMO E A DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIAL	
DA REGIÃO	45
2.1 Os caminhos da integração	48
2.2 Os Registros	51
2.2.1 O Passo do Pontão	53
2.3 As estâncias	54
2.4 A produção econômica da região nas primeiras décadas do século XX	57
2.4.1 A extração da erva-mate	57
2.4.2 A pecuária	59
2.4.3 A agricultura: entre a subsistência e o excedente mercantil	60
2.4.4 A extração da madeira	65

3.0 O TROPEIRISMO DE PORCOS, SUAS PECULIARIDADES E SUA REDEFINIÇÃO PRODUTIVA E MERCANTIL	73
3.1 A criação de porcos	77
3.2 As tropeadas e as varas de porcos.....	80
3.3 Os caminhos e sua logística.....	84
3.4 O tropeiro, os peões, os comerciantes e os saberes	87
3.5 O fim do tropeirismo de porcos e sua redefinição produtiva e mercantil.....	98
4.0 DA PRODUÇÃO ARTESANAL ÀS AGROINDÚSTRIAS.....	103
4.1 A crise da banha e as organizações associativas.....	103
4.2 As agroindústrias frigoríficas	108
4.2.1 A Perdigão Agroindustrial S.A.....	110
4.2.2 A Sadia	116
4.2.3 A Cooperativa Regional Sananduva de Carnes e Derivados – Majestade	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132

INTRODUÇÃO

“À historiografia cabe registrar as diferentes formas de relato dos acontecimentos da vida dos homens em sociedade, como foi apresentada a história enquanto significado de um termo que tem sua origem associada à investigação e a relatório testemunho”.¹

O presente estudo, de caráter histórico regional, tem como objetivos analisar e reconstituir o tropeirismo de porcos, a sua importância socioeconômica e cultural, e estabelecer possíveis correlações dessa atividade com o surgimento de importantes complexos agroindustriais como a Perdigão e a Sadia no Oeste catarinense, e a Cooperativa Regional Sananduva de Carnes e Derivados – Majestade, no Nordeste do Rio Grande do Sul.

O tropeirismo de porcos foi uma atividade socioeconômica singular que se fez presente na região Nordeste do Rio Grande do Sul, em especial no norte do município de Lagoa Vermelha, a denominada região das matas ou colonial², onde estão atualmente os municípios de São José do Ouro, Machadinho, Barracão, Cacique Doble, Paim Filho, São João da Urtiga, Maximiliano de Almeida, Sananduva, Santo Expedito do Sul e Tupanci do Sul.

Nesse espaço, onde predominavam as matas de araucárias e terras consideradas devolutas, a partir da última década do século XIX e nas primeiras décadas do século XX veio se estabelecer grande contingente de migrantes italianos e seus descendentes, oriundos das Colônias Velhas do Rio Grande do Sul.

¹ FELIX, Loiva Otero. História e memória: a problemática da pesquisa. Passo Fundo: UPF, 1998, p. 21-23.

² Região das matas ou colonial foi uma denominação atribuída pela Comissão de Terras às áreas onde predominavam grandes florestas, ao norte do município de Lagoa Vermelha, consideradas devolutas até o início do século XX, pelo escasso povoamento e por não contar com a presença da civilização européia.

A escolha do tema do presente estudo foi decorrente de leituras feitas em produções bibliográficas cujos focos são de cunho regional e dos questionamentos sobre as construções históricas que foram sendo processadas na região Nordeste do Rio Grande do Sul. Recorrendo a essas bibliografias, percebemos que há fatos e sujeitos históricos pouco visíveis, principalmente em se tratando daqueles que compunham as camadas sociais com menor grau de representatividade como os caboclos e demais colonos pobres³, e muitas atividades a eles relacionadas. São histórias vividas que o tempo está se encarregando de silenciar; negligenciadas, vão compondo lacunas na história.

Nos relatos de pesquisadores e análises da história dos municípios que integram a região Nordeste do Rio Grande do Sul são poucas e superficiais as referências e os registros acerca do tropeirismo de porcos. Poderíamos afirmar, com convicção, a ausência de estudos acadêmicos especificamente voltados a essa temática até o momento.

Propomo-nos, diante desses fatos, a desenvolver um estudo investigativo sobre o tropeirismo de porcos, almejando como já anunciamos identificar e reconstituir as peculiaridades inerentes a essa atividade socioeconômica, reconhecer sua importância e o significado do trabalho desempenhado pelos tropeiros, para a história da região. Buscamos também estabelecer e reconhecer as possíveis correlações da produção e o tropeirismo desses animais com as origens das agroindústrias presentes e próximas aos municípios que compõem a região Nordeste do Rio Grande do Sul. Optamos pelas agroindústrias a Perdigão e a Sadia, do Oeste catarinense, bem como a Cooperativa Regional Sananduva de Carnes e Derivados – Majestade, fundadas nas primeiras décadas do século XX.

O trabalho procura responder as seguintes questões norteadoras de nosso estudo: o tropeirismo teve relevância no conjunto das atividades desenvolvidas na região? A criação de porcos e o tropeirismo, oriundos desse espaço regional, viabilizaram a matéria-prima e o acúmulo de capital financeiro revertido em investimentos no setor industrial? Qual a correlação do tropeirismo de porcos com as agroindustriais do Oeste catarinense, a Perdigão e a Sadia e a Cooperativa Regional – Majestade de Sananduva?

O nosso recorte analítico compreende o período de 1920 a 1940, décadas em que a presença da ferrovia Rio Grande - São Paulo, embora distante da região, já promovia maior mobilidade social e econômica e já havia alguns matadouros interessados na produção da banha, enquanto as estradas e os meios de transportes eram precários. Não obstante,

³ Usaremos em nosso estudo o termo colono, sem distinção étnica, para designar todos os sujeitos que viviam na região, trabalhando na agricultura e na criação de animais, pequenos proprietários, arrendatários ou peões, mais pobres.

retrocedemos ou vamos além desse limite temporal, quando necessário, para melhor compreensão do contexto histórico em que estava inserido o tropeirismo de porcos.

Lembramos que nossa análise se dará vinculada aos processos de ocupação territorial, da dinâmica do trabalho, do processo mercantil e comercial e das construções socioculturais, da região.

A atividade tropeira pertence à época das trilhas em lugar das estradas, quando os rios eram vadeados nos passos e a produção da pecuária e agricultura precisava ser transportada a distantes centros consumidores⁴. Foi o meio pelo qual, agricultores e comerciantes venceram as distâncias, superando os obstáculos de acesso, por estar numa região desprovida de qualquer infra-estrutura.

O tropeirismo de porcos foi uma atividade socioeconômica, sazonal, subsidiária, reconhecida e vivenciada especialmente nessa região que recebeu um significativo contingente de famílias de imigrantes italianos, vindos das Colônias Velhas: “Caxias, Conde d’Eu, Princesa Isabel e Silveira Martins”, a partir das primeiras décadas do século XX.

A criação de porcos, como produto de subsistência e excedente comercializável, no período em questão (1920-1940), vinculava-se à presença das florestas, onde predominavam as araucárias e à produção agrícola, sendo o pinhão e o milho os principais alimentos dos animais.

Os tropeiros de porcos eram os “brasileiros ou caboclos” e “italianos ou de origem”, agricultores pobres ou intermediários dos matadouros e frigoríficos das regiões próximas, que conduziam os animais em tropas, por trilhas, abertas pelos nativos que viviam na região ou pelos cascos de animais.

Restam poucos contemporâneos desse período e que participaram desse singular tropeirismo. Os tropeiros foram agentes fundamentais dessa história vivida, trazendo na sua memória, histórias de vida, lembranças dos fatos e feitos. Resignificar a sua ação é também um caminho para compreender a evolução dos processos sociais, econômicos e culturais presentes na região.

No contexto das inovações e avanços tecnológicos das últimas décadas, as novas gerações, desconhecem determinadas atividades, ofícios, práticas do cotidiano, do vivido, das experiências que fizeram parte da história de seus antepassados e que se encontram

⁴ FLORES, Moacyr. Tropeirismo no Brasil. Porto Alegre, Nova Dimensão, 1998, p.5.

silenciadas. É preciso trazer o passado ao presente, para a compreensão dos fatos que nos cercam.

A investigação inicial desse estudo fez-se através do levantamento das bibliografias produzidas por pesquisadores e historiadores da região. Buscamos também, em inúmeras outras obras de diferentes autores, o suporte bibliográfico para uma análise e compreensão dos fatos históricos, sociais, econômicos, políticos e culturais da região, nas primeiras décadas do século XX, considerado necessário para contextualização de nosso estudo.

A delimitação do tema e dos sujeitos envolvidos levantou a questão das fontes de pesquisa. Momento em que nos deparamos com a quase total ausência de fontes. Temos conhecimento de apenas três pesquisadores que abordaram o tropeirismo de porcos no Sul brasileiro: Delmir José Valentini, Pedro Ari Veríssimo da Fonseca e Arlindo Batistel, sendo que esse último publicou apenas uma entrevista, realizada com tropeiros desta região. Os demais não foram além de poucas páginas. Não foi encontrada nenhuma obra acadêmica, abordando o tropeirismo de porcos que ocorria nos municípios da região Nordeste do Rio Grande do Sul.

Esgotados os esforços na busca de informações a respeito do tropeirismo de porcos, em produções bibliográficas, recorreremos aos procedimentos pertencentes à história oral, reconhecida atualmente como um importante recurso para o conhecimento histórico, por permitir trazer à luz informações impensadas, quando de uso exclusivo de fontes escritas. A fonte oral adquire importância quando se trata de análise de segmentos pouco visíveis, embora se reconheçam seus limites, devido ao caráter seletivo da memória, que consciente ou inconscientemente silencia fatos importantes dos acontecimentos vividos, contabilizando também a distância temporal dos acontecimentos.

A história interessou-se pela oralidade na medida em que a fonte oral é um recurso que permite obter conhecimento e fundamentar análises históricas com base em fontes inéditas ou novas. Porém, em se tratando de fonte oral, julgamos pertinente observar que existe uma preocupação com as versões individuais sobre os fatos, o que se justifica em razão de que cada depoimento, cada história oral individual tem peso autônomo na experiência em conjunto. Cada um sente e percebe os acontecimentos de maneira diferente, formula a sua hierarquia de valores e procede à captação dos fatos de forma individual e específica. Assim se justifica que, mesmo sendo verdadeira, a concepção dos fatos históricos possa variar, ao longo do tempo, segundo a memória dos indivíduos que os guardam e expressam.

As fontes orais foram para nós de fundamental importância. Mesmo reconhecendo que o recorte temporal analisado, representa um significativo recuo no tempo, foi possível contar com a contribuição de várias pessoas idosas, presentes em nosso meio e que viveram e vivenciaram de forma direta ou indiretamente esse tropeirismo. Este estudo contou com a colaboração de 08 pessoas entrevistadas, no período de 2004 a 2005, cuja faixa etária variava entre 77 e 102 anos. As entrevistas se consolidaram, após vários contatos e encontros. Além dessas muitas outras pessoas, como parentes, amigos, colegas, pesquisadores auxiliaram, fornecendo-nos informações, fotografias, outros documentos que vieram se somar aos depoimentos. Foi um trabalho gradativo.

Para a realização desse estudo foram feitos: o levantamento das fontes disponíveis; visitas às bibliotecas e prefeituras municipais da região, inclusive no município de Piratuba (SC), ao Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo; contatos com representantes das agroindústrias, inseridas nesse estudo; acesso a sites disponíveis na internet, participação de Seminários. Percorremos, ainda, alguns dos caminhos por onde passavam as tropas. Muitas leituras analíticas das produções bibliográficas de cunho regional das demais fontes e documentos encontrados se fizeram necessárias, além da preliminar transcrição das entrevistas gravadas e da classificação das informações nelas contidas, para posterior análise e interpretação.

A principal dificuldade encontrada foi, inegavelmente, a ausência de fontes escritas acerca da produção de porcos e do seu tropeirismo. Contudo, pudemos contar com pessoas em nosso meio, em condições de se reportar ao tempo do tropeirismo, fornecendo informações ricas em experiências, algumas vividas concretamente e reconstruídas através da memória. Outra dificuldade foi a nossa pouca familiarização com estudos de pesquisa, a falta de contato com as reflexões desenvolvidas por pesquisadores que se utilizaram de fontes orais. Tal trabalho requer tempo, paciência, persistência, capacidade de discernimento entre o que ouvimos e o que queremos ouvir, capacidade para interpretar as manifestações e os silêncios das fontes. As experiências iniciais foram permeadas por um clima de apreensão e incertezas, embora contando com a vantagem de não se estar adentrando num universo desconhecido, uma vez que mantivemos permanente vínculo com o espaço regional, seu meio social e cultural, e tivemos ainda ligações com essa atividade tropeira, através de antepassados, fato que se revelou após algumas entrevistas, contatos pessoais e o acesso a documentos.

Vencidos esses momentos, passamos à sistematização e formatação de nosso estudo que está estruturado em quatro capítulos: no primeiro, elaboramos uma breve síntese dos

processos históricos da ocupação da região Nordeste do Rio Grande do Sul, em especial, ao norte do município de Lagoa Vermelha, que foi cenário do tropeirismo de porcos, e também procederemos a uma análise das relações sociais e culturais entre os “brasileiros ou caboclos” e “italianos ou de origem” que predominantemente compartilharam esse espaço nas primeiras décadas do século XX.⁵ É um capítulo que julgamos necessário para situar alguns aspectos básicos da ocupação e da construção do espaço regional, que se deu em fases distintas, buscando compreender e destacar as contribuições de cada grupo étnico, presentes nesse processo, bem como as relações estabelecidas entre as duas culturas predominantes.

No segundo capítulo, enfocamos o tropeirismo de muares e bovinos, algumas particularidades dessa atividade, também aspectos constitutivos da dinâmica econômica como: a extração da erva mate, a pecuária, a agricultura e a exploração da madeira. Essas variáveis se fazem necessárias quando nossa preocupação central é dar um panorama do cenário econômico no meio do qual acontecia o inusitado tropeirismo de porcos e também as transformações que foram sendo processadas nas primeiras décadas do século XX.

No capítulo terceiro, abordamos o tropeirismo de porcos, suas peculiaridades e sua redefinição produtiva e mercantil. Nele procuramos caracterizar e reconstituir o tropeirismo e a sua importância para história da região, reconhecer aspectos singulares dessa atividade, perceber a finalidade e o destino das tropas, analisar e ressignificar a importância do trabalho desempenhado pelos tropeiros de porcos, e compreender o conjunto dos fatores que culminou com a sua redefinição produtiva e mercantil.

No quarto capítulo, buscamos reconhecer as correlações da produção e do tropeirismo de porcos com o surgimento das agroindústrias. Realizamos uma rápida abordagem, acerca das mudanças nos processos de produção, as reações dos produtores de suínos, comerciantes e pequenos empresários, frente a um mercado mais complexo e competitivo, e analisamos a trajetória histórica dos complexos agroindustriais do Oeste catarinense, a Perdigão e a Sadia, e ainda da Cooperativa Regional Sananduva de Carnes e Derivados - Majestade do município de Sananduva, como já anunciamos, empresas cujas respectivas fundações ocorreram na década de 1930 a 1940, período em que a criação de porcos era visivelmente dinâmica na região, onde estão atualmente os municípios de São

⁵ Ao longo de nosso estudo, utilizaremos as denominações “brasileiros” ou “caboclos” para representar todos aqueles que são descendentes de índios, portugueses, espanhóis e negros, e “italianos” ou “de origem” aos imigrantes europeus, italianos ou seus descendentes, que em maior número se estabeleceram na região a partir do início do século XX.

José do Ouro, Machadinho, Barracão, Cacique Doble, Paim Filho, São João da Urtiga, Maximiliano de Almeida, Sananduva, Santo Expedito do Sul e Tupanci do Sul.

Este estudo representa um novo olhar sobre a história regional, elucidando fatos e focalizando a atuação de sujeitos pouco presentes na historiografia e na documentação oficial. Buscamos responder também às questões norteadoras da nossa investigação.

1.0 A OCUPAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE DO RIO GRANDE DO SUL

Neste capítulo, estaremos procedendo a uma breve síntese da história da ocupação da região Nordeste do estado do Rio Grande do Sul, por diferentes grupos étnicos, em períodos históricos distintos, destacando aspectos históricos do município de Lagoa Vermelha, nas primeiras décadas do século XX, em especial ao norte, a região das matas,⁶ também conhecida como região colonial, e ainda a uma análise das fricções interétnicas e as relações de identidade estabelecidas entre os “brasileiros ou caboclos” e os “italianos ou de origem” que compartilhavam esse espaço e vivenciaram o tropeirismo de porcos no período de 1920 a 1940.

Ao iniciarmos esta síntese, partiremos da concepção de região como um corte analítico na espacialidade e com múltiplos fatores interferentes, considerando além dos aspectos físicos, os elementos de ordem cultural, política, econômica e ideológica presentes num determinado espaço. Segundo Frémont “um espaço vivido que compreende elementos administrativos, históricos, ecológicos, econômicos, mas também psicológicos”.⁷ A região possui identidade própria, porém articulada a um sistema maior; por isso, deve ser vista como um produto da ação humana, como um espaço vivido e com uma carga de historicidade própria, que se reflete na contemporaneidade. A região é assim vista não como uma parte isolada, mas como parte de um todo do qual foi recortada, em que múltiplos fatores constitutivos de seu entorno nela são interferentes.

⁶ Região das matas, denominação atribuída, pela Comissão de Terras às áreas florestais ao norte do município de Lagoa Vermelha, terras consideradas devolutas.

⁷ FREMONT, Armand. Região e espaço vivido. Apud RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História Regional: dimensões teórico-conceituais. Revista do programa de Pós-Graduação em História e do CPH-RS.

1.1 A região Nordeste do Rio Grande do Sul

A região Nordeste do Rio Grande do Sul, geograficamente, limita-se a Oeste com a região do Médio Alto Uruguai; ao Sul, com a Região de Produção e Serra; a Leste, com a Região das Hortênsias e a Norte, com o Estado de Santa Catarina, região fisiográfica denominada Campos de Cima da Serra.

Os municípios desta região são originários do extenso município de Santo Antônio da Patrulha, o qual a partir de 1850 dividiu-se dando origem aos municípios de Vacaria, Osório, São Francisco de Paula, Taquara, Rolante e Lagoa Vermelha.

A região Nordeste do Rio Grande do Sul compreende atualmente, vinte e cinco municípios: André da Rocha, Água Santa, Barracão, Cacique Doble, Capão Bonito, Caseiros, Esmeralda, Ibiaçá, Ibiraiaras, Lagoa Vermelha, Machadinho, Maximiliano de Almeida, Monte Alegre dos Campos, Muitos Capões, Paim Filho, Pinhal da Serra, Sananduva, Santa Cecília, Santo Expedito do Sul, São João da Urtiga, São José do Ouro, Tapejara, Tupanci do Sul, Vacaria e Vila Lângaro. Em sua grande maioria estes municípios são constituídos por um pequeno espaço territorial, como pode ser observado através do mapa.



Figura 01 – Mapa dos municípios da Região Nordeste – RS, 1998.
Fonte: Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano – RS.

Como as demais regiões do Rio Grande do Sul, possuía áreas cobertas de pastagens nativas (campos) e outras, de florestas. As áreas de campos nativos destacam-se principalmente nos municípios de Vacaria, Bom Jesus, Esmeralda e parte de Lagoa Vermelha. Ao norte do município de Lagoa Vermelha havia extensa reserva florestal de araucárias, considerada a maior do Brasil⁸. Onde estão os atuais municípios de Barracão, São José do Ouro, Sananduva, Santo Expedito do Sul e Tupanci do Sul havia áreas de campos reduzidas, predominando as matas, e os municípios de Cacique Doble, Paim Filho, Machadinho e Maximiliano de Almeida tinham suas terras cobertas exclusivamente de matas.

O padre Roque Gonzáles, primeiro apóstolo jesuíta a percorrer o Sul do Brasil no início do século XVI, assim descreveu a região Nordeste do Rio Grande do Sul:

“Planícies se estendem a perder de vista descortinando paisagens variadíssimas e rasgando horizontes de dilatada amplidão, alternam com vales risonhos que adornam a odorante e esbelta árvore do mate, enquanto lá do alto das serras negreja o verde-escuro pinhal de copas arredondadas, imponentes em seu silêncio quase religioso à luz abafada, onde erguem os braços ao céu como que em súplica muda, mil candelabros, gigantes, formados pelas esguias e possantes araucárias”.⁹

A região Nordeste teve a cobertura vegetal como um aspecto de grande influência para a ocupação de seu território por diferentes grupos sociais de origem européia, predominantemente. Inicialmente, como veremos, passaram a ser povoadas apenas as áreas de campos nativos, permanecendo habitadas por indígenas as áreas de matas, até o final do século XIX e início do século XX.

1.2 As frentes de ocupação do espaço regional

A ocupação do espaço regional do Nordeste do Rio Grande do Sul, como um todo se deu por “Frentes”, ou seja, frente demográfica, frente de expansão e frente pioneira, as quais foram se processando em distintos tempos históricos, e por diferentes etnias, configurando-se num espaço, onde poderíamos afirmar, representa uma síntese da composição étnica da nação brasileira. Para a compreensão desse processo de ocupação do

⁸ GELAIN, Américo Claudino. São José do Ouro – Evolução Histórica. São José do Ouro: Ed. Fundação Araucária, 1996, p.28.

⁹ MORAES, Demétrio Dias. Brasil Grande e a História de Lagoa Vermelha. Lagoa Vermelha: Ed. Planalto, 1977, p. 71.

espaço regional por diferentes grupos sociais, estaremos lançando mão de duas concepções de referência à frente de expansão e a frente pioneira.¹⁰

Na região Nordeste, configurou-se um processo de ocupação semelhante como ao da região Noroeste Rio-grandense, que segundo Golin, transcorreu um processo combinado de frente de expansão, ou seja, de deslocamento de população para o espaço indígena, repondo o modo de produzir e viver, e a de frente pioneira, que igualmente transfere a situação espacial e social, porém tenciona uma nova sociabilidade, fundada em novas formas de produzir, em alterações no mercado e nas relações sociais.¹¹

1.2.1 A frente de expansão

À frente de expansão foi a forma característica de ocupação do espaço, pelos luso-brasileiros, onde já viviam os nativos, os quais na região eram tribos de índios Caingangues e Guaranis, que viviam livres nos campos e matas. Eram nômades, mudando-se de um lugar para o outro num espaço de dois ou três anos. Habitavam em cabanas (ocas) construídas com madeira roliças, cobertas de macega, rodeadas de folhas de palmeira. Caçavam, pescavam, sabiam preparar o pinhão, fruta abundante na região, plantavam pequenas áreas de milho e mandioca.

A compreensão desse processo inicial de dominação e ocupação do espaço nos leva a uma breve retomada da presença dos primeiros europeus no Brasil: os missionários jesuítas que vieram com objetivos bem definidos: introduzir a religião católica e lograr riquezas para seu reino.

No Rio Grande do Sul, os missionários Jesuítas chegaram em 1626, foram ensinando aos indígenas novas técnicas de trabalho, cerceando também a sua liberdade; introduziram a criação de gado,¹² desenvolvendo núcleos econômicos, denominados “Reduções Jesuíticas”.

Essas reduções foram alvos de ataque dos bandeirantes paulistas que vinham em busca de mão-de-obra escrava para os canaviais, e no encaço ao gado, do qual aproveitavam apenas o couro e o sebo. Entre 1635 e 1640, os bandeirantes levaram

¹⁰ Uma discussão ampla sobre esse tema encontra-se em GOLIN, Tau. *A Fronteira*. Porto Alegre: L&PM, 2002, ver também MARTINS, J. de S. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

¹¹ GOLIN, Tau. *Op. cit.*, p. 31.

¹² O gado vacum foi trazido pelo governador da província do Paraguai, Hernando Arias de Saavedra, para o sustento dos índios missioneiros. Originários da Espanha e das ilhas Portuguesas de Madeira, Cabo Verde e Açores.

aproximadamente 30.000 indígenas para serem vendidos como escravos, matando os que resistiam.¹³ Essas incursões dos paulistas impediram a marcha dos jesuítas rumo ao mar, fazendo com que os padres retornassem às suas bases paraguaias.

Passados cinquenta anos, os jesuítas retornaram ao Rio Grande do Sul, atravessando pela segunda vez, o rio Uruguai e, em suas margens, estabeleceram os Sete Povos das Missões: São Francisco de Borja (1682) São Nicolau (1687) São Miguel Arcanjo (1687), São Luiz Gonzaga (1687), São Lourenço Mártir (1690), São João Batista (1697) e Santo Ângelo Custódio (1697). Essas reduções indígenas tornaram-se importantes centros econômicos, onde além de erva-mate e criação de gado, realizava-se trabalho de fiação, tecelagem, metalurgia, ofícios vários e trabalhos artísticos, com destaque na arquitetura e escultura.¹⁴ Os jesuítas no intuito de proteger suas riquezas e defender o gado dos ataques dos caçadores e informados de que o espaço territorial da região era constituído de campos e matas, trouxeram suas tropas de gado para esta região, dando então origem à “Bacaria de los Piñares”.

O gado solto, bravio e selvagem, reproduziu e espalhou-se por todo o espaço regional. Porém, esses cuidados não foram suficientes para impedir às investidas dos exploradores luso-brasileiros, que tomaram conhecimento da transferência do gado para o interior dessa região.

“Os Jesuítas ao introduzirem o gado nas suas reduções, inicialmente vindos da Espanha e das ilhas Portuguesas de Madeira, Cabo Verde e Açores, atraíram a atenção de aventureiros caçadores de gado, vindos das localidades da Lapa, Curitiba e Laguna, pelo litoral”.¹⁵

Posteriormente à expulsão dos Jesuítas do Brasil, pelo Marques de Pombal, em 1760, os indígenas sobreviventes ou que conseguiram permanecer nas matas sem a catequização, tornaram-se intrusos em suas próprias terras. Passaram a representar um grande empecilho aos caçadores e tropeiros que queriam explorar a criação do gado e tinham interesse em estabelecer-se na região com a descoberta de outros atrativos, como a erva-mate que existia em abundância. Todavia, os ataques dos indígenas aos que aqui

¹³ STANGUERLIN, Neli Maria . Cacique Doble: Caminhada Histórica. Sananduva, Vol II, Tip. Sananduva, 1989, p. 32.

¹⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. História do Rio do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982, p.12

¹⁵ MORAES, Demétrio D., Op. cit., p.70.

chegavam não passavam de contra-ataques, diante da invasão do seu espaço, o que caracteriza uma reação natural na defesa daquilo que lhes pertencia.

A reivindicação desses mereceu a atenção do governo. Os nativos passaram a ser as primeiras vítimas da privatização das terras na região, mesmo oferecendo forte resistência, diante da superioridade dos invasores, terminaram por capitular.¹⁶ Os indígenas passaram por ordem do governo provincial a serem confinados em aldeamentos denominados de “Reservas Indígenas”.

Na região foram criados dois aldeamentos: um, na paróquia do Barracão e outro, na de Caseiros. A aldeia do Pontão, como fora chamado Barracão, foi criada no dia 26 de dezembro de 1856, sendo seu primeiro diretor nomeado, Francisco Inácio Ferreira, o “Chico Furriel”.¹⁷ Esse aldeamento encontra-se no território do município de Cacique Doble, onde vivem indígenas Caingangues.

Encontrada então uma solução prática para acabar com as hostilidades entre brancos e índios, ficou muito claro a diretriz básica dos aldeamentos que consistia na liberação dos territórios indígenas, para o desenvolvimento da colonização por outros grupos sociais.

A presença luso-brasileira na região é compreendida, portanto, a partir da presença dos jesuítas, com a fundação das Reduções, a criação de gado e o tropeirismo. Acontecimentos de ordem econômica desencadearam a abertura de rotas, pelos tropeiros, que contribuíram para as mudanças de fronteiras e o surgimento de povoações. Muitos tropeiros luso-brasileiros ao passarem pela região e conhecendo suas riquezas foram se estabelecendo, construindo suas moradias próximas aos caminhos de tropas, dando origem ao povoamento luso-brasileiro.

A descoberta do ouro no Brasil, por volta de 1695, em Minas Gerais, atraiu um grande contingente de pessoas para a referida região, e conseqüentemente surgiu a necessidade de gado *vacum* para a alimentação e muares para transporte. Isso estimulou a vinda de tropeiros para as regiões onde havia esses animais. Os campos no Rio Grande do Sul apresentavam-se sem divisa e sem dono, os bandos realizavam as arriadas (arrebanho do gado solto) e reuniam os animais em currais e invernadas. A partir desses pontos de concentração de gado, as tropas eram conduzidas até São Paulo.¹⁸

¹⁶ ZARTH, Paulo Afonso. História agrária do Planalto gaúcho 1850-1920. Ijuí: Ed. Unijui, 1997, p. 39.

¹⁷ BARBOSA, Fidélis Dalcin. A Diocese de Vacaria. Caxias do Sul: Ed. UCS, 1984, p. 24.

¹⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982, p.14.

Durante dois séculos, os tropeiros transportaram tropas de mulas xucras, de Santa Fé e Corrientes na atual Argentina, e de gado vacum até Sorocaba, estado de São Paulo, que era um entreposto de comércio para as Minas. Nas feiras de Sorocaba o gado era vendido a outro grupo de tropeiros, que realizava o transporte desses animais até as Minas.¹⁹

Na década de 1740, portanto, já no ciclo do tropeirismo, fixaram-se os primeiros povoadores que fundaram Vacaria, Lagoa Vermelha e Barracão.²⁰ Esses luso-brasileiros, conforme chegavam, procuravam estabelecer-se nos campos, registrando as fazendas a fim de produzir e procriar o gado bovino e muar para a venda. Contudo, é bom lembrar que os recém-chegados na região eram freqüentemente atacados de surpresa pelos grupos nativos, Caingangues e Guaranis que ofereceram temerária resistência à exploração e apropriação de suas terras, sendo inevitável o enfrentamento entre estes e os fazendeiros.²¹

As concessões de terras, sesmarias, eram feitas pelo governo Central àqueles que apresentassem condições especiais. A uns, por recompensa de serviços prestados nas guerras; a outros, por títulos de nobreza, com a condição de promover o povoamento e desenvolvimento da Província.²²

A historiadora gaúcha Sandra Pesavento esclarece que:

“[...] ao redor da terceira década do século XVIII, teve início o processo de distribuição de sesmarias, definindo-se a posse da terra e do gado, com estabelecimento de estâncias. A coroa distribuiu terras aos tropeiros que se sedentarizaram ou aos militares que deram baixa e se afazendaram”.²³

A distribuição de sesmarias inicialmente visava garantir a cultura efetiva da terra, ao mesmo tempo em que proporcionava a fixação de colonizadores luso-brasileiros em terras inexploradas, evitando a indesejável presença de aventureiros e contrabandistas estrangeiros numa área tão estratégica do ponto de vista geopolítico como era o extremo sul do Brasil no século XVIII.²⁴ Definia-se assim a posse da terra e do gado, com o estabelecimento de estâncias.

Muitos desses fazendeiros foram expandindo suas áreas de ocupação, passaram a abrigar seus gados dos rigores do inverno na região das matas, onde estabeleciam

¹⁹ FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: CEN, 1979, p.32

²⁰ BARBOSA, Fidélis Dalcin. Op. cit., p.16.

²¹ FERREIRA, Mariluci Melo. Tramas do poder: a política no Rio Grande do Sul (século XIX). Passo Fundo: UPF, 2003, p.36.

²² MORAES, Demétrio D. , Op. cit., p.82.

²³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. História do Rio Grande do Sul. Op. cit., p.15.

²⁴ FERREIRA, Mariluci Melo. Tramas do poder: a política no Rio Grande do Sul (século XIX). Passo Fundo: UPF, 2003, p. 46.

invernadas e cultivavam cereais como o milho e o feijão e também extraíam a erva-mate que havia em abundância e era de grande importância econômica.

Aliada à presença dos luso-brasileiros, a região contou também com a presença da raça negra, embora, estando os negros, inicialmente, apenas nas fazendas de criação de gado, fundadas pelos tropeiros paulistas e paranaenses, que se utilizavam da mão-de-obra cativa. Mais tarde com o fim da escravidão, muitos negros e seus descendentes permaneceram e expandiram-se para outras áreas regionais, trabalhando como peões, auxiliando nas mais variadas atividades,

Conforme Andrade, no município de Capão Bonito do Sul havia um criatório de mulas e de escravos para o comércio.²⁵ O pioneiro Claro José de Lima, oriundo do Paraná, fixou-se no município, na sua fazenda do Rabão, extenso latifúndio que ocupava mais da metade do território desse município na década de 1940. Por estar próximo ao caminho dos tropeiros e movido pelo interesse comercial, Claro José de Lima passou a desenvolver a criação de mulas e o comércio de escravos.

No município de Lagoa Vermelha, no período de 1884 a 1888, foram libertados 161 escravos. Os maiores donos de escravos na região eram José Bueno de Oliveira (dezesseis), Maria Euphorosina Ferreira (nove), Manoel Pereira Vieira (sete), e João Mariano Pimentel (cinco), Elias José de Oliveira (três) e Claro José de Lima que possuía muitos escravos.²⁶

Mario Maestri, entre outros historiadores, especialistas no tema, tem nos apresentado estudos que comprovam a importância e a efetiva participação da etnia negra, no processo histórico, de todas as regiões Rio Grande do Sul.²⁷ A sua presença e contribuição são reconhecidas nos traços e na cultura da sociedade gaúcha.

1.2.2 A frente pioneira

A frente pioneira, como veremos, caracterizou na região um novo tipo de propriedade, um novo tipo de exploração, um novo tipo de economia. Principalmente em razão de um processo definido como colonização, ocorrido a partir do século XIX e que se

²⁵ ANDRADE, José Antonio de. Capão Bonito dos Pinhais. In: AMARANTE, Zeli Maria Org. Raízes de Lagoa Vermelha. Vol. II. Lagoa Vermelha: EST, 1995, p. 152.

²⁶ BRANCO, Pércio de Moraes. Lagoa Vermelha e municípios vizinhos: aspectos naturais, história, genealogia, memórias. Porto Alegre: EST, 1993, p.79.

²⁷ Ver, MAESTRI, Mário. Deus é grande, o mato é maior! História, trabalho e resistência dos trabalhadores escravizados no RS. Passo Fundo: UPF, 2002.

estendeu até as primeiras décadas do século XX, com a chegada ao Brasil, de grande número de imigrantes, principalmente alemães e italianos.

A história da colonização da região Nordeste não pode ser analisada de modo isolado ao processo de colonização do Brasil e do Rio Grande do Sul, pois esta se confunde nos acontecimentos que permeiam a vinda dos imigrantes europeus para o sul do país.

A vinda de D.João VI para o Brasil, em 1808, efetivamente deu início ao processo de colonização que se estendeu por todas as províncias nacionais, assumindo um caráter inovador com a proposta de renovar as estruturas existentes, através da mão-de-obra européia. Essa proposta de colonização pretendia criar novas condições econômicas, políticas e sociais, formando uma mentalidade que permitisse ao país superar os obstáculos decorrentes da sua formação sustentada pelo tripé: latifúndio, monocultura e escravidão.

Vários objetivos interligados identificavam claramente as finalidades dessa política de colonização no Brasil. A formação de um grande exército pela necessidade de defesa do território, com freqüentes conflitos em suas fronteiras e controle da própria hegemonia; a ocupação de espaços vazios que promovessem o desenvolvimento da agricultura para o abastecimento interno, do comércio e da indústria, a criação de serviços de infra-estrutura gerando certo progresso para o país, diferenciando classes e categorias sociais intermediárias entre proprietários de terras e o escravo; a substituição da mão-de-obra escrava pela mão-de-obra livre, assalariada, frente ao movimento abolicionista e à implantação do trabalho livre. Havia também uma política assumida pela elite intelectual brasileira e pelos legisladores do império, a crença na superioridade inata do trabalhador europeu,²⁸ particularmente da cor branca, cujo resultado seria também o branqueamento das raças.

Os países que possuíam Colônias na América, mantinham agentes para recrutar imigrantes nos países que não tivessem colônias: Alemanha, Polônia, Áustria e Itália. Nesses países havia uma grande população. Agricultores pobres, perseguidos pelas guerras, explorados pelos latifundiários, fascinados pela propaganda optaram pela emigração. Os agentes ofereciam-lhes, viagem paga desde o porto de desembarque no Brasil até o local de fixação.

²⁸ GIRON, Lorraine Slomp. Imigração italiana no Rio Grande do Sul: fatores determinantes. In: DACANAL, José Hildebrando. (Org.) Rio Grande do Sul imigração e colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 55.

Emigraram para o Brasil os europeus alemães, italianos, austríacos, suíços de língua francesa, atraídos pelas possibilidades de se tornarem proprietários de terras e fugir de todo um contexto de exclusão a que estavam submetidos na Europa.²⁹

Ao chegarem ao Rio Grande do Sul, no ano de 1875, os imigrantes italianos, encontraram as áreas de planícies junto aos rios navegáveis, já ocupadas pelos luso-brasileiros e por colonos alemães que se estabeleceram no Vale do Rio dos Sinos, Caí e Taquari, a partir de 1824, restando-lhes as regiões montanhosas, de difícil acesso, cobertas por densas florestas.

Olívio Monfrói conta que:

“Quando chegaram os italianos, o Rio Grande do Sul já apresentava um clima hostil em relação à colonização europeia. As melhores terras já estavam ocupadas pela população luso-brasileira e pelos colonos de origem alemã. Desta forma, para o estabelecimento dos italianos, foi destinada uma região montanhosa, coberta por floresta virgem e isolada do Rio Grande do Sul”.³⁰

Foram criadas, então, as primeiras colônias italianas: Caxias, Conde d’Eu, Princesa Isabel, fundadas em 1875; e Silveira Martins, em 1877, estabelecidas na Encosta da Serra, ao Norte das colônias alemãs de São Sebastião do Caí, Montenegro, Estrela e Lajeado.³¹ A Serra foi o território designado à colonização italiana, apesar de se apresentar um espaço hostil, rapidamente foi ocupado. Os próprios colonos passaram a ser agentes do processo de colonização, exaltando em seus contatos com familiares as novas possibilidades de progresso na região.

As colônias foram fundadas sob o regime de pequenas propriedades, embora as extensões dos lotes fossem reduzidas em relação ao lotes das colônias alemãs que eram de 77 hectares, passando a 25 hectares cada lote de terra. Na colônia, havia a designação de uma sede central, que era dividida em léguas quadradas e, cada légua, em Linhas, semelhantes ao traçado das colônias oficiais.

Segundo Manfroi, cada colônia tinha uma sede central, onde se estabelecia a direção e a administração. A localização da sede era feita onde a situação geográfica

²⁹ MAESTRI, Mario. Rio Grande do Sul e a imigração italiana em fins do século XIX. In: CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. (Org.) Raízes italianas do Rio Grande do Sul, 1875 – 1997. Passo Fundo: UPF, 2000, p. 15.

³⁰ MANFROI, Olívio. A colonização italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Grafosul, 1975, p.55.

³¹ Id.,ibid.p.69.

melhor favorecia. Escolhia-se um lugar, em geral no centro da colônia, abatiam-se as árvores e dividia-se a superfície em quadras de cem metros de lado. Algumas dessas quadras eram reservadas à administração, igreja, escola, etc., e outras eram vendidas aos imigrantes que desejassem se dedicar ao comércio, montar oficinas, pequenas fábricas, artesanato, etc. Os terrenos variavam de 20 por 50 e 40 por 60m. A sede tornava-se o centro administrativo e comercial da colônia, sem perder o seu caráter rural, pois permanecia essencialmente ligada à agricultura.³²

A venda de um lote, sementes, ferramentas para o trabalho eram financiadas com pagamento num prazo de cinco até dez anos. Caso não fosse possível saldar suas dívidas havia um refinanciamento. Para ter direito à compra de um lote os imigrantes tinham que ser colonos, possuir atestado de boa conduta e ser casados. O imigrante recém-chegado tinha de 35 a 45 anos. Eram numericamente poucos os desacompanhados ou solteiros.³³

A migração que ocorreu internamente no Rio Grande do Sul, no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, como veremos, se deve, além de outros fatores, a toda uma conjuntura mais complexa da política econômica internacional desfavorável que perpassou através dos canais do comércio, atingindo o complexo cafeeiro paulista, pólo dinâmico da economia nacional e que por sua vez transferiu-se, mediante as intermediações do mercado interno, a toda economia brasileira e refletiu-se nas áreas do nosso Estado dentro das especificidades de cada região.

A economia dos imigrantes fixada nas Velhas Colônias ressentiu-se dessa crise e somado a isso também estava o esgotamento do solo, decorrente dos limites do próprio sistema técnico de produção que, associado ao contínuo fracionamento da terra, provocou a redução da produtividade. O aumento das áreas de cultivo era invariavelmente a solução para auferir maiores lucros na produtividade. Gradativamente, as lavouras atingiram os limites dos lotes, tornando-se espaços insuficientes para satisfazer as necessidades da família rural.

Aliado a tudo isso, estava também a migração para o Sul do excedente da mão-de-obra das fazendas de café, que colaboraram para o inchamento dos núcleos coloniais que a partir de 1885 já não contavam mais com terras públicas.

A insuficiência e o fracionamento das terras e o aumento populacional das chamadas Colônias Velhas desencadearam um processo migratório interno, de italianos e seus descendentes, vindos a ocupar e colonizar as regiões Norte e Nordeste do Rio Grande

³² MANFROI, Olívio. Op.cit., p.82.

³³ MAESTRI, Mario. Op.cit. , p. 18.

do Sul. Em poucos anos, novas terras, foram agregadas à agropecuária colonial, longe das zonas previstas pelas autoridades competentes para serem colonizadas.³⁴

A expansão efetuou-se, inicialmente na periferia das antigas colônias, e em seguida, em direções mais distantes. A primeira etapa dessa expansão foi marcada pela fundação das colônias, de Alfredo Chaves, Nova Prata, Nova Bassano, Antonio Prado, Guaporé e Encantado. A onda expansionista dirigiu-se então rumo às regiões florestais dos municípios de Passo Fundo (Casca, Marau, Vila Maria, Mato Castelhana, Água Santa, Tapejara, Getúlio Vargas, Erechim) e de Lagoa Vermelha (Araçá, Forquilha, Sananduva, Cacique Doble, São José do Ouro).³⁵

Tedesco e Sander, em pesquisa sobre madeireiros, comerciantes e granjeiros concluem:

“O processo de migração interna, principalmente de deslocamento de descendentes dos primeiros imigrantes em busca de novas terras, fez do norte e nordeste do estado, após as primeiras décadas do século XX, uma região cujas terras já estavam praticamente ocupadas”.³⁶

A vinda de italianos e descendentes para a região Nordeste, procedentes das colônias mais antigas continuaram de forma relevante durante a primeira metade do século XX, tornando-se numericamente superiores às demais etnias, principalmente nos municípios que se formaram ao norte de Lagoa Vermelha.

Como vimos até o momento, os elementos étnicos que em maior proporção contribuíram para a ocupação desse espaço regional foram os indígenas, os luso-brasileiros, os negros e os italianos, porém, não podemos ignorar a importância de outros grupos étnicos que, apesar de numa escala menor terem aportado na região, também tiveram significativa participação nesse processo como foram as famílias de origem alemã que se encontram nos vários municípios da região: Hoffmann, Brum, Klipel, Quilns, Klein, Schmidt, Schuster, Ghelen, Zimmermann, entre outras. Ainda podemos destacar a presença polonesa com as famílias: Giaboeski, Grudzinski, Kurczewicz, Viacinski, Zamecki, entre

³⁴ MANFROI, Olívio. Op. cit., p. 83.

³⁵ Id., *ibid.*, p.82.

³⁶ TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. Madeireiros e comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960). Passo Fundo: UPF, 2002.

outras e descendentes de árabes, ingleses, libaneses, gregos e franceses, representados pelas famílias: Merib, Moojen, Makki, Gavros, Berthier e Ducroquet.³⁷

1.3 O extenso município de Lagoa Vermelha

A fim de alcançarmos uma melhor compreensão do espaço regional, onde se estabeleceram efetivamente os maiores contingentes de migrantes de origem italiana e seus descendentes, espaço pertinente ao nosso objeto de estudo, o tropeirismo de porcos, destacaremos aspectos da trajetória histórica do município de Lagoa Vermelha.

Lagoa Vermelha pertencia ao município de Santo Antonio da Patrulha e fazia parte da freguesia de Nossa Senhora da Oliveira de Vacaria. Em 22 de outubro de 1850, passou a fazer parte do município de Vacaria, criado nesse período. Em 16 de janeiro de 1857, foi a sede do município de Vacaria transferida para a então povoação de Lagoa Vermelha. Criada a freguesia em 17 de fevereiro de 1857, posteriormente removida a sede do município de Vacaria para a Vila Velha, Lagoa Vermelha foi elevada à categoria de Vila, em 12 de abril de 1876, sendo instalada em 18 de janeiro de 1877; voltando Lagoa Vermelha a ser distrito de Vacaria em 1º de abril de 1878. Lagoa Vermelha voltou novamente a ser município em 10 de maio de 1881 e foi reinstalado em 26 de janeiro de 1883.³⁸

Como podemos observar o processo de autonomia do município de Lagoa Vermelha foi longo e conturbado. Esteve politicamente subordinado ao município de Vacaria, depois ocorreu uma inversão, Vacaria subordinou-se a Lagoa Vermelha, mais tarde esses municípios voltaram a ser distrito de Santo Antonio da Patrulha, para só então acontecer a emancipação político-administrativo definitiva de Lagoa Vermelha e Vacaria.³⁹

A área inicial do município de Lagoa Vermelha tinha até o final do século XIX aproximadamente 12.000 Km², os limites atingiam o Rio das Antas, ao sul, e o Rio Pelotas, ao norte, na divisa com o estado de Santa Catarina. Esse espaço regional era conhecido como fundos dos campos da Vacaria.

³⁷ NEPOMUCENO, Davino Valdir Rodrigues. História de Lagoa Vermelha até o início do 3º milênio. Porto Alegre: EST, 2003, p.227.

³⁸ BARBOSA, Fidélis Dalcin. A fundação de Lagoa Vermelha. In: Raízes de Lagoa Vermelha. Porto Alegre: EST, 1993, p. 05.

³⁹ Esse processo de autonomia conflituoso entre os municípios de Vacaria e Lagoa Vermelha foi muito bem analisado por Mariluci Ferreira em Tramas do poder: a política no Rio Grande do Sul (século XIX).



Figura 02 – Mapa do Território do município de Lagoa vermelha.

Fonte: MORAES, Demétrio Dias de. Brasil grande e história de Lagoa Vermelha: Planalto, 1997, (anexos).

Desse grande espaço pertencente ao município de Lagoa Vermelha originaram-se os seguintes municípios, dos quais com exceção dos três primeiros, todos tiveram suas respectivas emancipações na segunda metade do século XX: Veranópolis (1898), Nova Prata (1924), Marcelino Ramos (1944), Sananduva (1954), Machadinho (1959), São José do Ouro (1959), Maximiliano de Almeida (1961), Paim Filho (1961), Barracão (1964), Cacique Doble (1964), Nova Araçá (1964), Nova Bassano (1964), Ibiraiaras (1965), Ibiaçá (1965), Parai (1965), Cotiporã (1982), Fagundes Varela (1987), Guabiju (1987), São Jorge (1987), São João da Urtiga (1987), Caseiros (1988), Vila Flores (1988), Vista Alegre do Prata (1988), André da Rocha (1988), Santo Expedito do Sul (1992), Tupanci do Sul (1992), Muliterno (1992), Santa Cecília do Sul (1996), Capão Bonito do Sul (1996).

A ocupação dessa extensa área pelos luso-brasileiros teve origem na criação de gado e no tropeirismo. Os primeiros moradores luso-brasileiros chegaram antes de 1800. Entretanto, em razão da hostilidade dos índios coroados, denominados Caingangues, foram obrigados a se retirar e somente mais tarde fixaram definitivamente nas regiões do Barracão, Santa Rita e Turvo.⁴⁰

⁴⁰ BARBOSA, Fidélis Dalcin. Nova história de Lagoa Vermelha. Porto Alegre: EST, 1981, p.42.

Na década de 1840, em função da crise no comércio de mulas, paralisando a feira de Sorocaba, tropeiros procedentes de Laguna, Lapa, Curitiba e São Paulo fixaram-se nas áreas de campos de Lagoa Vermelha, que contavam com rebanhos de gado alçado e eram propícias para o desenvolvimento da pecuária. Com isso, aumentando o povoamento e o número de estâncias de criação de gado. Os tropeiros ocupavam as terras e tornavam-se posseiros, sem que tivessem documentos de legalização das áreas, originando conflitos acerca da legitimidade das posses. As áreas cobertas por florestas permaneciam habitadas quase que exclusivamente por indígenas, até o final do século XIX e início do século XX.

A formação do espaço urbano de Lagoa Vermelha surgiu a partir de um cruzamento das estradas das tropas: a estrada do Passo de Santa Vitória que ligava as Missões à Vacaria⁴¹, e a estrada do Passo do Pontão que seguia em direção a Santa Catarina e Paraná.⁴² Nesse cruzamento de estradas os tropeiros paravam para descansar junto a uma lagoa de águas vermelhas, causadas pela erosão, que deu origem ao nome do município. Os tropeiros faziam acampamentos e preparavam-se para enfrentar as florestas do Mato Castelhana e Mato Português e, também, as serras catarinenses, onde habitavam os temidos índios Coroados ou Caingangues.

1.3.1 A região das matas do município de Lagoa Vermelha

A região das matas, também denominada região colonial, ao norte do município de Lagoa Vermelha, onde estão localizados os municípios de Barracão, Cacique Doble, Machadinho, Maximiliano de Almeida, Paim Filho, Sananduva, Santo Expedito do Sul, São João da Urtiga, São José do Ouro e Tupanci do Sul, outrora coberta por densas florestas, era considerada terra devoluta.⁴³ Pertencente ao governo, mais tarde algumas áreas passaram ao domínio de particulares, que receberam doações de títulos de posse por trabalhos realizados em benefício público da região. Uma microrregião que se subdividiu em pequenos municípios, homogêneos em sua trajetória histórica, cujas especificidades são evidentemente reconhecíveis. Espaço que foi palco do tropeirismo de porcos e suas peculiaridades.

⁴¹ Atual rodovia BR 285, ligando o município de São Borja ao município de Vacaria (RS).

⁴² Atual rodovia BR 470, ligando o município de Bento Gonçalves (RS), passando pelo município de Lagoa Vermelha e Barracão, ao município de Navegantes (SC).

⁴³ Terra devoluta: aquela que não se achava no domínio particular por qualquer título, e nem havida por sesmarias ou outras concessões do governo geral ou provincial, bem como de implantação do registro paroquial e que não contava até então com a presença da civilização européia, sendo índios e caboclos ignorados.

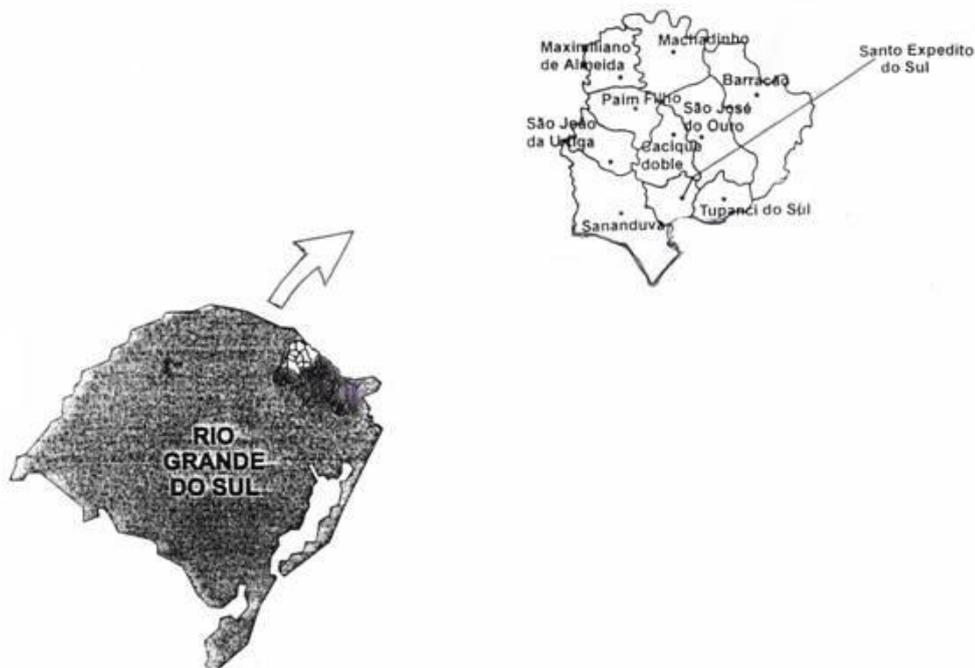


Figura 03 - Mapa dos Municípios da região, cenários do “Tropeirismo de Porcos”.
 Fonte: Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano – RS, 2001.

Os municípios representados no mapa (Fig. 03), no período do tropeirismo de porcos, em sua grande maioria, eram pequenas vilas, alguns chegando a ser distritos do município de Lagoa Vermelha. Eram comunidades reconhecidas por outras denominações as quais invariavelmente não correspondem às atuais. O município de Machadinho era conhecido inicialmente por Pinhal do Machadinho, passando a ser distrito de Lagoa Vermelha em 24 de abril de 1926. Maximiliano de Almeida recebeu as seguintes denominações anteriores, Sede Nova em relação ao município de Paim Filho e Sede Pinhal ou Pinhal em virtude da predominância das araucárias em suas florestas. Paim Filho, que inicialmente era chamado de Sede Nova por ter se estabelecido nessa Vila a Comissão de Terras, passou a denominar-se Sede Velha em função da nomeação de Maximiliano de Almeida que passava a ser Sede Nova, tornou-se distrito de Lagoa Vermelha em 06 de fevereiro de 1918, passando a chamar-se Sede Forquilha pela sua localização às margens do rio Forquilha. Sua atual denominação é alusiva ao chefe Revolucionário de 1923, Paim Filho.⁴⁴ São João da Urtiga teve seu nome associado ao santo padroeiro da primeira capela construída na sede da colônia e a existência de uma plantinha muito comum no seu solo, chamada urtigão. O município de Sananduva recebeu duas denominações anteriores:

⁴⁴ LOCATELLI, Pedro. Paróquia de Paim Filho. Porto Alegre: EST, 1997, p. 7.

Fazenda dos Bueno e São João do Forquilha, sendo que já em 1907 tornara-se distrito de Lagoa Vermelha. Cacique Doble era nomeado São José do Cacique, passou a ser distrito de Lagoa Vermelha em 01 de janeiro de 1916. Sua atual denominação corresponde a uma homenagem ao chefe indígena Faustino Ferreira Doble. O município de São José do Ouro, por sua vez, recebeu várias denominações sendo as seguintes: Linha Cachoeira, Linha São José ou São José do Cacique, associado ao santo padroeiro da primeira capela construída pelos migrantes italianos recém chegados na colônia, passando a ser distrito de Lagoa Vermelha, em 1934, com o nome de Valzumiro Dutra, líder político na região. Essa denominação permaneceu até 1950, quando passou a chamar-se São José do Ouro. Denominação esta que faz alusão também à Lenda da Lagoa do Ouro. Barracão, conhecido historicamente como Pontão, passou a chamar-se Barracão no final do século XIX, quando fora construído um barracão de madeira que servia de posto coletor de impostos das tropas de gado que por ali passavam, seguindo para São Paulo. Barracão foi o segundo distrito de Lagoa Vermelha, criado em 16 de novembro de 1888.⁴⁵ Santo Expedito do Sul que até 1992, integrava o município de São José do Ouro também traz sua história várias denominações, sendo chamado primeiramente de Secção Paraíso, Telheiros e Faxinal, seu atual nome está associado ao santo padroeiro da capela construída em 1943, Santo Expedito. Tupanci do Sul que também se emancipou do município de São José do Ouro, em 1992, foi conhecido por não menos de meia dúzia de denominações: Serra do Forquilha, Invernada da Serra, Marmeleiro, Engenho Velho, Antonio Dal Molin e Gustavo Berthier. Sua atual denominação em Tupi-guarani quer dizer “Mãe de Deus”.

Politicamente o povoamento desse espaço regional configurava-se como tarefa do poder estadual, porém, o governo do Rio Grande do Sul, no afã de promover a ocupação das terras, abriu espaço para que se instalassem projetos particulares de colonização. Através da Comissão de Terras foram medidas as novas áreas a serem vendidas pelas empresas colonizadoras ou por particulares, detentores do registro de posse.

O modelo de medidas da divisão das terras em colônias seguia o traçado das colônias oficiais, embora se adaptando às especificidades locais, obedecendo à topografia da região, ou foram estes subdivididos de acordo com as possibilidades dos colonos ou especialmente, comerciantes que direcionavam os lucros de suas pequenas empresas na compra de terras.

⁴⁵ MORAES, Demétrio Dias. Op. cit., p. 81.

O sonho, o desejo dos imigrantes italianos de se tornarem proprietários de terras e com elas garantirem a sobrevivência de sua família deu lugar ao espírito de aventura e à busca de terras novas e férteis. Razões estas que devem ser compreendidas no contexto do próprio sistema de colonização, associado a uma técnica primitiva de exploração do solo e ao extraordinário crescimento demográfico das Velhas Colônias. Tendo em mente também que todo processo migratório está relacionado à luta de resistência e à provável exclusão social.

A propaganda realizada pelas empresas colonizadoras e particulares principalmente de Lagoa Vermelha, os preços baixos, as facilidades na compra do terreno, as condições do solo, a relativa proximidade das colônias ao ramal ferroviário, Rio Grande - São Paulo, foram fatores que contribuíram extraordinariamente para o ingresso de colonos italianos na região.

A partir de 1903 teve início o povoamento colonial da região das matas do município de Lagoa Vermelha. A comissão de Terras demarcou lotes de 25 hectares, vendidos aos colonos italianos vindos, das Colônias Velhas.

Desde então, foram chegando grandes levas de imigrantes oriundos das Velhas Colônias: Caxias, Conde d'Eu, Princesa Isabel, fundadas em 1875 e Silveira Martins em 1877, berços da colonização italiana no Rio Grande do Sul, para as áreas cobertas de florestas, com predomínio das araucárias, terras consideradas devolutas, pertencentes à província.

Nesse período, destacou-se a atuação dos intendentess nesse processo de colonização. Heleodoro de Moraes Branco, o primeiro intendente eleito do município de Lagoa Vermelha, que durante 20 anos (1892 a 1912) permaneceu no ofício, promovendo a abertura de estradas, construção de pontes, escolas, dando início à colonização dos municípios de Sananduva, Paim Filho, Maximiliano de Almeida, Cacique Doble, São José do Ouro, Machadinho, Ibiraiaras e Ibiaçá.⁴⁶ Também foi relevante para o desenvolvimento econômico e demográfico da região, o trabalho realizado pelo intendente Maximiliano de Almeida.

Em meio às matas foram surgindo pequenos núcleos formados pelas famílias recém chegadas. Com exceção do município de Barracão que desde 1730 já possuía em suas áreas de campo, luso-brasileiros, tropeiros criadores de gado, que se estabeleceram formando estâncias; do município de Machadinho que também anteriormente ao processo

⁴⁶ BARBOSA, Fidélis Dalcin. Lagoa Vermelha e sua história. Lagoa Vermelha, 1ª ed.: Imp. Planalto LTDA, 1974, p.32.

de colonização pelos migrantes europeus, já contava com uma pequena povoação formada por luso-brasileiros, caboclos pobres, vindos do estado de Santa Catarina que se dedicavam às plantações de cana-de-açúcar e a extração da erva-mate nativa, abundante nessa área e, ainda do município de Sananduva que também teve seu povoamento iniciado por luso-brasileiros, criadores de gado, tropeiros, comerciantes de sebo e couro de animais, os demais municípios da região ao norte de Lagoa Vermelha, Cacique Doble, São José do Ouro, Paim Filho, São João da Urtiga, Maximiliano de Almeida, Santo Expedito do Sul e Tupanci do Sul, tiveram seu povoamento formado a partir dos primeiros anos do século XX, principalmente, por migrantes italianos, vindos de regiões coloniais do Rio Grande do Sul.

Como vimos na região das matas em momentos distintos foi se consolidando o povoamento e sua colonização. Diferentes culturas passaram a compartilhar o mesmo espaço, e sabemos as fricções interétnicas existiram veladas ou não. Achamos oportuno realizar também uma breve reflexão analítica entorno das relações sociais e culturais entre “brasileiros ou caboclos” e os “italianos ou de origem”, dois segmentos sociais numericamente superiores aos demais presentes na região, no período do singular tropeirismo de porcos. Segmentos cujas raízes histórias apresentam singularidades.

1.4 Os “brasileiros” e os “de origem” na região das matas

Tentaremos, através dessa análise, compreender como eram criados os mecanismos que possibilitavam as relações entre essas diferentes culturas. As relações cotidianas quanto ao uso da terra, trabalho e produção, lazer, identidade e representações, a percepção que cada grupo tinha do outro e de si mesmo.

O acesso à terra, sua valorização, estava baseado em concepções bem distintas. A terra na concepção dos brasileiros, era um bem interminável e orientado pela lógica cultural do seu próprio sistema produtivo, onde a terra possuía mais valor de uso do que valores de mercado. Detentores de títulos de posse, muitos venderam seus direitos de posse, aos pedaços, conforme suas necessidades prementes, restando muito pouco ou quase nada aos seus descendentes. Para outros, a propriedade da terra tornou-se impossível em

função dos entraves burocráticos, estabelecidos já a partir da “Lei de Terras de 1850”,⁴⁷ restando-lhes as opções de serem peões, agregados ou agricultores arrendatários, ou ainda sendo empurrados para as áreas próximas aos rios, passando a serem estigmatizados como intrusos, sem interesse em serem proprietários. Acrescente-se a tudo isso o tratamento desigual recebido pelos brasileiros em relação aos imigrantes, destacado por Maestri:

“As condições oferecidas aos colonos não o foram aos brasileiros natos. Os homens livres e libertos pobres nascidos no Brasil não recebiam terras, pois eram destinados aos trabalhos duros e mal-remunerados nos campos e cidades nacionais [...] não raro, os caboclos eram assolados, por míseros salários, para preparar a infra-estrutura - caminhos, estradas demarcação, etc.”⁴⁸

Alguns desses brasileiros, pequenos proprietários ou pobres, estão entre os sujeitos que se dedicaram ao tropeirismo de porcos como uma atividade sazonal, um meio de ganhar a vida, pois tinham certo domínio e conhecimento sobre ela. Para os brasileiros ou caboclos, o trabalho não era visto como um fator determinante para a acumulação de capital e bem estar, a produção de excedentes tendo em vista a acumulação não fazia parte do seu modo de vida.

Para os de origem, a terra era um bem de mercado, sua propriedade era sonhada, almejada por todos, significava ser dono, livre, deixar de ser peão. Além de representar a propriedade, a terra possibilitava-lhes o trabalho e este, por sua vez, a sobrevivência e a chance de vencer; coisas que no passado nem sempre foram possíveis.⁴⁹ Através do próprio trabalho conseguir prioritariamente mais terras, para trabalhar e para deixar a seus herdeiros. Mais terra significava maior produção e acúmulo de capital. Havia a convicção de que poderiam vencer pela sua capacidade de trabalho. Sendo o trabalho considerado como um compromisso de todos os membros da família, independente de sexo ou idade, não se admitindo que alguém não o assumisse.⁵⁰

No âmbito das atividades de produção, o trabalho na roça para os brasileiros era uma atividade de domínio masculino. À mulher brasileira estavam destinados os trabalhos

⁴⁷ Todas as terras consideradas devolutas, a partir dessa data, tornaram-se objeto de venda por parte do governo.

⁴⁸ CARBONI, Florence; MAESTRI, Mario. (Org.) Raízes italianas do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2000, p. 24.

⁴⁹ RADIN, José Carlos. Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do Oeste Catarinense. Joaçaba: Edições UNOESC, 2001, p. 100

⁵⁰ Id., *ibid.*, p. 106.

da casa e o cuidado dos filhos, sem envolver-se nas atividades agrícolas, trabalho pesado, da roça. O trabalho na agricultura era concebido como um trabalho exclusivamente para homens.

Para os italianos, muito embora o trabalho na roça também fosse considerado uma atividade masculina, as mulheres além de ocuparem-se das tarefas caseiras, dos cuidados da pequena criação e da horta, estavam ao lado dos homens, em praticamente todos os trabalhos agrícolas.⁵¹ O maior ou menor envolvimento da mulher italiana no serviço da roça dependia, em parte, da fase do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico. Quem tinha os filhos crescidos passava a dedicar-se mais aos serviços da casa.⁵²

As crianças também assumiam determinadas atividades, para aprender a participar desde cedo da vida econômica da família e se educar para o trabalho. Assim desde cedo realizavam trabalhos como cuidar dos irmãos menores, tratar os animais, limpar estábulos, etc. Ao atingirem dez anos de idade já acompanhavam seus pais no trabalho agrícola, sendo somente este considerado produtivo e a base da subsistência.⁵³ Através do trabalho familiar almejavam, além da sobrevivência, uma vida com mais conforto. O que para muitas famílias não chegou a acontecer. Para corroborar com a afirmativa acerca do trabalho infantil trazemos um depoimento de um de nossos entrevistados: “Eu era criança, tinha uns 10 anos e ajudava meu pai, que trabalhava para o Augusto Bérnago. Levava tropa de porcos lá para o Rio do Peixe e também para Marcelino Ramos”.⁵⁴

Muito embora tendo concepções divergentes, quanto ao uso da terra, o seu significado no contexto produtivo, o trabalho em si mesmo, os brasileiros e os de origem desempenhavam conjuntamente atividades ligadas ao meio onde viviam, sendo a grande maioria deles pequenos proprietários. Seu cotidiano estava voltado para a produção agrícola, criação de animais e atividades sazonais como foi o tropeirismo de porcos, presente nas regiões onde italianos ou de origem se estabeleciam.

⁵¹ CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. Op. cit., p. 25.

⁵² BLOEMER, Neusa Maria Sens. Descendentes de italianos e caboclos: espaços compartilhados, identidades marcadas. Texto. Disponível em <http://www.rizoma.ufsc.br>

⁵³ RADIN, José Carlos. Op. cit., p. 106.

⁵⁴ Entrevista direta com o senhor Joaquim Pereira Ramos, 87 anos. O entrevistado foi tropeiro de porcos, agricultor, trabalhou também nas serrarias. Reside no interior do município de São José do Ouro/ RS.

1.4.1 As identidades e suas representações

Cada grupo, em sua visão de mundo,⁵⁵ assume um conjunto de representações pelas quais se define a si mesmo e aos outros. São imagens construídas, herdadas e internalizadas, que expressam a situação de contato interétnico.

Compõe o universo cultural dos brasileiros e dos de origem, uma autoconsciência socialmente elaborada, identificando cada um deles como um “nós”, em oposição aos “outros”, como um grupo diferenciado etnicamente. Um nós que pressupõe uma identidade comum, apropriando-se, subjetivamente, de certos aspectos da realidade, fixando atributos como sinais diacríticos, marcando sua especificidade cultural, definindo-os, e categorizando-os, enquanto sujeitos sociais.⁵⁶

Diante da situação de interação étnica que experimentam, suas identidades são concebidas, através de um olhar “de fora para dentro”, em oposição àqueles com quem interagem socialmente. Sendo, portanto, a própria situação de contato decisiva para definir e realçar suas alteridades, dando contornos, às suas identidades étnicas.

Os de origem, de modo subjetivo, apropriaram-se de algumas características objetivas do modo de vida dos brasileiros, em uma relação imaginária com a realidade, formando uma imagem do “outro” como a negação da sua própria imagem, onde os atributos classificatórios passaram a ter um forte conteúdo moral. Como brasileiros ou caboclos, foram colocados na condição de minoria, “um grupo com habitus diferente, e com menor poder de impor a sua visão e representação de mundo”⁵⁷ as categorizações resultantes do processo de construção das identidades dos grupos partiram, especialmente, dos de origem, com poder para impor sua visão de mundo.

“As representações do mundo social, [...] são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam. [...] As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”.⁵⁸

⁵⁵ Visão de mundo no sentido de constituir-se num conjunto de aspirações, de sentimentos e de idéias de pertencimento, que reúne os membros de um mesmo grupo e os opõe aos outros grupos.

⁵⁶ GEERTZ, CLIFOR. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 228.

⁵⁷ POLI, Jaci. Caboclo: Pioneirismo ou Marginalização. Chapecó: UNOESC, 1995.

⁵⁸ CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. (Trad.) Maria Manuela Galhardo, Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990, p.17.

É possível então afirmar que os brasileiros, tendo sua identidade imposta especialmente “de fora”, tiveram aspectos de seu modo de vida desqualificados, menosprezados, em relação aos hábitos dos de origem, que foram positivamente categorizados, como resultado de sua posição inferior na hierarquia social local.



Figura 04 - Casal de brasileiros, Barracão, 1935.

Fonte: Acervo particular de Sueli Maria da Silva

A convivência entre esses dois grupos, embora não apresentando um relacionamento marcado por conflitos explícitos, o estranhamento mútuo não deixava de ocorrer principalmente nas relações sociais, marcados por restrições, evidenciadas na rejeição de casamento com o grupo oposto. O estranhamento manifesta-se também, na própria designação que cada grupo atribui ao outro. Enquanto os de origem se autodesignam “italianos”, são nominados pelos brasileiros de “gringos”. Por conseguinte, os brasileiros que assim se autodesignam são nominados pelos italianos de “caboclos” ou “negros”, estando estas expressões carregadas de uma forte conotação negativa.

Essa relação entre os brasileiros ou caboclos e italianos ou de origem, consolidou mentalidades e atitudes que passaram a residir no imaginário e nas práticas cotidianas, gerando um código simbólico reconhecível por ambos os grupos. Emergiram atribuições e qualificações mútuas de características negativas e positivas expressas entre italianos e brasileiros.



Figura 05 - Família de imigrantes italianos, São José do Ouro, 1930.
Fonte: Acervo particular de Severino Bianchin.

O brasileiro se autoqualifica como um sujeito solidário, sem ambições, tolerante, curte os prazeres da vida, é alegre e festeiro. Por outro lado qualifica o italiano como sujeito avarento, ganancioso, intolerante, que não goza a vida.

O italiano por sua vez autoqualifica-se e a literatura tradicional corrobora com isso, como um sujeito caprichoso, trabalhador, prudente, tolerante, generoso. Em contrapartida, qualifica o brasileiro como um sujeito relaxado, imprudente, preguiçoso e festeiro.

Outro aspecto que podemos destacar e que os diferenciam também é o modo de inserção na dimensão religiosa da vida. Para os de origem o catolicismo se constituiu num dos elementos basilares de sua organização, os ensinamentos e princípios religiosos normatizavam a sua vida cotidiana. Essa importância atribuída à religião da Igreja Católica era materializada pela construção da capela, que surgia tão logo se juntassem uns pequenos grupos de famílias.⁵⁹ Entre os brasileiros ou caboclos as práticas religiosas tinham forte inspiração nos ensinamentos do monge João Maria, líder messiânico, cujos ensinamentos chamavam a atenção para os cuidados e procedimentos com as pessoas e a natureza. Essas práticas religiosas davam legitimidade aos costumes e valores, consolidavam modos de

⁵⁹ RADIN, José Carlos. Op. cit., p. 137.

viver dos caboclos. ⁶⁰ Na região ainda podem ser percebidos sinais dos ensinamentos deixados pelo monge: a prática de benzimentos e as fontes de águas consideradas santas.

Entre os descendentes de imigrantes construiu-se uma visão dogmática de si. Em nome de uma suposta autenticidade e homogeneidade étnica foram destruídas idéias de diversidade. Neste contexto, os brasileiros ou caboclos foram relegados como sujeitos, sua dimensão subjetiva foi ignorada e muitos de seus elementos foram excluídos do campo social. ⁶¹

Concluindo este capítulo introdutório vimos então que a região Nordeste do Rio Grande do Sul teve seu processo de ocupação, em fases sucessivas, por diferentes grupos étnicos sociais, o que referenciamos como frente de expansão e frente pioneira. Uma região já povoada pelos nativos que foram sendo obrigados a entregar seu espaço aos luso-brasileiros, muitos entre eles tropeiros vindos de São Paulo, Paraná e Santa Catarina que, através dos caminhos das tropas, tomaram conhecimento da região e fixaram estâncias, desenvolvendo a criação do gado nos campos. Através desses estancieiros a região contou também com a presença da etnia negra, uma vez que inicialmente contavam com a mão-de-obra escravizada em suas fazendas, além, é claro, da mão-de-obra livre dos peões pobres, os caboclos.

Posteriormente, no contexto do processo de colonização do final do século XIX e início do século XX, na denominada frente pioneira vieram para o Brasil imigrantes europeus, estabelecendo-se no Rio Grande do Sul grande leva de imigrantes italianos e seus descendentes. Nas primeiras décadas do século passado, os colonos migraram das chamadas Colônias Velhas para as colônias novas, fixando-se principalmente no município de Lagoa Vermelha em suas áreas cobertas por densas florestas de araucárias.

Até 1898, o espaço territorial de Lagoa Vermelha tinha, aproximadamente, 12.000 Km². Seus limites atingiam o rio das Antas ao sul e o rio Pelotas ao norte, na divisa com Santa Catarina, contando com áreas de campos nativos e grande parte também de sua área coberta por floresta, destacando-se, nela como já mencionamos, as araucárias. A região

⁶⁰ Os movimentos messiânicos, eram aqueles comandados por um líder espiritual, um "messias", que a partir de suas pregações religiosas passava a arrematar um grande número de fiéis, numa nova forma de organização popular, que fugindo as regras tradicionais era visto como uma ameaça a ordem constituída. Esses movimentos tiveram importância em diversas regiões do país; no interior da Bahia, liderado pelo Conselheiro, em Juazeiro do Ceará, liderado pelo Padre Cícero, no interior de Santa Catarina e Paraná, liderado pelo beato João Maria e novamente no Ceará, sob comando do beato José Lourenço; somente foi possível devido a algumas condições objetivas como a concentração fundiária, a miséria dos camponeses e a prática do coronelismo, e por condições subjetivas como a forte religiosidade popular e a ignorância. Os grandes grupos sociais que acreditaram nos messias e os seguiram, procuravam satisfazer suas necessidades espirituais e ao mesmo tempo materiais.

⁶¹ OLIVEIRA, Anselmo Pereira de. O discurso da exclusão na escola. Joaçaba: UNOESC, 2002, p. 102.

passou a ser povoada e reterritorializada. Configurou-se nesse espaço um novo perfil. Originaram-se, daí, inúmeros núcleos populacionais, com grandes similaridades históricas, econômicas, sociais e culturais, sem, contudo, deixar de apresentar também especificidades e uma interessante diversidade cultural.

A região das matas ou colonial, ao norte do município de Lagoa Vermelha, onde se encontram os municípios de Barracão, Machadinho, São José do Ouro, Cacique Doble, Sananduva, Paim Filho, Maximiliano de Almeida, São João da Urtiga, Santo Expedito do Sul e Tupanci do Sul, foi um espaço compartilhado principalmente pelos brasileiros ou caboclos e os italianos ou de origem, que em meio às ambigüidades e diferenças culturais, existia aquilo que os colocava numa mesma dimensão social, ligados por força de uma realidade tendo em comum a luta pela sobrevivência, o desejo de superação dos entraves que impediam maior mobilidade econômica e social. Sujeitos que nessa região foram agentes do tropeirismo de porcos que aconteceu no período de 1920 a 1940.

Concebendo ser de fundamental importância para a reconstituição do que foi o tropeirismo de porcos e o seu significado para o processo econômico, social e cultural da região, bem como a sua possível correlação com o surgimento das agroindústrias presentes na região e no Oeste catarinense, que se destacam atualmente no mercado nacional e internacional, abordaremos, no próximo capítulo, algumas variáveis identificadas com essa atividade. Entre elas: o tropeirismo de muares, cavalares e bovinos; a produção agrícola de subsistência e de mercado, desenvolvida pelos colonizadores nas primeiras décadas do século XX; a extração da madeira e o surto das serrarias na região e suas implicações com a redefinição do tropeirismo de porcos.

2.0 O TROPEIRISMO E A DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIAL DA REGIÃO

Neste capítulo, como já anunciamos, apresentamos uma síntese de um processo já bastante conhecido e inúmeras vezes tematizado, o tropeirismo de gado, especialmente o de muares, cavalares e bovinos, contextualizando a sua importância para a ocupação, integração regional e a ampliação das fronteiras econômicas. Também a exemplo do que fizemos no primeiro capítulo procuramos apresentar os principais aspectos constitutivos da economia e produção mercantil da região que no século XX protagonizou o tropeirismo de porcos.

Com isso buscamos estabelecer as relações dessas variáveis econômicas com o surgimento do tropeirismo de porcos, objeto de nosso estudo, sua redefinição e as possíveis correlações com o surgimento das agroindústrias.

No Brasil as origens do tropeirismo remontam ao século XVII, período em que se formaram os rebanhos, através da ação dos padres jesuítas. Duas correntes de tropeirismo desenvolveram-se na década de 1660. A primeira desenvolveu-se no centro do Estado do Rio Grande do Sul, iniciando-se quando o padre Cristóvão de Mendonza, em 1634, trouxe de Corrientes uma tropa de 1.500 cabeças de gado para as reduções jesuíticas situadas nos vales dos rios Ijuí e Piratini e nos médios Ibicuí e Jacuí. A vinda desse gado teve como objetivo alimentar os missionários nas reduções guaraníticas e deu origem às estâncias de criação.⁶² A segunda corrente desenvolveu-se nesse mesmo período, porém mais ao sul. Sendo um tropeirismo predominantemente de mulas e cavalos, realizados pelos índios das tribos charrua e jaró, chamados de índios cavaleiros.

⁶² SILVA, Nery Luiz Auler da. No Norte do Planalto, a Ocupação do Território e as Primeiras Fazendas. In: SANTOS, Lucila Maria Sgarbi; BARROSO, Vera Lucia Maciel. (Org.) Bom Jesus na Rota do Tropeirismo no Cone Sul. Porto Alegre: EST, 2004, p. 238- 252.

O Brasil Meridional tem sua história constituída no tropeirismo de animais bovinos, muares e cavaleares, cujo território transformou-se num gigantesco celeiro de animais voltados para o abastecimento do Sudeste brasileiro.

Dentre os acontecimentos de natureza econômica, o que contribuiu efetivamente para o surgimento do tropeirismo foram a descoberta das minas de ouro, no final do século XVII e início do século XVIII, em Cataguases, Minas Gerais, que provocou o deslocamento de um grande contingente humano para essa região em busca do enriquecimento rápido. Era preciso então resolver os problemas de transporte e alimentação para essa população. Por ser uma região de pedras e montanhas, inviabilizava qualquer tipo de transporte como carretas ou cavalos, a solução eram as mulas, animais mais resistentes. No Brasil, nessa época, estava proibida a criação de mulas.⁶³ Então o tropeiro Cristóvão Pereira de Abreu apontou a solução ao imperador, as mulas da Capitania de São Pedro do Rio Grande, buscadas da Argentina.

Quando foram descobertas as minas de ouro no Brasil, as minas de Prata de Potosi, no vice-reinado do Peru, estavam exauridas. Os criadores de mulas de Córdoba, Santa Fé, Entre Rios, regiões da Argentina, estavam com os campos repletos de mulas e sem comércio. Os tropeiros paulistas então romperam as fronteiras e deram início às relações comerciais com os espanhóis, criadores de mulas.

Durante dois séculos, os tropeiros transportavam tropas de mulas xucras da Argentina, até Sorocaba, estado de São Paulo.⁶⁴ Sorocaba era um entreposto de comércio de gado e muares para abastecer a região das minas. As feiras aconteciam, anualmente, a partir do final do século XVII, nos meses de abril a junho e transformava Sorocaba no maior e mais importante ponto de comercialização do gado sulino. A partir de dezembro, começavam a chegar as grandes pontas de gado, as cavalhadas e as tropas de bestas. Os proprietários de tropas ficavam hospedados em Sorocaba, esperando a chegada dos compradores, que não eram só paulistas, também os mineiros eram bons clientes. Vinha também muita gente do Rio de Janeiro e até mesmo alguns baianos. Eram fazendeiros, eram tropeiros e seus peões de confiança que dali levaria milhares de mulas para diversos destinos. Acorriam também à feira de Sorocaba, dentistas, mascates, médicos, artistas,

⁶³ FONSECA, Pedro Veríssimo da. *Tropeiros de Mula: a ocupação, a dilatação das fronteiras*. Passo Fundo: Editora Berthier, 2004, p. 54.

⁶⁴ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo. CEN, 1979, p.32.

mulheres de vida alegre, jogador de cartas.⁶⁵ Os animais vendidos na feira eram geralmente xucros, os muladeiros compravam para amansar para carga ou sela, valendo depois o triplo do preço no momento da venda.

Novas profissões surgiram como: o tropeiro dono da tropa⁶⁶, o arrieiro que conduzia o animal, o menino madrinheiro, o amansador ou domador da besta, o amontador que transformava o equino ou muar em montaria, o acertador para ensinar a andadura e educar a boca da besta ao freio, o barganhista ou cigano que vivia comprando e vendendo o animal, o ferreiro que cuidava dos cascos e colocava as ferraduras, o carpinteiro que fazia as canastras, o cesteiro dos jacás⁶⁷, o seleiro de instrumentos de couro, o rancheiro que dava pouso aos tropeiros e milho aos animais em troca de um animal estropiado, o vendeiro da beira da trilha que comercializava secos e molhados, o guarda dos passos e registros, o arrematador dos registros, as mulheres de vida fácil que aguardavam a chegada dos tropeiros.⁶⁸

Ao longo dos caminhos, percorridos pelos tropeiros, formaram-se importantes núcleos regionais. A conquista e a ocupação de toda a imensidão de áreas de campos nativos existentes desde os limites atuais do Uruguai e a Argentina, no sul do país, até o Paraná, alcançando os campos ao sul do Estado de São Paulo, devem-se ao tropeirismo.

O tropeirismo funcionou como um integrador econômico e regional de espaços contrastantes como o extremo Sul do Brasil e as áreas de comércio da região Sudeste e no Rio Grande do Sul as regiões relativamente próximas com o intercâmbio entre as colônias alemãs e italianas.⁶⁹ O tropeirismo foi responsável pela fundação de importantes cidades, como Rio Grande, fundada em virtude da necessidade de garantir a passagem das tropas e de outras, com a criação dos registros para recolher os impostos sobre o gado transportado como Santo Antonio da Patrulha, Torres, Vacaria e Barracão. Há muitas cidades que se formaram a partir dos locais de pouso dos tropeiros com suas tropas, como Lagoa Vermelha e Passo Fundo.

⁶⁵ FLORES, Moacyr. O tropeirismo e a economia colonial. In: SANTOS, Lucila Maria Sgarbi, VIANNA, Maria Leda Costa, BARROSO, Vera Lucia Maciel. (Org.) Bom Jesus e o tropeirismo no Brasil Meridional. EST, 1995, p. 143.

⁶⁶ Tropeiro: pessoa que se ocupa em comprar e vender tropas de gado, de égua ou de mulas. Condutor de tropas de gado ou de cargueiros. Peão que ajuda a conduzir tropas.

⁶⁷ Cesto grande feito de taquara, com uma alça de couro cru cada lado, destinado a transportar coisas em cargueiro.

⁶⁸ FLORES, Moacyr. Tropeirismo no Brasil. Porto Alegre, Nova Dimensão, 1998, p. 6.

⁶⁹ RODRIGUES, Elusa Maria Silveira, MADEIRA, Jussara Lisboa, SANTOS. Lucila Maria Sgarbi, BARROSO, Vera Lucia Maciel. (Org.) Bom Jesus e o Tropeirismo no Cone Sul. Porto Alegre. EST, 2000, p.44.

O tropeirismo assumiu também a função de veículo difusor da cultura popular, disseminou novas idéias, influenciando os costumes e tradições, uma vez que os tropeiros percorriam enormes distâncias com suas tropas, observando os costumes de cada região e participando de suas festas. Nos momentos de descanso nos acampamentos e nos pousos, os tropeiros eram aguardados por aqueles que ansiavam pelas novidades e notícias transmitidas, através de causos ou até mesmo de trovas e cantorias.

No Rio Grande do Sul os rebanhos se reproduziram rapidamente, dando origem a duas grandes reservas de gado: a Vacaria do Mar, localizada em uma extensa área de terras delimitada pelos rios Camaquã, Negro e o litoral, e a Vacaria dos Pinhais, localizada nos Campos de Cima da Serra. A Vacaria dos Pinhais surgiu, quando os jesuítas decidiram esconder milhares de cabeças de gado bovinos e para impedir o alcance de portugueses, paulistas e lagunistas, conduziram os rebanhos para os Campos de Cima da Serra, entre os rios das Antas e Pelotas, onde eram deixados livremente. A partir de então, passaram a ser freqüentes as tropas de gado, conduzidas pelos guaranis, através dos caminhos abertos nos matos Português e Castelhana, na direção dos Sete Povos.

O tropeirismo foi uma atividade que por mais de três séculos constitui-se num importante fator de conquista e povoamento das regiões brasileiras, de natureza econômica, transcendendo fronteiras foi responsável pela abertura de caminhos que não passavam de trilhas abertas a casco de animais, consolidando a rede de rodovias que cortam o país.

2.1 Os caminhos da integração

A primeira rota regular, ligando os campos sulinos às demais regiões do Brasil, foi o caminho aberto no final do século XVII, entre as vilas de Sorocaba e Curitiba.⁷⁰ Esse caminho denominado então de Caminho da Praia iniciava nos arredores de Montevideú, onde arrebanhavam mulas, seguia pelo litoral, cruzava o Chuí, o canal do Rio Grande, o Mampituba, entrava em Santa Catarina, passava pelo rio Araranguá, Tubarão, Itajaí até São Francisco do Sul, onde pegava o Caminho dos Ambrósios, dirigindo-se a Curitiba.⁷¹

Em 1727, o sargento-mor Francisco de Souza Faria iniciou o Caminho da Serra, uma estrada que dava acesso à região do Rio da Prata e a Curitiba, integrando aqueles

⁷⁰ PERIN, Suzana da Silva. O tropeirismo e o surgimento de Barracão. 2001, Monografia (Pós Graduação), Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, Santa Catarina, 2001, p. 32.

⁷¹ FLORES, Moacyr. Tropeirismo no Brasil. Porto Alegre, Nova Dimensão, 1998, p.31.

criadores ao resto da colônia portuguesa. Cristóvão Pereira de Abreu, para completar essa rota, parte da colônia do Sacramento, em fins de 1732, com um enorme rebanho de animais, cerca de 1.300 cavalos, produzidos nos pampas gaúchos para o transporte de mercadorias nas regiões perigosas e montanhosas como a Serra do Mar e de Mina.⁷² Passado um ano a comitiva de Cristóvão Pereira de Abreu passa por Curitiba e chega ao Campo Largo de Sorocaba. Em 1733, foi, portanto, inaugurada a linha inicial do tropeirismo paulista.

Alguns anos passados e outro caminho paulista foi oficializado. A cerca de 250 km ao sul do Caminho da Praia, abandonando a costa marítima, subindo o planalto de Santo Antônio da Patrulha. Esse novo caminho chamado Caminho de Viamão, passava pela Vacaria dos Pinhais, que já vinha sendo explorada, pelo outro caminho, através do passo de Santa Vitória. A reserva pecuária platina dos guaranis, o gado selvagem, foi aos poucos sendo capturado e consumido ou conduzido pelos tropeiros a São Paulo.

Nos primeiros anos do século XIX, o caminho entre o passo do Rio Pelotas-Passo de Santa Vitória, começou a ser abandonado, pois o gado excedente encontrava-se mais para o oeste. Em 1816, o alferes Atanagildo Pinto Martins recebeu uma ordem do comandante Diogo Pinto de Azevedo Portugal para que abrisse um novo caminho para atingir as missões.

Ao desviarem para o leste o roteiro pretendido, Atanagildo e sua escolta atravessaram os Campos Novos e passaram o rio Pelotas, chegando aos Campos de Vacaria. Tomando rumo a oeste, caminharam até chegarem ao destacamento de São Borja na fronteira missioneira. Este foi um caminho usado clandestinamente, pelos tropeiros, que veio a chamar-se Estrada das Missões.

Esse caminho partia dos Sete povos das Missões, passando por Cruz Alta, Carazinho, Passo Fundo, Mato Castelhana, Campo do Meio, Mato Português, rumando então para o Passo de Santa Vitória no rio Pelotas. A rota foi desviando o tropeirismo da estrada que ia de Vacaria para Viamão. Pela Estrada das Missões, buscavam-se diretamente as fontes fornecedoras de muares e outras espécies de gado.

O caminho aberto por Campos Novos, saindo da Estrada das Missões, encontrando a leste a Estrada das Tropas, vindo de Lages, passou a ter a preferência dos tropeiros. A

⁷² NEPOMUCENO, Davino Valdir Rodrigues. História de Lagoa Vermelha até o início do 3º milênio. Porto Alegre: Edições EST, 2003, p. 26.

travessia do rio Pelotas⁷³ era feita pelo Passo do Pontão, Barracão. Desde 1780, esse passo já servia à maior parte dos tropeiros que vinha da província de São Paulo. O Passo do Pontão encurtava consideravelmente o percurso, dispensando a caminhada de aproximadamente trinta léguas até Vacaria, para rumar para Lages e, por esse caminho, evitava-se a passagem pelo Registro de Santa Vitória, colocado entre Vacaria e Lages, para a cobrança de impostos sobre o gado e mulas transportados para São Paulo e Minas Gerais, além disso, a serra oferecia melhores condições de trafegabilidade aos animais. Mesmo com a utilização das outras passagens, o passo do Pontão permaneceu em uso até se extinguir o ciclo do tropeirismo, em meados do século XX.⁷⁴

Um outro caminho que facilitou também a retirada do gado da região das Missões para o Sudeste, a metade do século XIX, foi o caminho do Passo do Pontão, que levava o gado para Sorocaba e São Paulo.

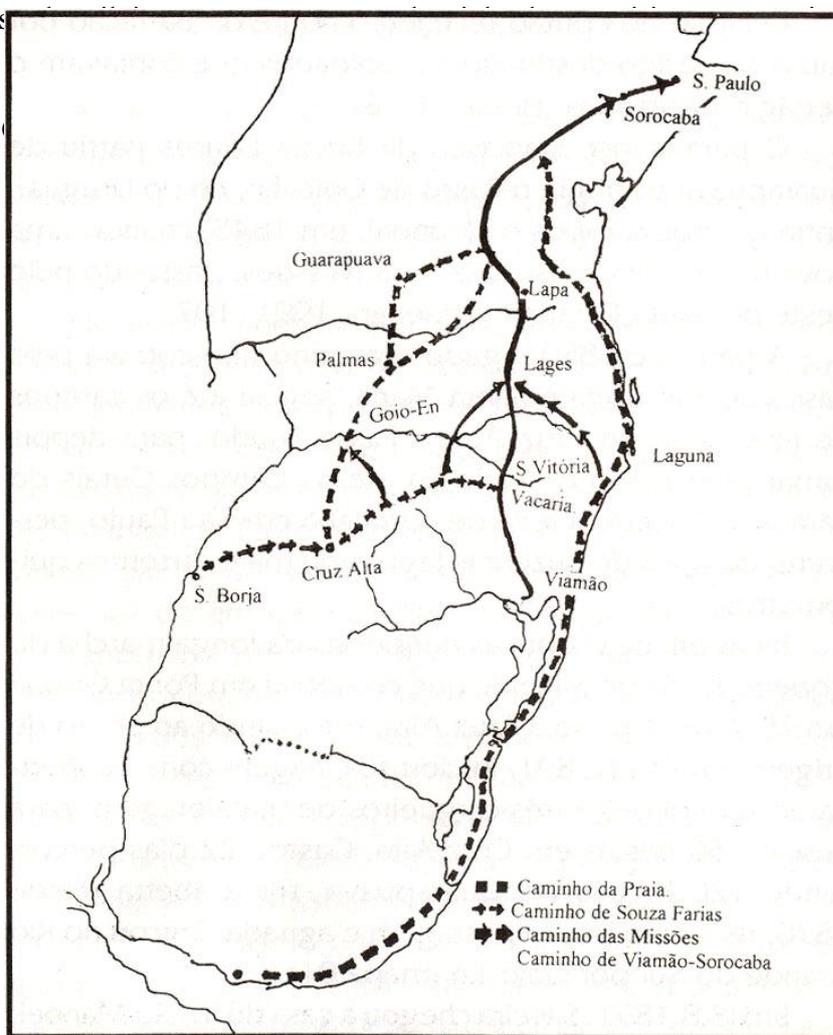


Figura 06 – Caminhos de tropas

Fonte: FLORES, Moacyr. Tropeirismo no Brasil. Porto Alegre. Nova Dimensão, 1998.

⁷³ Os tropeiros que vinham para a região entravam no Rio Grande do Sul, usando canoas feitas de couro, conhecidas como pelotas, daí se originando o nome do rio que separa o estado de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

⁷⁴ RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio; POZENATO, José Clemente. (Org.) Caminhos & Passos: aspectos históricos e culturais da área da usina hidrelétrica Machadinho. Caxias do Sul: EDUCS, 2001, p. 29.

2. 2 Os Registros

Os Registros eram os locais onde se contavam os animais muares, bovinos e cavalares, para a cobrança de impostos, faziam parte do sistema de arrecadação de impostos, estabelecendo ligações com as capitanias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que serviam de controle para a criação e venda de animais muares, cavalares e vacuns.⁷⁵

A exploração dos registros fazia-se com arrematantes, através de um contrato. Nestes contratos o arrematante se comprometia em pagar uma quantia fixa e determinada aos cofres da Coroa e os totais que restassem seriam seus lucros.

O arrematante era chamado de Provedor do Registro e contava com uma guarda militar que apreendia os animais e prendiam os contrabandistas. O provedor e guarda eram pagos pela Provedoria da Real Fazenda. O arremate era normalmente por tempo de três anos, excepcionalmente por seis anos, e pago em três parcelas a contar do fim do segundo ano. “Custódio Barroso Bastos, através da mesa do Rio de Janeiro, arrematou o Registro de Viamão pelo período de 15 de outubro 1762 a 30 de setembro 1765, no valor de 5:333\$333 réis que deveria pagar em três parcelas”.⁷⁶ O arrematante poderia ter sócios, arrematar o contrato por mais de uma vez e arrematar um ou mais Registros ao mesmo tempo.

Caso o Registro não fosse arrematado, o Provedor da Fazenda Real nomeava um funcionário público que era designado como provedor e administrador do Registro. Recebia da Fazenda Real um ordenado de 200\$000 réis anuais. O Provedor do Registro era uma pessoa instruída, pois também poderia ser nomeado escrivão, controlando todo o serviço burocrático.

O provedor devia ter grande cuidado para que não passassem pelo Registro animais cavalares, muares e vacuns sem guias da Provedoria da Real Fazenda, do Arraial de Viamão. Cuidaria também para que os animais não passassem fora do Registro, por picadas ou descaminhos. Caso isso ocorresse o arrematante mandaria soldados no encalço dos contrabandistas. Tinha ordem de apreender os animais, pondo-os em depósitos, até que se encontrassem livres os seus proprietários ou que se mandassem matar os animais por ordem de sua Majestade.⁷⁷

⁷⁵ FLORES, Moacyr. Op. cit., p. 61.

⁷⁶ FLORES, Moacyr. Op. cit., p. 63.

⁷⁷ Id., *ibid.*, p. 64.

A importância da instalação dos Registros deveu-se principalmente a três fatores: exercer o controle de pessoas e animais que, entravam ou saíam do território sul-riograndense; da vultosa soma em dinheiro proveniente das taxas cobradas pela passagem de gado muar que ia para São Paulo, destinado aos cofres da Fazenda Real e por ter permitido a fixação da população, principalmente estancieiros, em seu território.

No Rio Grande do Sul, no ciclo do tropeirismo foi criado o Registro de Viamão, por volta de 1739. Esse Registro esteve localizado a poucos metros da margem esquerda do rio dos Sinos, sobre uma colina, na localidade de Guarda Velha, aproximadamente a 6 quilômetros, no sentido noroeste, do centro de Santo Antônio da Patrulha.⁷⁸

A extinção do Registro de Viamão deveu-se ao paulatino abandono desse caminho pelos tropeiros, pois as estâncias do litoral e dos campos de Viamão estavam cada vez mais voltadas para a criação de gado bovino, para a indústria do charque em expansão, no período. O gado muar e cavalar vinha sendo adquirido pelos tropeiros mais ao oeste, onde haviam aberto o Caminho Novo da Vacaria, que ia direto à zona das Missões. O Registro de Viamão foi desativado, provavelmente, no segundo semestre de 1808, conforme a efetivação do último arremate do contrato dos direitos de passagem de animais pelos Registros de Viamão e Santa Vitória, realizado em Porto Alegre, em 19 de dezembro de 1805, na Junta a Real Fazenda, para o triênio de 1806/08.

O Registro de Santa Vitória foi instalado no decorrer de 1772, ocorrendo em 18 de dezembro desse mesmo ano, no Rio de Janeiro, o primeiro arremate do contrato do Registro, junto com o de Viamão. Este contrato realizado por Bernardo Gomes Costa e seus dois sócios, foi registrado em Viamão em 16 de janeiro de 1773, teria validade por um período de três anos, devendo ser pago um total de 10:000\$000.

A extinção do Registro de Santa Vitória ocorreu anterior a 08 de março de 1848, a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, fora nessa data informada da remoção para o Passo do Pontão na confluência dos Rios Pelotas e Canoas. Atanagildo Pinto Martins teve grande influência na instalação de uma coletoria no Passo do Pontão, ao destacar o aumento do fluxo de animais por essa rota que desviando-se da Trilha das Missões, para o leste que através do Passo do Pontão saíam em Campos Novos, estado de Santa Catarina.

“O fato que torna evidente as vantagens desta estrada sobre a antiga é o fato de ser ela já tão transitada, apesar de nenhum benefício ter recebido da indústria humana e, sendo ela aberta convenientemente todo o comércio desta província para a de São Paulo se dará por ela, com

⁷⁸ PERIN, Suzana. Op. cit., p. 39.

grande vantagem não só da diminuição da despesa, nos dias de viagem que encurta, como em perda de animais que sempre ocorre na estrada atual. Creio, portanto, que mais facilitará esse comércio a mudança do Registro de Santa Vitória para o Passo do Pontão”.⁷⁹

A instalação do Registro no Passo do Pontão agregou um novo significado para a região ao contribuir para o surgimento de um núcleo populacional, Barracão, e a fixação de fazendeiros nos campos, favorecida pela passagem dos tropeiros por esse caminho.

2.2.1 O Passo do Pontão

Durante anos, o Passo foi clandestino, vindo a ser oficializado o Registro, em 1818, por Antonio da Rocha Loires, tendo à frente o major Atanagildo Pinto Martins, que já conhecia o local desde 1814, guiado pelo índio Caingangue Jonjong.⁸⁰

Em 1848, o presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, General Francisco José de Souza Soares de Andréa encarregou o Capitão Joaquim Antonio de Moraes Dutra para construir uma obra que serviria de quartel e casa de coletoria, este também seria o Provedor desse Registro. Consta no Arquivo Histórico do RS, no relatório de 1848, do Vice Presidente da Província a Assembléia Legislativa, a remoção do registro de Santa Vitória para o Passo do Pontão.⁸¹

As ordens do Presidente da Província eram de que o quartel e a casa de coletoria fossem construídos às margens do rio Uruguai, no passo chamado de Pontão, sobre a estrada de Campos Novos, no local em que havia a confluência do rio Canoas e Pelotas, formando o rio Uruguai, porém, o administrador achou mais conveniente construir a obra mais afastada do rio. Essa construção foi feita nas imediações do atual espaço urbano de Barracão.

O primeiro arrematador desse Registro foi Ana de Matos, de Campos Novos, pela soma de 250 mil réis. Em 1850, o governo provincial, percebendo que este Registro estava dando muito dinheiro, arrematou-o.

A importância dessa localidade para a Província e para o povoamento regional pode ser comprovada pelo Arquivo da Cúria Diocesana de Vacaria, pela frequência das visitas

⁷⁹ ROCHA, Prudêncio. A História de Cruz Alta. Apud. PERIN, Suzana da Silva. O tropeirismo e o surgimento de Barracão. 2001. Monografia (Pós Graduação), Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, Santa Catarina, 2001.

⁸⁰ BARBOSA, Fidélis Dalcin. A Diocese de Vacaria. Caxias do Sul: Ed. UCS, 1984, p.312.

⁸¹ PERIN, Suzana da Silva. Op. cit. p.46.

feitas pelo padre Missionário da Companhia de Jesus, José Cabeza, que esteve celebrando e batizando na capela do Pontão nos dias 04, 24 e 30 de setembro, nos dias 06 e 24 de outubro, nos dias 12 e 20 de novembro, no dia do Natal e 30, do ano de 1849.⁸² Duas visitas mensais, continuando essas visitas em anos posteriores. Podemos então considerar dois aspectos: um aumento considerável da população, nesse local, e a preocupação da Igreja em enviar padres para atender seus fiéis.

No período de 1849 a 1856 o Registro do Passo do Pontão foi o que mais impostos arrecadou para a Província. A partir de 1857, inicia-se um declínio na arrecadação, justificada pelas seguintes causas: a grande demanda de muares para a feira de Sorocaba em 1856, causando prejuízos aos tropeiros por não terem sido vendidas as tropas ali acumuladas, e a abertura da estrada de Nonoai, sendo este caminho preferido pelos tropeiros.

O Registro do Passo do Pontão ainda permaneceu, na localidade do Barracão, até 1899, quando em 02 de dezembro de 1899, pelo Ato nº 47, foi determinada sua transferência para a Vila de Lagoa Vermelha, em virtude de ser esta a sede municipal. O Passo do Pontão permaneceu sendo utilizado pelos tropeiros até meados do século XX, quando da extinção do ciclo do tropeirismo.⁸³

2.3 As estâncias

As estâncias no princípio eram apenas locais de repouso e recuperação, ao longo dos caminhos de tropas. Dessas paradas e pousos, surgiram instalações mais definitivas. Os povoadores dos campos precisavam de lugares onde pudessem fixar moradia para poderem cuidar das criações e protegê-las. Inicialmente se construíram os currais para a encerra do gado, posteriormente outras dependências que permitissem a moradia. As estâncias foram as células vivas do organismo social rio-grandense. Elas resumiam a vida da população.⁸⁴

As primeiras estâncias de tropeiros, luso-brasileiros, começaram a aparecer no litoral, ao longo do Caminho de Laguna para a Colônia do Sacramento. Essas estâncias marcaram o início do povoamento com a finalidade de exploração da pecuária. Antes delas existia somente a caça ao gado xucro que vivia solto nos campos.

⁸² BARBOSA, Fidélis Dalcin. Op. cit., p. 312.

⁸³ RIBEIRO, Cleodes Maria P. J.; POZENATO, José Clemente. Op. cit., p. 29.

⁸⁴ MARQUES, Alvarino da Fontoura. Episódios do ciclo do charque. Porto Alegre, EDIGAL, 1987, p.36.

Os primeiros estancieiros eram lagunenses, atraídos para a faixa litorânea, entre o Mampituba e a Barra de Rio Grande. Depois da fundação de Rio Grande, em 1737, propagaram-se as estâncias na fronteira do Rio Grande.

As autoridades portuguesas, desde 1789, vinham concedendo sesmarias ao sul do rio Piratini. Uma vez conquistado o litoral, as sesmarias avançaram pelas margens do Jacuí. A partir do Tratado de Madri, em 1750, as concessões de sesmarias avançaram para o interior.⁸⁵

Nas estâncias viviam reunidos parentes, amigos, peões, escravos negros, além dos posteiros ou agregados que podiam morar num pedaço de terra, cultivá-lo e criar umas poucas cabeças de gado, em troca da prestação de serviços ao estancieiro.

Na vida campeira, em lides normais, patrão e empregados eram muito semelhantes, os costumes extremamente simples e rústicos, a sobriedade das fazendas beirava à pobreza: poucos eram os móveis, os utensílios domésticos escassos, seus moradores possuíam pouca roupa. Limitava-se ao uso dos bens produzidos em casa.

Os estancieiros, donos de latifúndios e de milhares de cabeça de gado, tinham rendimentos baixos e com isso pouco poder aquisitivo. Primavam pela simplicidade de hábitos e costumes, só não demonstrando modéstia no montar: encilhava os mais belos e os melhores cavalos, e cobria de prata e até ouro seus arreios e acessórios de montaria.

As estâncias dos Campos de Cima da Serra foram, talvez, as que mais conservaram, por mais tempo, as características das estâncias primitivas, por viverem isoladas e por dever bastar-se a si mesmas. Nas estâncias era produzido tudo o necessário para a subsistência: alimentos, agasalhos, móveis, veículos, arreamentos, sabão, velas de iluminação, fumo etc. O que não era possível ser produzido em casa ou na região, vinha de fora, como o sal, as armas e algumas ferramentas.⁸⁶

O dinheiro era sempre muito escasso, sendo conseguido através da comercialização de poucos produtos como: couros, sebo, erva-mate, lã, crina de animal, chifres. A venda de mulas para os tropeiros que vinham do centro do País se constituía na maior fonte de lucros. Em épocas remotas, junto com as mulas e cavalos, era possível vender gado de corte, em pé, que eram conduzidos para Minas Gerais.

No final do século XVIII e início do século XIX, com o desenvolvimento das charqueadas, em que o charque gaúcho conquistou mercados no centro e nordeste do País,

⁸⁵ Id., *ibid.*, p. 40.

⁸⁶ MARQUES, Alvarino da Fontoura. *Op. cit.*, p. 42.

foi que a venda de gado bovino gordo se transformou na principal finalidade da pecuária rio-grandense.

Nas estâncias a produção agrícola era muito reduzida. Embora contassem com a fertilidade natural da terra e do clima temperado, não havia entre os estancieiros a tradição agrícola. Os instrumentos de trabalho na lavoura eram extremamente rudimentares, desconhecia-se o emprego de adubos naturais. Todavia, o principal motivo da limitação na expansão das lavouras, era sem dúvida, a invasão dos animais que viviam soltos. Não havia arame e os cercamentos mais comuns eram as taipas de pedras que exigiam muito trabalho e tempo para serem levantadas. Faziam-se então roças dentro do mato, circundadas por tranqueiras de madeiras das árvores derrubadas. Além de proteger as plantas contra o gado e outros animais, as roças aproveitavam a fertilidade natural das terras de mato.

Cultivava-se o milho, mandioca, batata doce, feijão, trigo e demais produtos. A agricultura fazia-se com a participação da mão-de-obra livre, os peões, e também escrava. As colheitas proporcionavam não só alimentação das pessoas, como também dos animais domésticos. “Sem milho, sem mandioca, sem batata doce, não havia porco gordo nem galinhas, nem vacas de leite e animais de trabalho durante o inverno”.⁸⁷

No final do século XIX e início do século XX a criação de porcos, que nas estâncias estava voltada somente para o consumo interno, adquiriu um novo significado para a economia dos estancieiros, colonos e comerciantes, agregando novos recursos financeiros. Com o processo migratório, principalmente de italianos e seus descendentes, no Rio Grande do Sul e com o desenvolvimento do comércio da banha, esses animais, criados no campo, passaram a ser adquiridos por tropeiros e trazidos para as áreas cobertas de florestas, principalmente florestas de araucárias, que no inverno produziam o pinhão, utilizado como um importante alimento para a engorda dos porcos. Posteriormente esses porcos eram vendidos para os matadouros e frigoríficos da região e até de outros estados brasileiros. Esse significado à economia será mais bem compreendido no próximo capítulo, quando abordaremos “o tropeirismo de porcos”, na região das matas do município de Lagoa Vermelha.

É inegável que o tropeirismo, apesar de ter provocado grande retirada de tropas de muares e bovinos do Sul para outras regiões do País, contribuiu enormemente para o surgimento de povoações nas regiões por onde passavam os Caminhos das tropas e por

⁸⁷ Id., *ibid.*, p. 43.

inserir novos costumes aos hábitos locais. O que muito bem está registrado por Ribeiro e Pozenato e podemos conferir na obra “Caminhos & Passos”:

“Como lugar obrigatório de passagem de tropas, de mulas e, mais tarde, de gado, as duas margens do rio Pelotas próximas do passo do Pontão guardaram fortes marcas culturais dessa presença, algumas ligadas à própria atividade do tropeirismo, outras como decorrência de costumes trazidos de outras partes do País, por tropeiros e peões que terminaram por se radicar no local ou nas suas proximidades. [...] alguns costumes dos tropeiros passaram, a se incorporar aos hábitos locais, seja na vestimenta, na culinária, nos jogos e nas diversões e até mesmo em práticas religiosas, podendo ser ainda hoje observadas. [...] na culinária o uso do charque cozido na brasa, o revirado de feijão, a paçoca, o arroz de carreteiro, o café de chaleira [...] o artesanato do couro e de apetrechos de montaria”.⁸⁸

2.4 A produção econômica da região nas primeiras décadas do século XX

A economia da região das matas do município de Lagoa Vermelha, nas primeiras décadas do século XX, tinha como base a pecuária e a agricultura, não deixando de destacar também a extração da erva-mate que fazia parte da produção econômica dos primeiros povoadores da região, nos espaços onde predominavam as florestas, e ainda, a extração da madeira, vinculada aos projetos de colonização e à expansão agrícola.

2.4.1 A extração da erva-mate

Nas matas da região Nordeste, como em todo o norte do Rio Grande do Sul, os ervais nativos eram abundantes. O extrativismo da erva mate vem desde a época das reduções jesuíticas do século XVII.⁸⁹ No século seguinte, tornou-se uma das principais fontes de recursos das Missões. No século XIX, constituiu-se, ao lado da pecuária, em uma das principais fontes de arrecadação das Câmaras Municipais, através do tributo que incidia sobre a exportação do produto.

Nas primeiras décadas do século XX, no contexto do processo de migração interna, a vinda dos colonos para a região se constituiu num fator decisivo para a exploração dos

⁸⁸ RIBEIRO, Cleodes Maria P. J. ; POZENATO, José Clemente. Op. cit., p. 29-30.

⁸⁹ ZARTH, Paulo Afonso. História agrária do planalto gaúcho 1850-1920. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997, p.116.

ervais nativos, os caminhos alternativos abertos pelos tropeiros que percorriam a região se tornaram canais de estímulo à produção e ao comércio da erva-mate que se tornou um produto de circulação preferencial na região, como nos informa Ribeiro e Pozenato:

“O incremento da produção da erva-mate no início do século XX, foi considerável. Depoimentos colhidos em Machadinho, Capinzal e Maximiliano de Almeida e no livro contábil, examinado no município de Esmeralda, dão conta da importância econômica desse produto no período compreendido entre as décadas de 1910 a 1940”.⁹⁰

Os migrantes então recém chegados na região, nas primeiras décadas do século XX, foram assimilando as técnicas tradicionais utilizadas pelos caboclos locais acerca da extração da erva-mate e seu processos de aproveitamento, como o modo de cortar e secar a erva-mate, inicialmente em carijos e posteriormente a técnica do barbaquá.⁹¹ A erva-mate era transportada para os mercados regionais em bruacas, nos cargueiros de mulas que saíam em tropilha.

Encontramos na obra Caminhos & Passos⁹² um importante depoimento, entre outros, de um neto de imigrante (A. G.) sobre a existência e a extração da erva-mate, em especial, no município de Machadinho. O depoente afirma ter seu avô, no ano de 1917, migrado do município de São Marcos para o município de Machadinho por ter sido informado, através de caboclos tropeiros, que passavam vendendo quilos de erva-mate, de que em Machadinho existiam muitos pinhais e sob os pinhais o “ouro verde” como era chamada a erva-mate. Então se deslocaram para a região onde havia erva-mate em abundância.

A produção da erva-mate era destinada aos mercados que iam se formando no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e também na Argentina. As necessidades da comercialização da erva-mate fizeram com que, aos poucos, a indústria doméstica cedesse lugar à industrialização, em estabelecimentos especializados nessa atividade ou em cooperativas.

Os agricultores, dentro desse sistema, permaneceram como fornecedores de matéria-prima, colhida nos ervais de suas propriedades particulares. Durante décadas, e para muitas famílias, a produção da erva-mate na região foi uma atividade econômica

⁹⁰ RIBEIRO, Cleodes Maria P. J.; POZENATO, José Clemente. Op. cit., p. 171.

⁹¹ Interessante abordagem sobre as técnicas utilizadas no processamento da erva-mate encontra-se em: RIBEIRO, Cleodes Maria P. J.; POZENATO, José Clemente. Op. cit., p. 172-182.

⁹² Id., *ibid.*, p. 177.

importante por ser um produto com mercado assegurado, ao contrário dos produtos agrícolas de subsistência. Isso possibilitava que os colonos tivessem uma fonte de ingresso de moeda nas suas localidades, o que, por sua vez contribuía para o incremento do comércio local. Todavia, à medida que a produção se concentrou nas indústrias de erva-mate, a extração passou a ser apenas uma atividade subsidiária nas pequenas propriedades rurais, uma vez que os lucros com o beneficiamento passaram para essas empresas.⁹³

A partir da metade do século XX a produção da erva-mate no Rio Grande do Sul, voltou-se para o mercado interno, entrando em decadência a sua exportação, uma vez que outras regiões também passaram a produzir. Contudo, com o aumento da população regional e a disseminação do hábito de tomar chimarrão, atualmente, a produção feita no Rio Grande do Sul é insuficiente para o abastecimento do mercado gaúcho.

2.4.2 A pecuária

A criação de gado foi a principal fonte de renda do município de Lagoa Vermelha, permanecendo ainda durante as primeiras décadas do século XX. Os luso-brasileiros, que se instalaram em suas áreas de campo, dedicaram-se a princípio mais à criação e comercialização de muares, passando, a partir dos primeiros anos do século passado, à criação de gado bovino.

Na década de 1890, havia no município cerca de 50.000 bovinos, 40.000 eqüinos e 10.000 muares, com uma exportação de 5.000 bovinos, 1.000 eqüinos e 500 muares. A Guerra Civil de 1893 repercutiu desfavoravelmente à produção pecuária na região, deixando os campos empobrecidos. Em 1900 o município contava apenas com 36.000 cabeças de gado, ao todo, vacum, cavalar e muar.⁹⁴

A partir de 1900, a pecuária do município de Lagoa Vermelha, teve um progressivo aumento na quantidade e diversidade da produção, devendo-se isso, no nosso entendimento, ao aumento populacional, decorrente do processo migratório para as regiões de matas, ao norte do município. Podemos observar esse incremento no quadro a seguir:

⁹³ RIBEIRO, Cleodes Maria P. J.; POZENATO, José Clemente. Op. cit., p. 37.

⁹⁴ BARBOSA, Fidélis Dalcin. Nova história de Lagoa Vermelha. Porto Alegre, EST, 1981, p. 195.

Anos	Bovinos	Eqüinos	Muares	Ovinos	Suínos	Caprinos
1919	85.000	30.000	30.000	12.000	80.000	6.000
1923	145.000	30.000	14.200	17.000	90.000	6.200
1948	227.454	33.706	14.771	34.236	75.013	2.586

Figura 07 - A Produção pecuária do município de Lagoa Vermelha 1919-1948.

Fonte: BARBOSA, Fidélis Dalcin, Nova História de Lagoa Vermelha, EST, 1981, p. 195.

A pecuária permanece caracterizando-se como base fundamental da economia de todo o espaço territorial que pertencia ao município de Lagoa Vermelha, nas suas áreas de campos e também nas áreas de matas.

2.4.3 A agricultura: entre a subsistência e o excedente mercantil

A agricultura tradicional de subsistência, desenvolvida nessa região, caracterizava-se pela utilização intensiva dos recursos naturais, ou seja, a fertilidade natural do solo e a mão-de-obra direta, cujo objetivo da produção era a alimentação do núcleo familiar, sendo o excedente destinado à comercialização. Era praticada em pequenas propriedades. Os instrumentos de trabalho eram simples: foice, machado para a derrubada da mata, abrindo novas frentes agrícolas; a enxada e o arado de tração animal para o preparo do solo e o controle das ervas daninhas; máquina manual de plantar; foicinha de cortar trigo, arroz, alfafa, etc. carroça de tração animal para o transporte. As técnicas de preparação do solo, cultivo, colheita, etc. eram frutos da experiência e se transmitiam de uma geração para outra, sendo aperfeiçoadas gradativamente. A prática vivenciada era de grande valor. As principais energias utilizadas eram oriundas diretamente da própria natureza: energia humana e animal, da água e do vento.

Em cada pequena propriedade rural, produzia-se grande variedade de produtos: milho, feijão, trigo, arroz, centeio, cevada, aveia, alfafa, batata inglesa e batata doce, fumo, cana-de-açúcar, beneficiada principalmente em alambiques domésticos, para a produção da cachaça, além da mandioca que era um produto já cultivado pelos luso-brasileiros e caboclos que viviam na região, sendo a mandioca transformada em farinha nas atafonas que iam sendo construídas pelos colonos. Havia também a horta onde se produziam hortaliças, verduras e legumes, e o pomar, com árvores frutíferas e o parreiral para a

produção do vinho. Criava-se também nessas propriedades, animais domésticos e aves, para o consumo próprio e para a comercialização, destacando-se os suínos.⁹⁵

A derrubada das matas e a implantação de uma economia agrícola, inicialmente de subsistência, baseada na pequena produção em regime de trabalho familiar, lentamente evoluindo para uma produção de excedentes, voltados para o comércio interno, caracterizaram o modo como os colonos imigrantes passaram a garantir sua sobrevivência. O milho, o trigo, a alfafa e a banha destacavam-se nessa produção voltada para o comércio.

O milho sempre figurou entre a produção inicial na região, destacando-se por ser um cereal versátil e de grande valor nutritivo, sendo inicialmente utilizado para o consumo humano, alimentação animal e para o comércio interno. Desse cereal praticamente tudo era aproveitado, o grão transformava-se em farinha, sua palha servia para rechear colchões e para o artesanato de utensílios, o sabugo alimentava o fogo.

“Nada se perde da própria planta: a parte lenhosa, que resta depois da debulha da espiga, serve para fazer fogo; as folhas secas dão a forragem e a palha, as mais finas, as que estão em volta da espiga, são utilizadas para encher colchões e até para enrolar os cigarros; quanto às folhas grossas e aos caules, são enterrados para proteger o solo contra a erosão”.⁹⁶

O milho apesar de ser um produto altamente difundido nos núcleos coloniais, manteve pouca significação na exportação, estando mais voltado ao consumo interno, uma vez que este cereal aliado ao pinhão, fruto da araucária, existente em abundância, articulava-se à criação de suínos para produção da banha que vinha conquistando melhores preços no mercado.

A prática da cultura do milho passou então a estar voltada especialmente para a alimentação de suínos, animais que em maior escala passaram a ser criados na região pelos colonos e escoados através da via férrea das estações de Marcelino Ramos (RS) e Piratuba (SC), principalmente para o Frigorífico Matarazzo, em São Paulo, sendo esses animais conduzidos em tropas até as estações de embarque.⁹⁷

O trigo, cereal introduzido no nosso Estado pelos açorianos, também fez parte das culturas da região das matas ou região colonial onde se constituía num importante produto voltado inicialmente para a subsistência. A partir da Primeira Guerra Mundial, o consumo passou a crescer sensivelmente, exigindo a necessidade de maiores importações, levando o

⁹⁵ BRUM, Argemiro Jacob. Modernização da agricultura no planalto gaúcho. Ijuí, FIDENE, 1983, p. 82.

⁹⁶ ROCHE, Jean. A colonização alemã no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1969. Vol. I., p.256.

⁹⁷ RIBEIRO Cleodes Maria P. J.; POZENATO, José Clemente. Op. cit., p. 38.

governo a adotar medidas visando à produção interna de trigo, para livrar-se da dependência de crescentes importações.

A triticultura foi estimulada pela ajuda oficial e também pela atividade moageira dos moinhos coloniais que se propagaram e que produziam para o mercado interno. O censo do IBGE, de 1920, registrou uma produção de 8.000 toneladas de trigo no município de Lagoa Vermelha.⁹⁸

Getúlio Vargas, ao assumir o governo do Estado, em 1928, promoveu uma forte campanha clamando ao povo que naquele momento era relevante a importância do cultivo do trigo. “O Rio Grande do Sul gasta anualmente, mais de trinta mil contos de sua economia, na aquisição de trigo estrangeiro, destinado ao pão de seu consumo. Plante trigo. Ele é a fartura do lar, a glória dos campos e a riqueza da Pátria” (sic).⁹⁹ Objetivando uma produção tecnicamente mais avançada, o governo criou estações fitossanitárias experimentais, onde técnicos deram origem a variedades novas, melhor adaptadas ao meio.

A partir de 1930, com Getúlio Vargas na presidência do País, aumentaram as preocupações com a produção nacional do trigo traduzida em várias medidas legais, numa crescente intervenção do Estado neste setor.¹⁰⁰

Ao final da República Nova, o Rio Grande do Sul mantinha sua posição de maior produtor de trigo. Em 1938, produzia para o mercado nacional 130.000 toneladas, num total de 180.000 para todo o país, aparecendo como os demais produtores: Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais e Bahia.¹⁰¹

A cultura do trigo na década de 1940 adquiriu novo impulso, em consequência da Segunda Guerra Mundial, quando paralelamente às restrições das importações de bens de consumo o governo adotava novas medidas subsidiárias estimulando sua expansão. Os incentivos governamentais no Rio Grande do Sul traduziram-se na criação de postos de multiplicação de sementes; estações experimentais; garantia de preços mínimos, créditos e subsídios; expansão da indústria moageira; investimentos na infra-estrutura de comercialização e melhorias tecnológicas.¹⁰² Na região, estes incentivos se materializaram essencialmente na expansão das lavouras das pequenas propriedades dos colonos,

⁹⁸ DAL MORO, Selina M. De Escola Paroquial à Escola Pública: o significado da escola no desenvolvimento de Sananduva/RS. (Dissertação de Mestrado) Rio de Janeiro: FGV, 1985, p.51.

⁹⁹ Jornal Republicano: A Pátria, Soledade, 8 de dezembro de 1928. Acervo Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo/RS.

¹⁰⁰ BRUM, Argemiro Jacob. Op. cit., p. 94.

¹⁰¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. RS: agropecuária colonial & industrialização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983, p. 181.

¹⁰² TEDESCO, João Carlos; et al. Agroindústria, frigoríficos e cooperativismo: evoluções e contradições nas lógicas de desenvolvimento de Passo Fundo 1960-1980. Porto Alegre: EST, 2005, p. 232.

mantendo uma produção ascendente. A lavoura de trigo na região apenas era superada pela quantidade de produção de milho, o que cabe destacar, demonstra a importância relativa mantida pela suinocultura, em virtude da articulação milho/suínos.

A alfafa por ser um importante produto agrícola para alimentação cavalar também era destinado à comercialização. Pela proximidade com as áreas destinadas à criação de gado, era vendida no mercado regional para os proprietários das casas de pasto, localizadas ao longo das estradas que ligavam as sedes coloniais com os entrepostos comerciais, como a estação de ferro de Erechim, atual, Getúlio Vargas, com Caxias do Sul. Era freqüente o tráfego de carreteiros e viajantes com suas carroças de tração animal ou com montarias, levando produtos coloniais para o mercado regional ou paulista ou trazendo produtos manufaturados, como tecidos, calçados, ferramentas, alimentos como: açúcar, sal, café, também querosene, etc., para o comércio local. A distância entre as regiões obrigava-os a pernoitar nas casas de pasto, onde a alfafa passava a ser o principal alimento para os animais e servindo além do mais, como colchão para os carreteiros e viajantes cansados da jornada.¹⁰³

No período da Revolução de 1923 - 1925, o mercado da alfafa alcançou significativo índice nas vendas.¹⁰⁴ A cavalaria, principal meio de transporte dos revoltosos que se estabeleceram nessa região e na região de Passo Fundo, consumia grandes quantidades da alfafa, por ser um alimento de alto valor nutritivo.

A opção pela cultura dessa forrageira, além de encontrar mercado favorável, apresentava um ciclo precoce e permanente, favorecidos pela fertilidade da terra, tornava-se um produto altamente rentável na época.

A banha, como já frisamos, figurou entre os produtos excedentes, voltados ao comércio interno, conquistou grande expressão econômica no Estado e isso refletia na região do município de Lagoa Vermelha. A criação de suínos associada à produção do milho passou a ter um significado maior. A banha inicialmente produzida de forma artesanal era vendida nas pequenas casas comerciais, somente depois encaminhadas às refinarias, onde após passar por um processo de beneficiamento, era vendida para o centro e norte do Brasil. A banha evoluiu do mercado interno gaúcho para a esfera nacional. Grandes empresas passaram a monopolizar o setor de produção da banha. A partir dessa reorientação da economia colonial, incrementa-se a criação de suínos, decai a exportação

¹⁰³ DAL MORO, Benigno. Minha história na trama histórica de Sananduva. In: BERNARDI, Claudir José; BARROSO, Vera Lúcia Maciel. (Org.) Raízes de Sananduva. Porto Alegre: EST, 2004, p. 82-88.

¹⁰⁴ DAL MORO, Selina M. Op. cit., p.50

de milho e aumentam a exportação da banha, estimulando-se também o surgimento de matadouros-frigoríficos, cuja matéria-prima básica era os suínos.¹⁰⁵

Com o processo de migração expandindo-se durante toda a década de 1920 e com sua economia assentando-se na policultura e no comércio de forragens, a região sofreu os efeitos da crise econômica irradiado do centro da economia nacional em consequência da crise mundial de 1929. A superprodução do café e a queda dos preços no mercado internacional, a política econômica governamental inviabilizada pela falta de financiamentos vindos do exterior que possibilitava a socialização dos prejuízos, refletiram-se nas várias economias periférico-dependentes e perpassados pelas vias do comércio instalou-se em todos os setores da economia.¹⁰⁶

Essa crise, na região, evidenciou-se na retração do mercado e conseqüente queda dos preços dos produtos da lavoura dos agricultores, recaindo sobre estes o ônus maior da crise. A sua produção não tinha valor no mercado, em contrapartida, os produtos que necessitavam como, açúcar, sal, café, tecidos, calçados, etc., eram adquiridos por preços elevados.

Em nível de Estado a produção de banha e os cereais como trigo, feijão e cevada passaram a diversificar a pauta das exportações gaúchas, correspondendo dessa forma com os objetivos dos projetos de colonização. Dentre esses produtos a banha representava maior quantidade e valor. O milho produto altamente difundido nas colônias, passou a destinar-se especialmente à suinocultura.

“O milho e o trigo sempre acompanharam a vida dos colonos imigrantes europeus que se estabeleceram no Rio Grande do Sul. Em alguns momentos, mais, em outros, menos, ambas foram culturas que auxiliaram na identidade produtiva econômica da região colonial tradicional e no feixe da trajetória espacial que os descendentes dos colonos empreenderam”.¹⁰⁷

A região, embora inserida numa conjuntura favorável, e a produtividade da terra definissem a rápida ocupação do solo, a quantidade média das vendas e o nível dos preços pagos pelos produtos coloniais permaneciam baixos devido a alguns fatores: a concorrência com outros núcleos regionais que se situavam mais próxima à via férrea São Paulo - Rio Grande, tendo facilitado o escoamento de sua produção e conseqüentemente

¹⁰⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit., p. 71.

¹⁰⁶ Id., *ibid.*, p. 68.

¹⁰⁷ TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. Op. cit., p. 74.

recebia preços melhores atraindo também maior fluxo populacional. Exemplo disso destacou-se nesse cenário Erechim.¹⁰⁸

Além dessa concorrência a nível regional que contribuía para dificultar a dinâmica econômica da região, estava a forma de articulação presente entre os agricultores e os comerciantes locais. Os agricultores articulavam-se de modo subordinado e dependente aos comerciantes. Os produtos agrícolas excedentes, adquiridos dos agricultores pelos comerciantes locais, eram vendidos nos mercados regionais. Inversamente, os comerciantes dos núcleos regionais ofereciam mercadorias manufaturadas ou mesmo agrícolas para os comerciantes locais que revendiam aos agricultores por um preço mais elevado. Essa diferença entre o valor pago e o valor recebido na troca comercial caracterizava o excedente extraído dos agricultores pelos comerciantes.

A partir do Segundo conflito mundial a agricultura tradicional foi sendo substituída pela agricultura moderna. Seu declínio manifestou-se inicialmente nas áreas de ocupação mais antiga, evoluindo com relativa rapidez para as áreas cuja colonização era mais recente como a região em estudo. A modernização da agricultura, caracterizada pelo uso de insumos industriais, máquinas, equipamentos e produtos químicos, com métodos e técnicas de preparo e cultivo do solo, mais sofisticados, ensejou um novo perfil à produção, tornando-a mais dinâmica, diversificada, inserida nos projetos do capitalismo internacional, articulada em função do lucro.

Não obstante, nas áreas de solos abruptos o que caracteriza grande parte da região ao norte do município de Lagoa Vermelha, a modernização da agricultura fez-se especialmente pela utilização de adubação química, uma vez que o uso de máquinas era inviabilizado, permanecendo a tração animal como principal força para o preparo do solo, o plantio e o transporte, o que se configurou em espaços internos com evidentes sinais de pobreza e exclusão, mantendo-se uma agricultura calcada nos moldes primitivos, até as últimas décadas do século XX.¹⁰⁹

2.4.4 A extração da madeira

Estaremos, neste item, realizando uma breve análise sobre a presença das serrarias na região, principalmente a partir dos últimos anos da década de 1930, até o final da década de 1940. Entendemos com isso estar favorecendo a compreensão da dinâmica do

¹⁰⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit., p. 70.

¹⁰⁹ RIBEIRO Cleodes Maria P. J.; POZENATO, José Clemente. Op. cit., p. 38.

processo socioeconômico da região das matas, espaço que atraiu um contingente significativo de migrantes italianos ou descendentes, que se dedicaram ao tropeirismo de porcos, objeto de nosso estudo.

A indústria da madeira, que estava inserida no processo de imigração, ocupação dos espaços de fronteira agrícola do norte do Rio Grande do Sul e de desenvolvimento, ensejou profundas modificações na região das matas do município de Lagoa Vermelha.

A região, até o início do século XX, trazia consigo o estigma de “terras de ninguém”, um espaço de terras com pouco valor e improdutivas. As extensas florestas dificultavam a ação humana. As ferramentas disponíveis: foice, machado, serrotes eram insuficientes e incapazes de tornar esse espaço atrativo. “Os pinheirais e as demais matas que cobriam as terras dos colonos até então pouco significavam economicamente para a família rural, e era um entrave à expansão das lavouras, já com suas áreas disponíveis reduzidas”.¹¹⁰

As serrarias artesanais, que inicialmente eram instaladas para produzir a madeira

oc
de
na



Figura 08 - Serraria, São José do Ouro, 1942.
Fonte: Acervo de Sueli Maria da Silva.

¹¹⁰ DAL MORO, Selina M. Op. cit., p.152.

Além disso, num contexto mais amplo do desenvolvimento capitalista, a madeira passou a ser uma importantíssima fonte de riqueza. As empresas de colonização viram nas regiões cobertas por matas, dupla possibilidade de enriquecimento com a aquisição dessas áreas e instalação de serrarias: a extração da madeira para a comercialização e a venda dos lotes de terras limpas, por um preço mais elevado, aos colonos para o desenvolvimento agrícola. Iniciativas particulares, realizadas pelos colonos e empresários em geral, de comercializar a madeira, também foram se propagando por toda a região, promovendo impiedosamente a devastação das matas.

“No fim da década de 1930 e 1940, até o início dos anos 50, aconteceu a chamada febre da madeira, existindo um número elevado de serrarias. Como não éramos servidos por estradas de ferro, só os pinheiros de maior diâmetro eram cortados, mas em número surpreendente. Ao lado da ferrovia Erechim - Passo Fundo constatavam-se quilômetros de pilhas de tábuas, aguardando o embarque”.¹¹¹

Vimos que embora cortados apenas os pinheiros de maior diâmetro em função do difícil acesso, era possível a instalação de grande número de serrarias, chegando em torno de 350 a 400 serrarias no território do município de Lagoa Vermelha, nesse período.¹¹²

Através dos mapas, elaborados por Roche, relativos ao número de serrarias existentes na região centro-norte do Rio Grande do Sul, em 1917 e em 1950, podemos identificar três aspectos do fenômeno: a grande quantidade, a multiplicação das serrarias existentes e a migração destas, num período de três décadas, aproximadamente, na direção norte-nordeste do Rio Grande do Sul. Processo esse acelerado no contexto da busca de novas fronteiras agrícolas pelos imigrantes europeus e seus descendentes na primeira metade do século XX.

¹¹¹ NEPOMUCENO, Davino Valdir R. Lagoa Vermelha; Um pólo industrial. In: AMARANTE, Zeli Maria (Org.) Raízes de Lagoa Vermelha . Porto Alegre, EST, 1996, p. 165 - 197.

¹¹² Idem, p. 170.

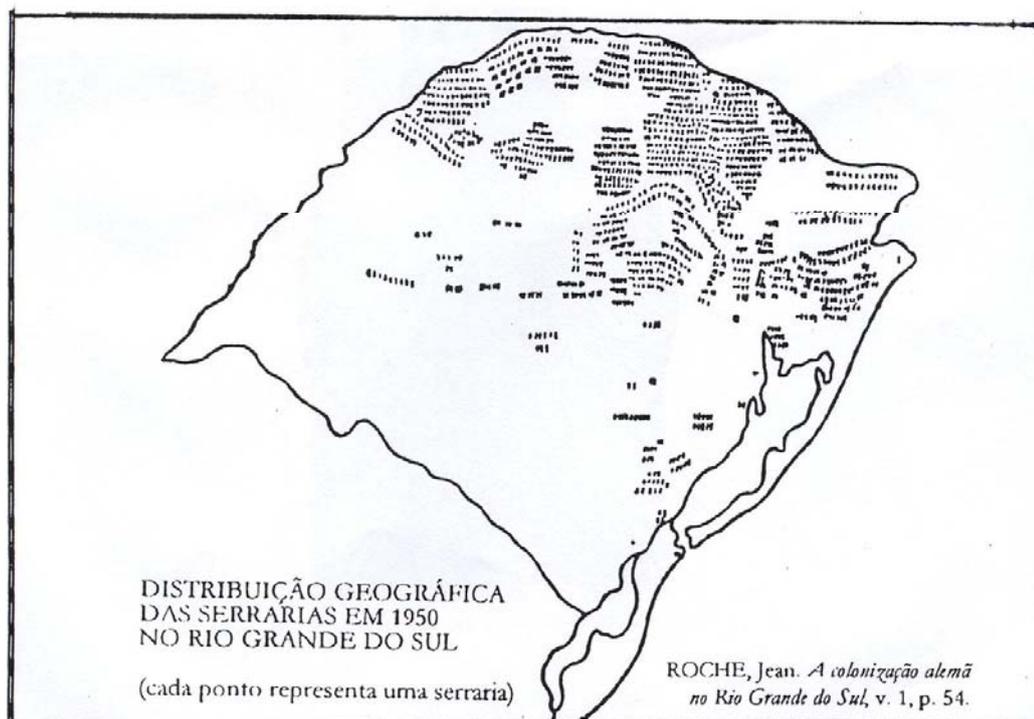


Figura 09 – Mapas da distribuição geográfica das serrarias no RS, 1916 -1950.
Fonte: ROCHE, Jean. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1969.

Segundo Roche, no Rio Grande do Sul, em 1850, a área coberta por florestas, representava 36% de todo o território, enquanto o desmatamento representava apenas 0,5%, elevando-se esta área desmatada, em 1881, para 5,8% da superfície total. Em 1814,

o desmatamento já atingia um percentual de 11,5%, restando apenas 25% das áreas cobertas por matas. A Primeira Guerra Mundial também suscitou a aceleração da produção agrícola através da busca de gêneros alimentícios, aumentando em 0,2% anualmente o desmatamento. Esses índices refletem a velocidade com que se processou a derrubada das florestas, ao que Roche concluiu: “os imigrantes alemães e seus descendentes e, depois, os imigrantes italianos haviam desbravado, em trinta anos, tanto quanto duas gerações anteriores”.¹¹³

O desenvolvimento da indústria da madeira teve no Rio Grande do Sul seu impulso inicial, ligado à expansão das ferrovias. Todavia para essa região um pouco afastada da ferrovia Rio Grande - São Paulo, o fator-chave foi o desenvolvimento do transporte automotivo. Centenas de caminhões transportavam a madeira produzida para os países do Prata, Porto Alegre e também para a construção de Brasília (DF). A SIBISA (empresa Sirotsky, Birmamm S/A) vendia madeira especialmente preparada para ser utilizada pela USIMINAS, na construção da Capital Federal, Brasília.¹¹⁴

Barbosa destacou algumas das principais empresas madeireiras e de exportação, estabelecidas na região nas décadas de 1930 a 1950: Fontanive, Paese, Gaúcha Madeireira, Zanchi, Ceni, Tramontini, Tumelero, Rauber, Hoffmann, Salvadori, Piva, Crestani, Cherubin, Stormowski, Schmitz, Cartabil, Chies, Bortoluzzi, Wurzius, Kohl, Bérnago, Zamecki, Tonial, Pizzamiglio, Bitencurt, Dalmoro, Kurzel, Argenta, Zanin, Iochpe, Brillmann, Gasperin, Loticci, Rauber, Berres, Vanz, Trein, Zanatta & Baseggio, Finco e Letti, Nunes, Krahl, entre outras.¹¹⁵

Destacaremos os municípios com maior número de serrarias, que constam de um relatório apresentado aos poderes Legislativo e Executivo do município de Lagoa Vermelha no ano de 1951, no sentido de avaliarmos o que foi essa avalanche de madeireiras na região onde se criava e engordava porcos à base do pinhão. Barracão, 10 serrarias; Cacique Doble, 62 serrarias; Machadinho, 19 serrarias; São José do Ouro, 36 serrarias. “Nessa época se acordava de madrugada, ai nesses matos, pelas três ou quatro horas da madrugada, era só apito das locomoves, a maioria das serrarias eram locomoves, tocadas a fogo”.¹¹⁶

¹¹³ ROCHE, Jean. Op. cit., p. 53.

¹¹⁴ NEPOMUCENO, Davino Valdir Rodrigues. Lagoa Vermelha; Um pólo industrial. In.: AMARANTE, Zeli Maria (Org.) Raízes de Lagoa Vermelha. Porto Alegre, EST, 1996, p.165 - 197.

¹¹⁵ BARBOSA, Fidélis Dalcin. Nova história de Lagoa Vermelha. Porto Alegre: EST, 1981.

¹¹⁶ Entrevista direta com o senhor Domingos Morelo – 90 anos. Foi carreteiro e motorista de caminhão, trabalhou também nas serrarias, na região em estudo, residente em São José do Ouro/RS.

Na década de 1940 aconteceu uma verdadeira invasão da indústria da madeira na região. “Com a fase da madeira, novas fisionomias e linguajar foram se incorporando ao meio, gerando progresso e uma transformação inesperada”.¹¹⁷ A instalação de grande número de serrarias na região coberta por pinhais, era visto como princípio de industrialização, de desenvolvimento e progresso, viabilizando o desenvolvimento agrícola, o surgimento de povoações e novas oportunidades de trabalho, sem, portanto, uma tomada de consciência sobre os efeitos devastadores provocados por essas serrarias.

Muitas pessoas passaram a trabalhar para os donos de serrarias, inclusive os sujeitos que se dedicaram ao tropeirismo de porcos, como veremos mais adiante. Trabalhavam na derrubada das árvores, no preparo e arrasto das toras, com juntas de bois, levando-as para os estaleiros e demais serviços específicos das serrarias, “Todo mundo se envolvia com o trabalho nas serrarias”.¹¹⁸

“Com a indústria da madeira abriu-se espaço para a entrada de um novo tipo de trabalhador: o trabalhador assalariado [...] Passaram a conviver com os colonos famílias em condições de vida até então quase desconhecida destes pequenos produtores”¹¹⁹.

Surgiam, em meio às matas fechadas, clareiras na qual se estabelecia uma serraria e em torno desta uma Vila, formada pelas casas de moradia dos trabalhadores. Muitos destes locais são hoje pequenas comunidades que guardam no seu passado o registro de um dinamismo efêmero, pois as madeireiras eram nômades, iam migrando para novos espaços, à medida que não havia mais matéria-prima para ser explorada e levando consigo muitos de seus operários.

¹¹⁷ GELAIN, Américo. São José do Ouro- Evolução histórica. Porto Alegre. EST, 1996, p. 58.

¹¹⁸ Domingos Morelo, entrevista citada.

¹¹⁹ DAL MORO, Selina. M. Op. cit., p.153.



Figura 10 - Instalação de uma serraria, Linha São Pedro do Iraxim– São José do Ouro, 1948.
Fonte: Acervo de Aurora Lottici Grassi.

Com essa nova dinâmica industrial e comercial da madeira, a abertura dessas novas frentes de trabalho, a produção de excedentes tornou-se uma necessidade. Foi preciso aumentar as áreas de plantio de trigo, feijão, milho, etc. que era destinada à alimentação dos operários que estavam impossibilitados de plantar, absorvidos pelos trabalhos nas serrarias. A produção do milho entre as demais passou a ser essencial, uma vez que servia para alimentar homens e também animais que auxiliavam no transporte das madeiras até as serrarias. Além do mais, os porcos que eram criados soltos alimentando-se com o pinhão, agora necessitavam ser alimentados de outra forma, pois os suínos se constituíam numa importante fonte de alimentação fornecendo a carne, a banha e seus derivados para o consumo humano. A produção de excedentes tornou-se, então, uma necessidade a ser suprida, sendo assumida pelos pequenos proprietários, colonos, que não estavam ligados diretamente às serrarias.

O discurso calcado na noção de progresso e de desenvolvimento, cujo desmatamento era necessário para a sobrevivência, estigmatizando os imigrantes de desbravadores, pioneiros, vem sendo revisto e questionado, a partir da compreensão das transformações provocadas pela ação das madeiras, no ecossistema e na cultura dos

grupos étnicos, cuja produção de excedentes não fazia parte de seu modo de vida. Orientados por uma lógica pragmática e utilitarista, esses empreendedores contribuíram decisivamente para destruição das matas¹²⁰. As contradições desse período foram muito bem definidas por Tedesco e Sander:

“A economia da madeira empregou mão-de-obra, expropriou muitos pequenos produtores, desbravou florestas e madeiras nobres, destruiu fauna e a flora, provocou o assoreamento dos rios e impediu a navegação; em contrapartida, enriqueceu e acumulou capital nas mãos de alguns, que, ao comprarem a madeira, compravam as terras de muitos caboclos e pequenos produtores migrados; interligou o norte do Rio Grande do Sul aos mercados de fronteira; forneceu mão-de-obra e população para as cidades da região, principalmente para Passo Fundo, Erechim e Chapecó; ajudou a redefinir a paisagem agrícola; consolidou a categoria de granjeiros e a simbologia do desbravador/pioneiro na região”¹²¹.

Enquanto a exploração da madeira representou ganhos e lucros imediatos, as serrarias multiplicaram-se e na medida em que se esgotaram os recursos florestais, migraram para Santa Catarina, Paraná ou encerraram suas atividades. O que restou na região são apenas amostras das araucárias que eram abundantes, e na memória dos moradores que há mais tempo vivem neste espaço, a lembrança da criação de porcos, alimentados pelo pinhão e das matas fechadas com fauna riquíssima.

Enfim, o tropeirismo em geral, foi responsável pela abertura de caminhos, pela instalação das estâncias, do surgimento dos primeiros núcleos habitacionais, com a descoberta de riquezas como a erva-mate e o gado, que foram os principais atrativos para a ampliação das fronteiras econômicas e sociais na região. A produção econômica inicialmente baseada na criação de gado e na agricultura de subsistência foi aos poucos sendo diversificada e se encaminhando para uma produção de excedentes mercantis que passaram a ser comercializados pelos colonos. A instalação das serrarias, embora causando danos irreversíveis à flora e fauna, foi responsável também pelo surgimento de pequenos núcleos habitacionais em meio às matas, o aumento das áreas cultiváveis, pela melhoria nas vias de transportes e a presença de caminhões na região.

Com essa abordagem, procuramos proporcionar um panorama do cenário físico, econômico e sociocultural com o qual, em correlação, desenvolveu-se a atividade tropeira, em especial o tropeirismo de porcos, que veremos no próximo capítulo.

¹²⁰ MARCON, Telmo. *Memória e Cultura: Modos de Vida dos Caboclos do Goio-En, (SC)*, 1999. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999, p. 303.

¹²¹ TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. *Op. cit.*, p. 226.

3.0 O TROPEIRISMO DE PORCOS, SUAS PECULIARIDADES E SUA REDEFINIÇÃO PRODUTIVA E MERCANTIL

Após termos presente uma breve análise contextual, do processo histórico da ocupação da região Nordeste do Rio Grande do Sul, priorizando o extenso município de Lagoa Vermelha, nas primeiras décadas do século XX e das relações sociais e culturais vividas pelos sujeitos na região, e num segundo momento, refletirmos também sobre os aspectos constitutivos do processo econômico, da região, chegamos ao nosso principal objeto de estudo o tropeirismo de porcos.

Tendo como propósito caracterizar e reconstituir o tropeirismo de porcos e a sua importância para história da região, reconhecer aspectos singulares dessa atividade socioeconômica, analisar e ressignificar a importância do trabalho desempenhado pelos tropeiros e compreender o conjunto de fatores que culminou com a sua redefinição produtiva e mercantil.

O tropeirismo no Rio Grande do Sul se caracterizava por ser a atividade ligada à compra/venda e condução de tropas de gado especialmente, muares, eqüinos e bovinos, pelos tropeiros, também à condução de animais de carga. Todavia, com o advento do século XX, outro quadro se apresenta: nas regiões onde predominavam as florestas um tropeirismo de animais de pequeno porte, como porcos, assumiu características práticas similares às do tropeirismo dos séculos anteriores.

O insólito tropeirismo de porcos foi uma atividade, vivenciada nas regiões onde predominavam as matas áreas de difícil acesso, que tiveram seu povoamento decorrente dos projetos governamentais de colonização, ou de empresas particulares de colonização. Estes locais foram ocupados principalmente pelos imigrantes italianos e seus descendentes, como ocorreu no município de Lagoa Vermelha, ao norte, onde atualmente estão os

municípios de São José do Ouro, Machadinho, Barracão, Cacique Doble, Paim Filho, São João da Urtiga, Maximiliano de Almeida, Sananduva, Santo Expedito do Sul e Tupanci do Sul.



Figura 11 - Tropa de porcos - Machadinho, RS – 1936
Fonte: Acervo de Alzira da Silva Santos

Sabemos que, historicamente, a criação de porcos já fazia parte da produção econômica de subsistência dos imigrantes europeus que aportaram no Brasil a partir do século XIX.¹²² Vimos também que anteriormente ao processo de colonização da região das matas, as áreas de campos já estavam sendo povoadas por luso-brasileiros, e nas

¹²² Na América não existiam suínos antes da chegada do homem europeu. Quem primeiro trouxe esses animais, foi Cristóvão Colombo, na sua segunda viagem em 1493, desembarcando 8 animais na região de São Domingos. Esses animais posteriormente expandiram-se para a Colômbia, Venezuela, Peru e Equador. No Brasil, os primeiros porcos chegaram ao litoral paulista (São Vicente) em 1532 trazidos pelo navegador Martins Afonso de Souza. Pertenciam às raças da Península Ibérica, existentes em Portugal. ROPPA, Luciano (Médico Veterinário). O suíno: mitos e verdades. (Texto). Disponível em <http://www.persanet.com.br/html/saude.htm>. Acessado em 24 de abril de 2006.

estâncias se criava porcos para o consumo próprio. Eram animais que viviam e procriavam-se soltos nos campos. No inverno seguiam para as áreas de matas para se alimentar principalmente com o pinhão, fruto das araucárias, abundantes na região. Os suínos desenvolviam-se tornando-se arredios ao contato com os homens.

“Em qualquer fazenda antiga havia sempre um bom rebanho de suínos, que eram criados soltos. A engorda dava-se no inverno com pinhão, muito abundante. Os porcos demoravam-se nos pinhais, longe de casa, onde os engordavam; por vezes engordavam tanto, que não podiam retornar à casa do fazendeiro”.¹²³

Muitos dos imigrantes que se estabeleceram na região das matas, ao norte do município de Lagoa Vermelha, nas primeiras décadas do século XX, já estavam familiarizados com o processo de criação e outros tinham alguns conhecimentos da atividade comercial, contando com os recursos naturais. A existência de grandes áreas cobertas por araucárias favorecia a criação de porcos e os colonos passaram a ver a produção desses animais, não apenas como um recurso de consumo próprio, mas uma possibilidade de ser uma produção excedente comerciável, um complemento de renda, agregador de recursos para a melhoria de suas condições de sobrevivência.

Comerciantes locais e também de outras regiões, tendo conhecimento dessa oferta de matéria prima em abundância, nessa região, e vislumbrando a possibilidade de auferir lucros de seus negócios, passaram a comprar porcos dos colonos e fazendeiros, para vendê-los aos matadouros, pois a banha era um produto que vinha conquistando maior valor comercial na região e em todo o Estado. A banha, além de ser um produto fundamental na alimentação, era utilizada como combustível para os lampiões que iluminavam residências e Vilas, além de seu uso na conservação de alimentos, especialmente de carnes.

Nos anos de 1926 e 1927, o charque que era um produto que até então vinha ocupando o primeiro lugar na exportação do estado gaúcho, cedeu lugar para a banha.¹²⁴ Durante uma década mais ou menos, esta se manteve sempre entre os produtos de exportação. Os colonos e comerciantes locais passaram a investir também na criação e compra de suínos, voltados para a produção da banha.

¹²³ BARBOSA, Fidélis Dalcin. Vacaria dos pinhais. Porto Alegre, Caxias do Sul: EST/UCS, 1978.

¹²⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. RS: A economia & o poder nos anos 30. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.

“Os migrantes que chegaram às regiões Norte e Nordeste já tinham experiências de vida de colono, já desenvolviam a agricultura comercial. Eles já tinham assimilado o processo de relações de produção mercantil; apenas o adaptaram na nova terra”.¹²⁵

Essa atividade tropeira inusitada conta com alguns estudos realizados por historiadores e pesquisadores que reconhecem ser uma prática presente em alguns Estados do Sul do Brasil, em especial nas áreas que contavam com florestas de araucárias e também com a presença de imigrantes europeus. No estado do Paraná, cuja capital Curitiba tem seu nome identificado a partir da existência de suínos em abundância e em virtude dos grandes pinheirais, no estado de Santa Catarina, ao oeste, no estado do Rio Grande do Sul, nas regiões Norte e Nordeste.¹²⁶

Em estudos publicados por Barbosa, podemos perceber também que a economia do extenso município de Lagoa Vermelha que tinha como base a pecuária, destacando-se nela a criação de bovinos, a partir da chegada dos imigrantes europeus teve sua produção pecuária incrementada com a criação de suínos, destacando-se a década de 1920. Até o final do século XIX, por volta de 1890 o autor destaca apenas a criação de bovinos, muare e cavalares, sem nenhum dado referente à criação de suínos, já no ano de 1919 destaca que a criação de bovinos estava em torno de 85.000 e a de suínos em 80.000, evoluindo esses números no ano de 1923 para 145.000 bovinos e 90.000 suínos.¹²⁷

Esse aumento na criação de suínos, como podemos perceber, está vinculado ao processo migratório para a região das matas do município de Lagoa Vermelha, que se iniciou a partir do ano de 1900, e à presença das grandes florestas de araucárias existentes nessa região que forneciam o pinhão, alimento que viabilizava, juntamente com a produção de milho, a criação e o engorde de suínos a um menor custo.

O tropeirismo de porcos na região foi uma atividade que se consolidou aos poucos, passou a ser usado como meio para vencer as distâncias na venda da produção de suíno, a partir da década de 1920. Nas décadas de 1930 a 1940 foi um tropeirismo que passou a ser muito freqüente na região. Esse tropeirismo caracterizou-se por ser uma atividade sazonal,

¹²⁵ TEDESCO, João Carlos. Colonos, carreteiros e comerciantes: a região do Alto Taquari no início do século XX. Porto Alegre: EST, 2000, p. 27.

¹²⁶ Ver estudos realizados e obras publicadas: FONSECA, Pedro Ari Veríssimo da. Tropeiros de mula: a ocupação do espaço, a dilatação das fronteiras. Passo Fundo: Gráfica Editora Berthier, 2004, p. 169-189. VALENTINI, Delmir José. Tropeirismo regional - o singular tropeiro de suínos pelos caminhos históricos de Curitiba, In: SANTOS, Lucila Maria Sgarbi ; BARROSO, Vera Lucia Maciel. (Org.) Bom Jesus na rota do Tropeirismo no Cone Sul. Porto Alegre: EST, 2004, p. 177-180. BATISTEL, Arlindo Itacir. Tropeiros de Porcos. In: SULIANI, Antonio. (Org.) Etnias & Carisma: poliantéia em homenagem a Rovílio Costa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 258-271.

¹²⁷ BARBOSA, Fidélis Dalcin. Nova História de Lagoa Vermelha. Porto Alegre: EST, 1981.

havendo um período de entressafra, no qual os sujeitos envolvidos nessa atividade, os tropeiros, voltavam-se ao tropeirismo de bovinos e muares, ao cultivo de produtos agrícolas ou a atividades artesanais, entre outras.

Contando com uma periódica oferta de matéria-prima, de um produto de valor no período, como já vimos, a banha, para o mercado consumidor, e das restrições dos meios de transportes e vias de acesso, sendo uma região desprovida de qualquer infra-estrutura de deslocamento físico e mercantil, era preciso recorrer ao modo de transporte já conhecido na região em relação aos animais de maior porte como muares e bovinos, o tropeirismo.

Contrário ao que sucedeu nas regiões muito próximas à ferrovia Rio Grande - São Paulo, como a região do Contestado, no vizinho estado de Santa Catarina, em que a sua inauguração pôs fim às longas tropeadas e os gritos dos tropeiros foram substituídos pelo apito do trem,¹²⁸ a sua presença de certo modo por estar distante da região em alguns pontos chegando a mais de 70 quilômetros, e da conhecida inexistência nesse período, de meios de transporte capaz de levar um número grande de animais, estimulou a atividade de levar os porcos em grandes quantidades, tangidos por peões até os pontos de venda e comercialização de animais, que foram surgindo ao longo dessa ferrovia, para os matadouros, fábricas de banha e frigoríficos de outros estados brasileiros. A ferrovia facilitou o escoamento da produção de porcos, encorajando esse tropeirismo. A ruptura e redefinição dessa atividade na região não se devem à presença da ferrovia, mas a outros inúmeros fatores que serão abordados nesse estudo.

3.1 A Criação de porcos

Os porcos eram animais criados soltos nos campos, reproduziam-se formando enormes varas. “Os campos foram os berçários de suínos”.¹²⁹ Nos meses de inverno os porcos, saindo então desse espaço, adentravam nas áreas de matas. Não havia por parte dos proprietários nenhum controle, deixando esses animais soltos, livres. Criavam-se inúmeras vezes sem nenhum contato com os humanos, tornando-se arredios e selvagens, nessas matas. “Eram animais que chegavam a ter três até quatro anos, com grandes presas que saíam da boca, as presas para fora da boca, do tamanho de um dedo, fazia uma volta”.¹³⁰ O

¹²⁸ VALENTINI, Delmir José. Op. cit.

¹²⁹ Entrevista concedida à autora por Carlos Dutra – 83 anos. Foi pecuarista e barbeiro, sempre residindo em São José do Ouro/RS.

¹³⁰ Entrevista concedida à autora por José Luiz de Barros – 102 anos, foi tropeiro de porcos e agricultor em São José do Ouro/RS. Faleceu em São José do Ouro no dia 11/01/06.

tamanho das presas como vimos, servia para calcular a idade dos porcos. Quanto maiores mais velhos seriam os animais.

No início do inverno, mês de março e abril, quando as pinhas começavam a debulhar, os safristas¹³¹ e comerciantes de porcos passavam pelas fazendas e pequenas propriedades, nas colônias, compravam esses animais e os largavam nas matas onde havia frutos, ficavam soltos até o final do mês de junho, julho e agosto quando se iniciava o período das tropeadas. Lembrando que havia nas matas dessa região além do pinhão, muitas frutas silvestres como guabiroba, goiaba, guabijú, pitanga, butiá, coquinho que também serviam de alimento aos porcos que eram criados soltos.

Havia os safristas que costumavam desmatar, abrindo clareiras no meio das florestas, fazendo lavouras de milho e de mandioca, para complementar a alimentação dos porcos. Muitas vezes os animais eram soltos diretamente na lavoura.¹³²

O Senhor Nelson Bérghamo¹³³ nos contou que seu pai Augusto Bérghamo, que comprava porco e era tropeiro, adquiriu no território que atualmente pertence ao município de São José do Ouro, uma grande área de terra, coberta principalmente de araucárias, especialmente para engordar os porcos. Relatou que as terras cobertas por matas não eram valorizadas pelos fazendeiros e colonos, nessa época, em que a madeira existia em abundância e o difícil acesso inviabilizava seu comércio. O capital acumulado através do comércio de porcos era reaplicado, por Bérghamo, na compra de novas terras e de mais animais para a venda.

Os porcos que eram criados nos campos e não estavam acostumados a alimentar-se com pinhão, eram adquiridos e soltos com outros animais já adaptados às matas e a esse alimento, para que aprendessem. Era costume também oferecer aos porcos pequenas quantidades de milho ou mandioca, no final do dia, nas proximidades das residências, para torná-los menos arredios, tendo contato com os tropeiros e peões, facilitando o momento de organizar e dar início à caminhada das tropas.

Eram porcos, que tinham como principal característica a produção da banha, das raças: Carranca, Canastra, Macau, Polanchin, Caruncho, Casco de burro. Os animais por

¹³¹ Safristas eram os sujeitos que compravam os porcos já criados para engordá-los nas matas, durante o inverno.

¹³² Entrevista concedida à autora por Artemino Alves dos Santos – 85 anos. Foi tropeiro, agricultor, trabalhou nas serrarias em Barracão/RS.

¹³³ Entrevista concedida à autora por Nelson Bérghamo - 77 anos. Foi tropeiro, pecuarista, proprietário de serraria em São José do Ouro/RS. Faleceu em São José do Ouro no dia 13/04/05.

serem criados soltos nos campos e matas não adquiriam muito peso, o que favorecia as caminhadas a longa distância pelos tortuosos caminhos.¹³⁴

Joaquim Nunes que era fazendeiro trazia dos campos de Capão Bonito do Sul, tropas de porcos para engordar numa área de pinhal, propriedade sua, no município de São José do Ouro e depois de alguns meses seguia com a tropa para o Rio do Peixe, atual Piratuba, no estado de Santa Catarina.¹³⁵

No Rio do Peixe, em 1930, havia o frigorífico ou antiga “Fábrica de Conservas da Indústria e Mercantil Ipira S/A”, posteriormente denominado “Freitag Assmann & Cia Ltda.”¹³⁶, que através de um de seus sócios representante, Leopoldo Freitag adquiria porcos que eram criados na “região das matas” do município de Lagoa Vermelha.

Esse frigorífico teve seu ápice na década de 1950, aproximadamente 100 empregados lá trabalhavam e tinham suas residências nas imediações. Havia inclusive uma fábrica de caixas para embalar principalmente a banha e outros produtos que eram embarcados no trem seguindo para os grandes centros, tais como o Rio de Janeiro, São

Pau
de
teve



Figura 12 - Frigorífico Freitag, Assmann & Cia Ltda – Piratuba/SC, 2006.
Fonte: Sueli Maria da Silva

¹³⁴ José Luiz de Barros, entrevista citada.

¹³⁵ Carlos da Silva Dutra, entrevista citada.

¹³⁶ HEINSFELD Adelar. A questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da colonização alemã no Baixo Vale do Rio do Peixe - SC. Joaçaba: UNOESC, 1996, p. 144.

¹³⁷ Informações obtidas através do senhor Cláudio Victor Rogge. Piratuba, Santa Catarina em 12/01/2006.

3.2 As tropeadas e as varas de porcos

Reiteramos que nosso estudo se faz especialmente baseado em fontes orais, o que também revela riqueza na análise, uma vez que não há uma produção bibliográfica de maior consistência sobre o tema tropeirismo de porcos na região.

Nos meses de junho até o mês de setembro, aconteciam as tropeadas, período de safra. As tropas, formadas por um grande número de animais chegando muitas vezes até 500 porcos.¹³⁸ Seguiam percorrendo caminhos de difícil acesso, picadas e trilhas feitas por outros animais e pelas carroças, procurando atalhos e terrenos menos íngrimes, costeando os rios uns atrás dos outros.

“Não cheguei a ver uma tropa grande andando, mas vi os vestígios por onde passava a tropa, ficavam as marcas dos cascos na terra nos dias de barro, ficava aquele carreirão. As tropas seguiam costeando os rios. Saíam de Sananduva, passavam por Paim Filho, Maximiliano de Almeida até Marcelino Ramos. Saíam de manhã cedo, andavam alguns quilômetros e sesteavam, saíam de novo até escurecer. Ia à frente um peão chamando os porcos”.¹³⁹

Os porcos eram vendidos a quilos, pesados antes do início da viagem e no final, no momento da entrega aos comerciantes nos matadouros, ou postos de venda. Por serem animais ariscos era necessária certa habilidade no domínio destes, no momento da pesagem que era feita com balança de varão, usada também para pesar produtos agrícolas. “Pegavam dois barrigueiros, colocavam um na frente e outro atrás, erguia o porco na balança. O porco ficava preso, e o pesador estava lá pronto e só mudava o marco de cá para lá no varão da balança”¹⁴⁰. As porcas que estavam prenhes tinham subtraído de seu peso, 10 quilos, no momento da venda ao tropeiro. “Se a porca tava pra vim de leitão, aí eram descontados 10 quilos do peso dela, daí não dava prejuízo”¹⁴¹.

Os porcos reunidos em tropas eram atraídos por grãos de milho ou até mesmo de pinhões, que iam sendo jogados por um peão que seguia na frente da tropa chamando com

¹³⁸ Entrevista concedida à autora por Joaquim Pereira Ramos – 87 anos. Foi tropeiro de porcos, agricultor, trabalhou em serrarias no município de São José do Ouro/RS.

¹³⁹ Entrevista concedida à autora por Domingos Morelo – 90 anos. Foi carreteiro e motorista de caminhão, trabalhou em serrarias no município de São José do Ouro.

¹⁴⁰ Nelson Bérnago, entrevista concedida ao frei Arlindo Batistel, em 06/10/1998. BATISTEL, Arlindo Itacir. Tropeiros de Porcos. In: SULIANI, Antonio. Op. cit., p. 258 – 271.

¹⁴¹ Entrevista concedida à autora por João Antonio de Souza. 97 anos. Foi tropeiro de porco e gado em geral, agricultor. Residente em São José do Ouro/RS.

gritos característicos. Seu Joaquim¹⁴² já havia declarado em entrevista realizada por Batistel¹⁴³ em 1998 e novamente enfatiza que sua função nas tropeadas era a de madrinheiro. “Eu ia na frente da tropa com a mala de milho, eu jogava um pouco de milho e ia chamando os porcos era, o chamadô”. Afirmou que tinha apenas dez anos de idade e já acompanhava seu pai Gesuíno Pereira Ramos, que era peão do tropeiro Augusto Bérnago, nas diversas tropeadas.

“Nós saía de madrugada, era muito frio, às vezes tinha geada e os pés iam ficando vermelhos de tanto frio. Nós saía ai pelas 5 horas da manhã e parava só quando o sol já tava alto, ai pelas 10 horas. Recostava a tropa, os mais véio tomavam chimarrão, nós almoçava e ficava parado até refrescá”.¹⁴⁴

Os peões conduziam as tropas e o ronco característico desses animais era ouvido por longas distâncias. Cães treinados a perseguir porcos no mato, também faziam parte da comitiva, para eventuais resgates dos animais pelos caminhos. Se na tropa houvesse algum animal mais arreado, que não quisesse acompanhar, tinha suas pálpebras costuradas e seguia atrás dos demais pelo faro. “Quando os porco não queriam acompanhar, eram mais teimoso, aragana¹⁴⁵, eu costurava os óio deles, com linha e aguia. Os home seguram o porco e eu costurava, daí ele seguia cego, atrás dos outro porco, pelo ronco da tropa”.¹⁴⁶ Quando algum porco machucava-se no caminho ou não conseguia acompanhar a tropa era colocado numa carroça puxada por mulas, que acompanhava a tropa e então era levado alguns quilômetros adiante da tropa ou para o local de pouso ou ainda, deixado na casa de algum conhecido no caminho.¹⁴⁷

Os animais por serem criados soltos, não adquiriam muito peso e estavam acostumados às caminhadas. As tropas chegavam a percorrer longas distâncias, chegando até aproximadamente 70 quilômetros.¹⁴⁸ Eram feitas paradas para descanso e pouso em média a cada seis ou sete quilômetros de caminhada. Parava-se em locais predeterminados, o tropeiro seguia na frente para a escolha do melhor local, onde houvesse um cercado para prender os animais, boa sombra e algum riacho para os animais beber água. Quanto ao pouso, esse era feito em locais onde houvesse preferencialmente um galpão para abrigar os

¹⁴² Joaquim Pereira Ramos, entrevista citada.

¹⁴³ BATISTEL, Arlindo Itacir. Tropeiros de Porcos. In: SULIANI, Antonio. Op. cit., p. 258 - 271.

¹⁴⁴ Joaquim Pereira Ramos, entrevista citada.

¹⁴⁵ Animal arisco, espantadiço, matreiro.

¹⁴⁶ Joaquim Pereira Ramos, entrevista citada.

¹⁴⁷ Nelson Bérnago, entrevista citada.

¹⁴⁸ Idem.

tropeiros e também uma mangueira ou potreiro para que os animais permanecessem acomodados e presos até o dia seguinte.¹⁴⁹ Os porcos permaneciam próximos uns dos outros durante o descanso e pouso.

Esses locais de pernoite eram chamados de casas de pouso, pois além de oferecer abrigo aos tropeiros, forneciam alimentação para os animais caso fosse necessário. “Nas casas de pouso tinha estrebaria, mangueiras, pasto, milho para os animais, era como se fosse um hotel, a gente pagava as despesas”.¹⁵⁰

Nesses locais muitos tropeiros se encontravam e preparavam sua alimentação enquanto tomavam chimarrão e contavam causos. Joaquim lembra também que a cachaça sempre fazia parte dos momentos de descontração nos pousos e que chegava até a tomar um pouquinho escondido, pois seu pai era muito severo. “Eu gostava também de tomá um pouquinho de cachaça, mas meu pai era muito brabo, me xingava e até surrava por qualquer coisa”.¹⁵¹

No percurso havia rios, procuravam-se os locais menos profundos para que os animais fizessem a travessia a nado. Os rios maiores como o rio Pelotas exigia grande habilidade para a condução e travessia das tropas, havia os caboclos que moravam nas margens do rio, cobravam para fazer esse trabalho, eram bons nadadores que acompanhavam as tropas nadando ou com um caíque¹⁵² acompanhando a tropa para que nenhum porco fosse levado pela correnteza rio abaixo, chamavam a essa tarefa, rebater os porcos.¹⁵³ Enquanto isso estava já na outra margem os peões e o madrinheiro, que atravessavam o rio de caíque e chamavam os animais. Quando a tropa seguia para Marcelino Ramos, havia o rio Forquilha, em Paim Filho e o rio Ligeiro, em Maximiliano de Almeida, onde a travessia dos porcos também era feita a nado.

“Tinha rios pra atravessa. O rio Pelotas era muito fundo, os porco passavam a nado. Chegava no rio, lá tinha os atravessador, iam margeando, acompanhando a tropa de caíque ou nadando. Tinham muita prática. Eles me levavam de caíque pro outro lado do rio e eu ia chamando os porco, eles vinham nadando, não ia água abaixo. Era muito bonito de se ver, no rio fazia um fio d’água no focinho do porco que vinha nadando.”¹⁵⁴

¹⁴⁹ Ver figura 11 - Mangueiras eram cercados feitos de madeira lascada chamados rachão ou de pequenos troncos sobrepostos ou ainda de pedras, as chamadas taipas.

¹⁵⁰ Domingos Morelo, entrevista citada.

¹⁵¹ Joaquim Pereira Ramos, entrevista citada.

¹⁵² Pequena embarcação para a travessia em rios, movido a remo.

¹⁵³ Nelson Bérqamo, entrevista citada.

¹⁵⁴ Joaquim Pereira Ramos, entrevista citada.

Segundo nos informou o senhor João,¹⁵⁵ havia um tempo em que nas proximidades da balsa que fazia a travessia do rio Pelotas, no município de Machadinho, no chamado passo do Emílio Mendes (Emílio Alves Osório), existiam mangueirões, onde os porcos permaneciam por algum tempo, sendo tratados com milho e mandioca até a chegada de caminhões, dentre outros do “Frigorífico Freitag, Assmann & Cia Ltda.” e conduzidos até esse frigorífico, no Rio do Peixe, atual município de Piratuba (SC), ou eram levados até a estação ferroviária e eram embarcados no trem seguindo para outros frigoríficos.

Como já vimos, a viagem com os animais iniciava-se bem cedo, ao amanhecer, pois os porcos tinham pouca resistência ao calor. Era preciso sair antes de o sol surgir, em torno de 5 horas da manhã,¹⁵⁶ andavam então seis a sete quilômetros e era preciso parar, porque os animais estavam cansados e já havia muito calor. Os tropeiros acomodavam a tropa que permanecia no local até o entardecer, quando se aproximava o pôr-do-sol. O tropeiro e seus peões nesse período preparavam seu almoço e também descansavam. A viagem prosseguia até que houvesse clareza suficiente e um local de pouso para alimentar os porcos.

As tropas que saíam da região chegavam a demorar até vinte dias para chegar a Marcelino Ramos. Quando seguiam para o Rio do Peixe (SC), a viagem também era longa, demorando algumas semanas.¹⁵⁷ O andamento da viagem dependia diretamente das condições do tempo.

A comitiva contava com carroça que acompanhava a tropa, e também uma mula encilhada trazendo uma bruaca¹⁵⁸ onde eram levados os alimentos dos tropeiros e agasalhos para o pouso. Os tropeiros dormiam sobre pelegos, com pouco agasalho. Eram viagens extremamente cansativas e com recursos precários.

¹⁵⁵ João Antonio de Souza, entrevista citada.

¹⁵⁶ Joaquim Pereira Ramos, entrevista citada.

¹⁵⁷ Nelson Bérnago, entrevista citada.

¹⁵⁸ Mala de couro cru, para transportar mercadorias sobre animal cavalari.

3.3 Os caminhos e sua logística

As tropas que saíam dessa região invariavelmente se dirigiam para Marcelino Ramos (RS) e para o Rio do Peixe, hoje, Piratuba (SC), onde havia a estação de trem da ferrovia Rio Grande - São Paulo, passando pelo norte do estado gaúcho e oeste catarinense.

A ferrovia tornou-se responsável pelo escoamento da produção colonial e o acesso aos produtos manufaturados. Nesse período 1920-1940, eram dinâmicas as relações comerciais da região com Marcelino Ramos e Piratuba, SC.

“O comércio era realizado quase todo em Piratuba, Estado de Santa Catarina e uma outra parte em Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul, cidades estas ligadas ao resto do Rio Grande do Sul por linhas férreas e em consequência com um comércio quase desenvolvido”.¹⁵⁹

Em Marcelino Ramos havia um entreposto de compras de suínos da “Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo S.A, de São Paulo”.¹⁶⁰ Os porcos eram comprados e carregados vivos nos vagões do trem e seguiam até o município de Jaguariúna, no estado do Paraná, onde havia um matadouro-frigorífico, da empresa Matarazzo, que processava e acondicionava a banha, e era então enviada para a matriz em São Paulo, onde era comercializada.¹⁶¹ Também tinha nessa localidade, um posto de compra e venda da empresa Pagnoncelli, com frigorífico estabelecido em Herval do Oeste, então município de Cruzeiro, hoje, Joaçaba, Santa Catarina.

No Rio do Peixe (SC) havia como já destacamos anteriormente o frigorífico “Freitag, Assmann & Cia Ltda.”. Também eram vendidos animais para comerciantes do Vale do Rio do Peixe, representantes de frigoríficos paulistas (Matarazzo, Menck) membros das famílias Brandalise e Ponzoni e Atílio Fontana. Famílias que migraram do Rio Grande do Sul para o Oeste catarinense nas primeiras décadas do século XX, e que fundaram as agroindústrias Perdigão e Sadia.

¹⁵⁹ OLIVEIRA, Ubiratan Alves de; LIMA, Ervino José de. Um pouco da história de nossa querida terra: Machadinho. IMPLA, 1978, p. 25.

¹⁶⁰Na década de 1920, as Indústrias Reunidas Francesco Matarazzo (IRFM) tinham empresas que produziam desde arroz e azeite até sabonete e roupa de cama, sem esquecer velas e engradados de conhaque. Nos anos 30 a renda bruta do conglomerado de Matarazzo era a quarta maior do País.[...] Depois da morte do velho Conde (Francesco Matarazzo) em 1937, as IRFM entraram em decadência. O BRASILEIRO do século. Revista Isto É. São Paulo: Três, n. 1577, p.41. (suplemento especial). (Não foi possível identificar o ano dessa edição).

¹⁶¹ NESELLO, Orestes. Marcelino Ramos: rastros de sua história. In. AMARANTE, Zeli Maria (org.) Raízes de Lagoa Vermelha. Porto Alegre, Vol. II, EST, 1996, p. 154 - 164.

Reconstituir os caminhos pelos quais seguiam as tropas representou uma tarefa difícil em virtude das mudanças ocorridas ao longo do tempo. O panorama regional sofreu grandes transformações com o desmatamento e o surgimento das granjas no processo de modernização da agricultura. Houve uma reconfiguração na estrutura fundiária, surgindo novos municípios. Algumas Vilas cresceram e se tornaram cidades; outras foram surgindo nos mais diversos locais. Novas estradas foram abertas e também já tiveram muitas mudanças em seu percurso, em alguns pequenos trechos seguem ainda os caminhos percorridos pelos tropeiros e as tropas.

Fizemos um esforço na tentativa de reconstituir e representar na figura 13, os locais de onde partiam algumas tropas, seu itinerário rumo a Marcelino Ramos, Rio Grande do Sul e Piratuba, Santa Catarina, sendo estes traçados passíveis de pequenas alterações, dado às limitações das informações e a dificuldade em percorrer os caminhos pelo difícil acesso e as mudanças já anunciadas.

Algumas tropas que saíam da localidade Capela Aparecida, São José do Ouro, passavam pela Linha Jardim Alegre, próxima à área urbana do município de São José do Ouro, seguiam para o Rio Ouro, no município de Cacique Doble e daí para a localidade de Bela Vista, já no município de Machadinho, seguia até onde se localiza a cidade de Machadinho, Linha Coqueiro, chegando após, ao rio Pelotas, feita a sua travessia a nado, seguiam passando por Lageado Mariano e Alto Picadão, chegando a Piratuba, Santa Catarina.

Se o destino das tropas fosse Marcelino Ramos, então, após São José do Ouro seguia para a localidade chamada de Linha Chico Felipe, interior de Cacique Doble; Paim Filho, Cerro da Rapadura, no município de Maximiliano de Almeida, e daí até Marcelino Ramos, chegando finalmente, nos mangueirões que existiam próximos à ferrovia.

Havia tropas que se deslocavam de outras localidades, passando no Rio Tanque e São Pedro do Iraxim, Bela Vista, Machadinho, rio Pelotas, seguindo para Piratuba; outras ainda, partiam de Espigão Alto, município de Barracão, seguiam para o Arroio Mariano, Machadinho, indo também para Piratuba, Santa Catarina.¹⁶²

¹⁶² Artemino Alves dos Santos, entrevista citada.

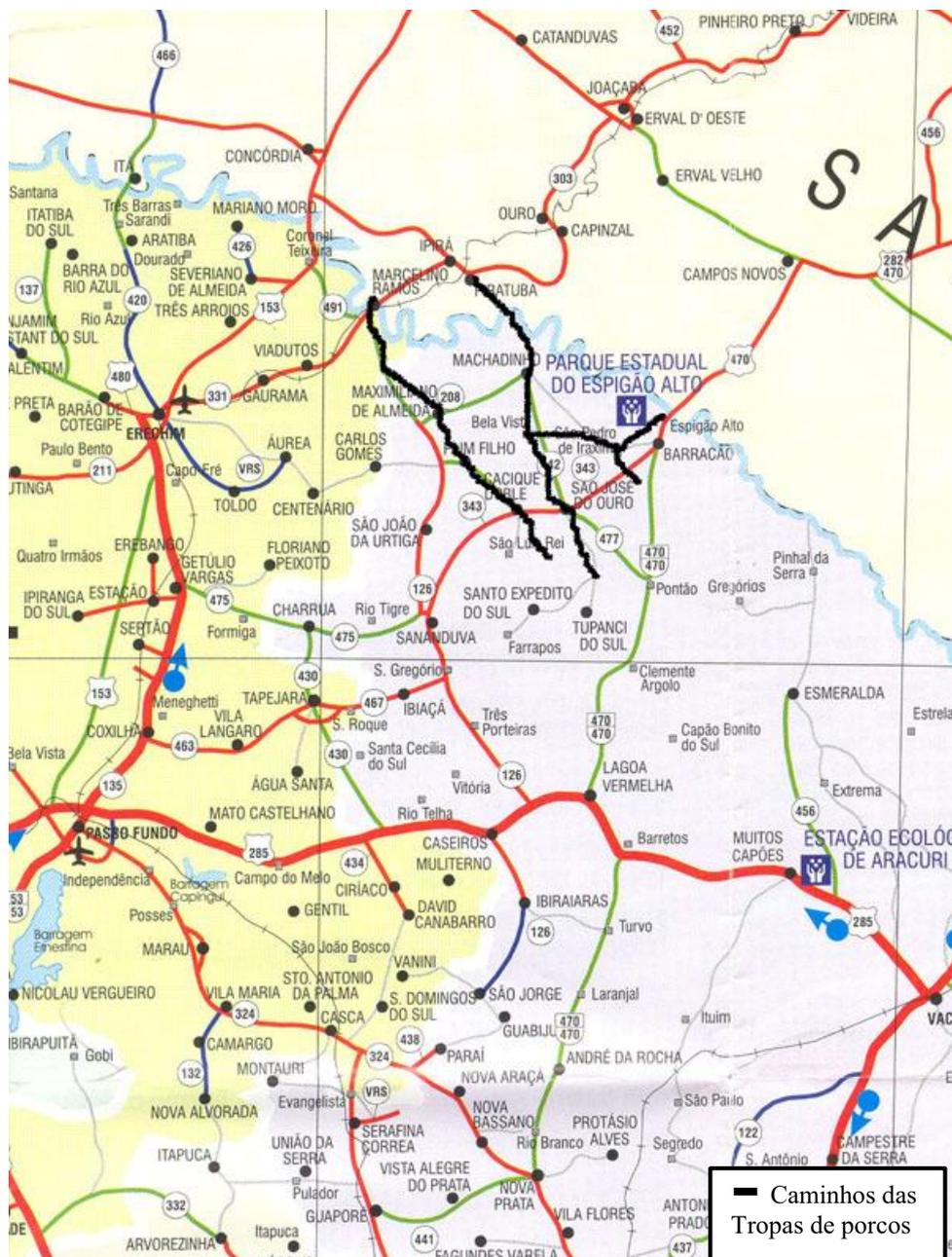


Figura 13 – Rota provável dos Caminhos das tropas de porcos.
Fonte: Sueli Maria da Silva

A produção de porcos também era direcionada para a “Cooperativa União Colonial Sananduvense de Produtos Suínos”, fundada em 15 de abril de 1935, em Sananduva, que comprava a produção de porcos dos colonos associados¹⁶³ e para o matadouro e fábrica de banha de Fioravante Paese, em Paim Filho, que adquiria a produção dos colonos de toda a região.

“Em Paim Filho tinha um abatedor, era o maior da região, de Fioravante Paese. Puxei de carroça muitos porcos da região de Sananduva, Paim Filho, para esse abatedor. Faziam banha, salame, que eram levados para Marcelino Ramos, carregavam no trem ia para outros lugares. Em Paim Filho era abatido algum porco”.¹⁶⁴

¹⁶³ LOREGIAN, Egidio. Histórico da Cooperativa União Colonial de produtos suínos Majestade. In: BERNARDI, Claudir José; BARROSO, Vera Lucia Maciel. (Org.) Raízes de Sananduva. Porto Alegre: EST, 2004, p. 310 – 312.

¹⁶⁴ Domingos Morelo, entrevista citada.

No Rio Grande do Sul, os frigoríficos e refinarias, sentiam-se prejudicados com o escoamento da produção de suínos que eram levados pelos tropeiros e vendidos em outros estados, recorrendo às autoridades para evitar maiores prejuízos.

“Em seis de novembro de 1936, os Frigoríficos Nacionais Sul-Brasileiros e mais uma série de refinarias de banha do Estado reclamavam junto à Assembléia Legislativa que os competidores industriais de outras unidades da Federação estavam adquirindo, no Rio Grande do Sul, os suínos que eram beneficiados em Santa Catarina e Paraná, em detrimento da economia Rio-grandense”.¹⁶⁵

Os produtores de suínos da região preferiam vender sua produção aos matadouros e frigoríficos de outros estados, onde obteriam melhores lucros, em função do preço em quilo e do não pagamento de impostos e ainda, diante das imposições feitas pelo Sindicato da Banha¹⁶⁶. Caracterizado como contrabando, era um escoamento de produção que os frigoríficos e refinarias queriam combater, recorrendo às autoridades constituídas. Refinadores de Erechim, Getúlio Vargas e até mesmo de Lagoa Vermelha solicitavam em 12 de novembro de 1936, majoração da taxa de expediente que era de 10% sobre a exportação de suínos do Rio Grande do Sul.¹⁶⁷

3.4 O tropeiro, os peões, os comerciantes e os saberes

O tropeiro de porcos era o patrão, o armador da tropa, o comerciante muitas vezes intermediário dos matadouros e frigorífico. Sujeito bem articulado nas suas relações, com conhecimento e facilidade para intercambiar. Nessa atividade havia divisão de tarefas, segundo as habilidades e a experiência. Hierarquicamente havia o tropeiro-patrão, que assumia todas as fases do negócio; a escolha dos porcos; a transação com o fazendeiro ou o colono, proprietário dos animais a serem vendidos, para efetivar a compra; a seleção dos animais a serem apartados para o faturamento da tropa; a condução dos animais; a venda; o

¹⁶⁵PESAVENTO, Sandra Jatahy. RS: Agropecuária colonial & industrialização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983, p. 114.

¹⁶⁶ Sindicato da Banha, fundado em 1930, visava a renovação dos processos produtivos nas refinaria gaúchas, dotando-as de tecnologias mais avançadas para a conseqüente a melhoria da qualidade, melhor preço e maior aceitação nos mercados. O Sindicato, no entanto, monopolizava o comércio e impunha um preço baixo à matéria prima desestimulando os pequenos produtores.

¹⁶⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit., p. 114.

pagamento dos peões da tropa; enfim era ele o responsável por todas as fases que envolviam esse tropeirismo.

Em seguida estavam os peões que ajudavam o tropeiro a conduzir os animais, sem participação na compra ou na venda dos porcos. Estes eram contratados, recebiam pelo serviço prestado em cada tropeada. Os peões eram pequenos proprietários, ou mais pobres, descendentes de italianos, caboclos ou brasileiros, que tinham habilidade nas lides com animais, tinham conhecimento do espaço regional e dos caminhos. Eram eles que seguiam muitas vezes a pé ou ainda, a cavalo, acompanhando e conduzindo os animais pelos caminhos tortuosos, picadas abertas a cascos de animais, até o destino final da tropa. “Eu ajudava a levar porco até Marcelino Ramos, era peão do Ico Mendes, reunia a porcada e nós saía de madrugada, a pé, buscando atalhos”.¹⁶⁸ Era um trabalho desenvolvido de modo sazonal, uma vez que as tropeadas eram realizadas num determinado período anual, o que já mencionamos anteriormente. O tropeirismo representava para eles, uma oportunidade de trabalho, agregado às demais atividades que desenvolviam no meio rural, garantindo uma melhor renda.

Podemos segundo nossos informantes nomear alguns tropeiros de porcos¹⁶⁹ da região: Antonio Osório Mendes (Ico Mendes), Augusto Bérghamo, Jordão Mendes, José Mendes da Fonseca, João Lira, Joaquim Nunes, Ricieri Munari, Artemino Alves da Silva, José Luiz de Barros (Bino), Joaquim Pereira Ramos, Nelson Bérghamo, João Antonio de Souza (Tico), Antonio Mendes da Fonseca, Gesuíno Pereira Ramos.

Destacou-se nesse tropeirismo Antonio Osório Mendes (Ico Mendes) que foi lembrado por todos os entrevistados, pois se dedicou sempre a essa atividade, como representante de frigoríficos, comprava tropas de porcos, emprestava dinheiro aos colonos.

Tornou-se muito conhecido na região. Era filho de Emílio Alves Osório, o dono da balsa, onde se fazia a travessia do rio Pelotas, no município de Machadinho, para o Rio do Peixe (Piratuba), Santa Catarina. Esse local de passagem se tornou conhecido como o Passo do Emilio Mendes. “Tinha o Ico Mendes (Antonio Osório Mendes), que era um grande comprador de porco. Era muito conhecido por aqui. Comprava os porcos magros para fazer a viagem. Ele comprava dos fazendeiros e dos colonos”¹⁷⁰.

¹⁶⁸ José Luiz de Barros, entrevista citada.

¹⁶⁹ Usaremos geralmente, o termo tropeiro para designar todos os que estiveram envolvidos nesse tropeirismo, independente de sua participação na compra ou venda dos animais.

¹⁷⁰ Carlos da Silva Dutra, entrevista citada.



Figura 14 - Antonio Osório Mendes (Ico Mendes)
Machadinho – não foi possível identificar a data.
Fonte: Acervo particular de João Antonio de Souza.

Antonio Osório Mendes comprava tropas de porcos que eram levadas para os matadouros e frigoríficos de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, também para Marcelino Ramos onde os porcos eram embarcados no trem e seguiam para os frigoríficos. Antonio foi assassinado no dia 13 de novembro de 1937, no Rio do Peixe (Piratuba) Santa Catarina, numa de suas tropeadas. Morreu jovem, tinha 30 anos, havia se casado há pouco tempo com Maria Biazus. “O Ico era um tropeiro habilidoso na lida com os porcos alçados e que eram grandes, laçava, derrubava e maneava o porco bem ligeiro”.¹⁷¹ Destacava-se pela sua capacidade de articular-se e em negociar com os colonos, fazendeiros e empresários da época.

Para corroborar essas afirmações, vamos trazer parte de um relatório que pertencia ao Ico Mendes, no qual aparecem as últimas anotações, antes da sua morte, em torno da compra de porcos.

¹⁷¹ João Antonio de Souza. Entrevista citada.

1890

Transporte comp. Despesas comp. suínos 1937

DATA	No Passo	DEVE	HAVER
21/8/37	Ruyundo serviço	24.000	
8/7/37	José Pereira 6 dias 80	48.000	
	Despesas A. Biavati	64.100	
	João Januário desp. serviço	80.000	
	A. Adas	48.000	
	Gilrail	59.000	
	Aguedo Maria serviço	32.000	
	10 sc. m. Adriano Macedo	85.000	
	José Pereira serviço	56.000	
	Serviço Ramos arroucos mad.	60.000	
	comp. m. José Pereira	20.000	
	4 sc. m. 204.	33.600	
	pagamento Lamo serviços	7.000	
	5 sc. Francisquin	1.757.000	
	" " " " 8.000	40.000	
	2% Pedro Domingues	17.000	
	30 sc. Valeriano Santos	195.000	
	12 sc. Cassimiro 8.000	136.000	
	Transp. desp. tropa José Mendes	485.200	
		<u>2.630.900</u>	

Figura 15 - Relatório de Antonio Osório Mendes (Ico Mendes)
Fonte: Acervo particular de Jane Piloto Melara.

No tropeirismo de porcos era utilizado também o trabalho infantil, uma vez que era uma atividade que exigia muita paciência, seguia vagarosamente, sem o emprego de força física, necessitando a curtas distâncias uma parada para descansar. Seu Joaquim¹⁷² afirma que tinha apenas dez anos de idade e acompanhava seu pai nas tropeadas, seguindo como madrinheiro. “Eu era o chamadô, ia na frente da tropa, a pé, com uma mala de milho. Eu jogava um pouco de milho e ia chamando os porcos”.¹⁷³ Diante da necessidade em somar esforços, o trabalho infantil era visto pelos adultos como mão-de-obra auxiliar, como uma

¹⁷² Joaquim Pereira Ramos, entrevista citada.

¹⁷³ Idem.

ajuda sem maiores responsabilidades, não acarretando nenhum prejuízo ao desenvolvimento da criança, nem privações, mas uma oportunidade de aprendizagem nessa tarefa.

O tropeiro, João Antonio de Souza conta que no início do inverno no mês de março era o momento da compra dos porcos para trazê-los para engordar nos pinhais na época do pinhão, durante o inverno. No final do mês de junho até setembro era o tempo das tropeadas. Quando o verão vinha chegando não havia mais tropas nos caminhos. Os animais ressentiam-se do calor do Sol na caminhada.¹⁷⁴

A atividade tropeira como tantas outras, exigia paciência, conhecimentos e habilidades no manejo. Eram conhecimentos adquiridos pelos tropeiros e peões, através da sua faina cotidiana, a cada nova tropeada. Reconhecer os melhores animais em meio a grande número de porcos, medir o seu peso, organizar as tropas, conduzir sem extraviar animais pelos caminhos, constituíam tarefas básicas.

Os tropeiros sabiam o local onde encontrar e buscar os porcos, o período do ano mais propício para a engorda, o melhor preço para compra e venda. Conheciam a melhor hora do dia para iniciar a viagem, para conduzir os animais para os cercados, como prendê-los, os cuidados na aproximação, pois eram animais arredios. Era preciso ir acostumando os porcos a ficarem reunidos, a comer milho, a sair em tropas. Conhecer previamente os locais por onde conduzir a tropa, os caminhos onde o relevo fosse menos acidentado, os lugares mais seguros para o descanso da tropa, as pousadas que ofereciam abrigo e alimentação aos animais em caso de necessidade, tudo isso, fazia parte da rotina dos tropeiros.

Os porcos machos eram todos castrados para que engordassem mais rápido. Havia os castradores que observavam as fases da lua para esse procedimento. A lua cheia era considerada a fase boa para a castração. Através da observação, identificavam a idade dos animais, reconheciam as condições do seu peso, até se as fêmeas estavam prenhes ou não. Se a fêmea estivesse prenhe seriam descontados até 10 quilos do seu peso. Habilidade e domínio dos animais na hora da pesagem, o manejo utilizando-se de cordas. “Pegavam dois barrigueiros, colocavam um na frente e outro atrás, erguia o porco na balança. O porco ficava preso, e o pesador estava lá pronto e só mudava o marco de cá para lá no varão da balança”.¹⁷⁵ Também podia ser utilizada uma corda para calcular o peso dos animais,

¹⁷⁴ João Antonio de Souza, entrevista citada.

¹⁷⁵ Nelson Bérnago, entrevista concedida ao frei Arlindo Batistel, em 06/10/1998. BATISTEL, Arlindo Itacir. Tropeiros de Porcos. In: SULIANI, Antonio. (Org.) Op. cit., p. 258 – 271.

sendo esta presa nas duas pontas, distantes, a uma determinada altura do chão, os porcos que passassem por debaixo da corda não tinham ainda o peso considerado bom para a venda, permaneciam então soltos nas matas.

Era imprescindível, como já mencionamos, a utilização de cães que eram treinados para encontrar e dominar os porcos mais bravios e ariscos, chamados cães porqueiros. Havia pessoas que se dedicavam ao treinamento desses cães. “Tinha um cachorro chamado Cacique, ele acompanhava a tropa, quando algum porco se extraviava, ele ia e encontrava”.¹⁷⁶ Faziam uso de linguagem característica (gritos) que era entendida pelos animais, facilitando o contato e o comando.

Saber organizar as provisões para viagem, atendendo às necessidades de alimentação, abrigo, segurança e ainda os instrumentos imprescindíveis para a efetivação de uma tropeada. Eram esses alguns dos conhecimentos adquiridos, memorizados, socializados e praticados pelos sujeitos que faziam do tropeirismo de porcos uma atividade que vinha se somar a tantas outras, na busca da superação dos entraves e de uma maior integração econômica e social.

Quanto aos comerciantes, esses inegavelmente tiveram relevante importância para a economia da região, na compra e venda dos produtos coloniais, se tornaram os intermediários na captação monetária, viabilizaram o mercado interno da região com as demais regiões e com o centro do país, orientando a produção agrícola, levando os colonos a produzirem, atendendo ao mercado. Os comerciantes se tornaram o elo de inúmeros processos econômicos, culturais, maximizadores de fatores locais na sua relação com o mundo externo à colônia.¹⁷⁷

“A centralidade financeira, econômica e mercantil, as linguagens no campo da negociação (da troca e da compra e venda), a visibilidade mercantil da produção e seus vínculos com o equilíbrio trabalho-consumo estavam todas correlacionadas com a presença e relação com o comerciante local/regional”.¹⁷⁸

Os comerciantes constituíram-se naqueles que, no cenário colonial, eram “os mais ricos”, com patrimônio mais elevado, composto de capital investido no negócio, que assegurava lucros incomparavelmente superiores aos de uma exploração agrícola, graças,

¹⁷⁶ João Antonio de Souza, entrevista citada.

¹⁷⁷ TEDESCO, João Carlos. Op. cit., p. 88.

¹⁷⁸ TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. Op. cit., p. 68.

ao mesmo tempo, à elevação das margens de lucro e à rapidez de giro das reservas.¹⁷⁹ A sua capacidade de adaptar-se a situações novas, o domínio da técnica possibilitou aos comerciantes a multiplicação de empresas cada vez mais vantajosas.¹⁸⁰

“Meus avós João Bérghamo e Domingas Silvestro tinham casa de comércio em Cacique Doble. Vendiam de tudo para os colonos e caboclos. A venda era a prazo de até um ano. As mercadorias eram trazidas de carroça, puxada por mulas, vindas de Torres, Novo Hamburgo para onde também levam produtos coloniais. Recebia em pagamento gado. A minha avó Domingas ia a cavalo, até a propriedade do colono para receber o pagamento, sinalizava os animais com sua marca. Posteriormente mandava buscar esse gado”.¹⁸¹

Nas primeiras décadas do século passado, destacaram-se duas categorias de comerciantes: o pequeno comerciante da vila local, que negociava diretamente com os colonos e o comerciante de centros mais dinâmicos que negociava com esses pequenos comerciantes, comprando produtos coloniais, trazidos em carroças puxadas por mulas ou



Figura 16 – Carreta transportando mercadorias - São José do Ouro – 1934.
Fonte: Acervo particular de Sueli Maria da Silva.

¹⁷⁹ ROCHE, Jean. Op. cit., p. 577.

¹⁸⁰ Idem, p. 580.

¹⁸¹ Nelson Bérghamo, entrevista citada.

¹⁸² Usaremos o termo colono, sem diferenciação étnica, para designar todos aqueles que viviam na região, que se dedicavam à agricultura e a criação de animais, pequenos proprietários ou arrendatários, que se vinculavam ao comércio local.

A empresa comercial Pagnoncelli de Marcelino Ramos, comprava produtos coloniais desta região, tropas de porcos, banha, charque, queijo, salame e vendiam açúcar, sal, fazendas (tecidos) e muitos outros produtos.¹⁸³

“Aquiles Pagnoncelli tinha em Marcelino Ramos, uma casa de comércio por atacado e em São José do Ouro tinha uma filial do Pagnoncelli, o seu representante era o Arlindo Letti. As mercadorias vinham até Marcelino Ramos pelo trem e depois eram vendidas aos comerciantes”.¹⁸⁴

O comerciante local comprava a produção agrícola dos colonos e vendia toda a espécie de produtos manufaturados, trazidos de outras regiões. Na realidade o colono fazia uma permuta, na qual o comerciante extraía mais excedente.

“O comerciante controlava a produção do agricultor, fixava preços, monopolizava o crédito. Chegou a instituir um sistema de trocas por permuta em conta-corrente, quando os transportes ainda eram deficitários. Este sistema baseava-se na exploração do agricultor pelo comerciante, o qual recebia os produtos e só creditava o valor correspondente, depois de realizada a venda no mercado de Porto Alegre. Como acarretava longo período de tempo (às vezes um ano), o agricultor, ao receber o valor, tinha reduzido sua capacidade de compra, face aos aumentos constantes dos produtos que necessitava adquirir do mesmo comerciante, gerando prejuízos com a descapitalização e, com a conseqüentemente, redução das possibilidades de desenvolvimento interno da produção da pequena propriedade”.¹⁸⁵

O comerciante exercia o domínio na relação comercial, estando o colono, submetido ao seu poder local, subordinado e dependente, gerando conflitos, numa desproporcionalidade de forças, caracterizado pela exploração do trabalho do produtor, fornecedor de matérias-primas para o mercado. “Os comerciantes vendiam caro os alimentos e os objetos necessários aos colonos; mas, quando este levava àqueles um produto que lhe havia custado meses de suor e de energia, os comerciantes davam-lhe um preço miserável por ele e ainda só em troca de mercadorias”.¹⁸⁶

¹⁸³ Nelson Bérghamo. Entrevista citada.

¹⁸⁴ Domingos Morelo. Entrevista citada.

¹⁸⁵ Cf. MOURE, Telmo. A inserção da economia imigrante na economia gaúcha. Apud. TEDESCO, João Carlos. Op. cit., p. 92.

¹⁸⁶ ROCHE, Jean. Op. cit., p. 579.

Segundo Dal Moro a “astúcia” dos comerciantes, no sentido de extrair mais excedentes dos colonos tornou-se objeto de poemas e canções populares, onde os colonos denunciavam a situação vivida.

“Tu hai fatto il botegaro
E vendevi tropo caro,
Era roba inferior
E la vendivi permeglior
La vendivi a caro costo
E non davi il peso giusto”

(Você, como comerciante
Vendia muito caro
Artigo inferior
Vendia por bom artigo
Enganava no preço
E não dava o peso justo).¹⁸⁷

Os comerciantes, donos de vendas, forneciam aos colonos mercadorias que estes necessitavam, a crédito, cuja dívida poderia ser paga na época da colheita da produção agrícola ou com a venda de animais. Essas relações econômicas eram muitas vezes revestidas de um caráter de benefício mútuo, baseado na confiança entre o comerciante e o colono, onde também acontecia uma dupla intermediação: num sentido, abasteciam a família rural, vendendo-lhes os artigos essenciais para o consumo, no outro sentido, compravam-lhe a produção agrícola ou animal, com destino aos atacadistas das cidades maiores. O comerciante, nessa relação, obtinha maior transferência da riqueza e da renda produzida na agricultura. O comerciante vendendo, comprando e financiando – exercia uma sólida liderança em relação ao colono, que se encontrava em situação de dependência e subordinação.¹⁸⁸

Novamente usaremos parte do relatório de Antonio Osório Mendes (Ico Mendes), no qual há suas anotações de empréstimos de dinheiro, feitos aos colonos em geral e criadores de porcos, nos anos de 1935 e 1936.

¹⁸⁷ Ver Poema de Angelo Giusti, poeta-agricultor, imigrante residente nas regiões das Colônias Velhas. In DAL MORO, Selina M. De Escola Paroquial à Escola Pública: o significado da escola no desenvolvimento de Sananduva. Rio de Janeiro: FGV, 1985 (Dissertação de Mestrado) p.47.

¹⁸⁸ TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. Op. cit., p. 65.

44⁰⁶

Dinheiro que tenho emprestado.

DATA	DEVE	DEVE	HAVER
20/5/36	Benjamin Zenaquio	46.000	20.000
12/9/36	Leobio B. Ozorio	50.000	
1/11/36	Olimpio Maria G.	1800.000	1.800.000
10/12/36	Gaspar ijanocetru... b.	500.000	
10/12/36	Manoela Silva	200.000	
27/11/35	Manoela	150.000	
1/11/36	Antonio Vissola	100.000	5.100.000
1/12/36	Atilio Riarati	50.000	50.000
31/12/36	José B. Ozorio	169.400	169.400
2/9/36	Affonso Liburni	100.000	
10/1/36	Demetrio Marciano Gomes de Lima	22.000.000	2.000.000
10/5/35	Anteris Cacunã	52.000	
30/8/35	João Menão	700.000	
28/10/35	Elizario Campos	500.000	150.000
	Eugenio Dutra	50.000	
23/12/35	José Pelissari	200.000	
	Arthur Coeva G. de Fico	40.000	
15/1/35	Abraão Bitencourt	200.000	
3/3/31	Frederico Schoavantes	194.340	

Figura 17 - Relatório de empréstimo de dinheiro feito pelo tropeiro Antonio Osório Mendes (Ico)
 Fonte: Acervo particular de Jane Piloto Melara

Inúmeras vezes ocorriam também o fato de o próprio colono entregar aos comerciantes suas reservas monetárias a juros ínfimos, financiando, com sua poupança colonial, novos investimentos e acúmulo de capital nas mãos dos comerciantes.

O comerciante local, como já mencionamos, também estava sujeito à concorrência regional dos comerciantes atacadistas, de centros mais dinâmicos que mais rapidamente escoavam suas mercadorias. O produto, adquirido diretamente do colono, era vendido pelos comerciantes nos mercados regionais de Erechim, Caxias do Sul, Passo Fundo. Atingidos pela concorrência, procuravam se ressarcir dos baixos preços pagos pelos produtos na base de maior extração de excedentes dos colonos. Este ressarcimento

aconteciam de dois modos: de um lado os comerciantes pagavam menos pelos produtos da colônia, comparativamente aos preços pagos a nível regional; de outro, elevavam os preços das mercadorias vendidas em suas casas comerciais.¹⁸⁹

Na atividade comercial, destacavam-se diferentes perfis de comerciantes, havia aqueles que estavam instalados nas vilas com sua venda, onde negociavam de tudo, tecidos, calçados, alimentos, bebidas, etc. Os que se especializavam na compra de gado, principalmente bovinos e suínos e, ainda, aqueles intermediários, os chamados atravessadores, representantes de comerciantes maiores, estabelecidos em centros mais dinâmicos, donos de matadouros ou frigoríficos. Em nosso estudo, destacamos esse comerciante que percorria distâncias, comprando e levando matérias-primas das colônias aos matadouros e frigoríficos, principalmente suínos, num período em que a banha alcançava um bom índice de consumo interno e figurava entre os produtos de exportação.

Nas vilas e pequenas cidades, a capela e a venda ou bodega eram o centro de convergências. A venda, de propriedade do comerciante, constituía-se num espaço de intermediação mercantil e financeira, possibilitando o intercâmbio de produtos locais regionais, nacionais e importados.¹⁹⁰ Na colônia, a venda era também o local de encontro entre os colonos, local de negócios, de discussões, conchavos políticos, local de lazer, de jogos de cartas, do jogo de truco e bochas, também de desavenças. A venda otimizava a organização do espaço, assim como organizava e dinamizava espacialidades sociais e econômicas. Era o testemunho e a materialidade da vida econômica, traduzida na troca, sinais de trabalho, direitos, reciprocidade, confiança.¹⁹¹

O comerciante inegavelmente esteve na origem do processo evolutivo dos espaços regionais, projetando novos investimentos, forjando um conjunto de avanços estruturais, embora nem todos tenham evoluído para o campo da industrialização, voltando-se a investimentos na agricultura, à qual historicamente vinculava-se.

¹⁸⁹ DAL MORO, Selina M. Op. cit., p. 47.

¹⁹⁰ TEDESCO, João Carlos. Op. cit., p. 90.

¹⁹¹ Id., *ibid.*, p. 96.

3.5 O fim do tropeirismo de porcos e sua redefinição produtiva e mercantil

Como vimos a atividade tropeira ocorreu numa época em que os caminhos eram apenas trilhas, os rios eram vadeados nos passos e a produção dos pecuaristas e agricultores precisava ser transportada a distantes centros consumidores.¹⁹² Entender o seu fim, sua redefinição, implica na percepção de vários fatores interligados dentro de uma conjuntura mais ampla, no contexto do desenvolvimento de um projeto capitalista mundial, onde os avanços científicos e tecnológicos se tornaram constantes.

Devemos considerar as mudanças da economia gaúcha, caracterizada pela forte intervenção do Estado, a partir de 1930, em que se estava optando por um novo modelo econômico, baseado na indústria em substituição ao modelo agroexportador. A região começa a ser marcada por transformações nos setores produtivos, avanços no setor industrial, expansão do comércio e produção agrícola, os quais interagiam nos mercados.

Na década de 1940, a estrutura fundiária começou a ser reconfigurada em razão das novas possibilidades de extração econômica da terra. As serrarias proliferaram-se por todos os lados, derrubando matas, abrindo espaço para novas frentes agrícolas. “Aqui era uma escuridão de pinheiro, as serrarias fizeram uma limpeza. Começou a tocar as lavouras. Mudou muito, fizeram granjas”.¹⁹³ A cultura do trigo foi assumindo novas dimensões na economia. A agricultura tradicional aos poucos foi se modernizando, os agricultores e criadores de animais vão sendo induzidos a se inserir nos novos parâmetros de modernização produtiva, atendendo a novas exigências mercadológicas.

A partir da chegada das serrarias, a derrubada das matas, provoca a escassez do pinhão que se constituía no alimento básico para a criação extensiva de porcos. As estradas foram sendo abertas; outras, alargadas para a passagem dos caminhões no transporte da madeira. Os caminhões foram surgindo na região, facilitando o transporte, promovendo maior intercâmbio regional.

¹⁹² FLORES, Moacyr. Op. cit., p. 05.

¹⁹³ Gioneto Menegat – 80 anos. Foi durante 40 anos funcionário da Cooperativa Regional Sananduva de Carnes e Derivados, representante na compra de suínos, em São José do Ouro/ RS.



Figura 18 - Os caminhões em São José do Ouro/RS, 1946.
Fonte: Acervo de Américo Gelain.

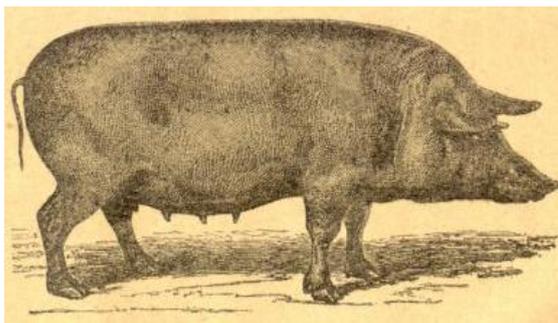
A presença dos caminhões na região, a partir do início da década de 1940, provocou importantes mudanças, oferecendo maiores condições de mercantilizar a produção, maior mobilidade espacial, foi substituindo as carroças e as carretas¹⁹⁴, os cargueiros transportados por mulas e os tropeiros.

Os matadouros e frigoríficos, para onde as tropas eram levadas, muitos deles mudaram-se para outros espaços regionais, evoluíram, ampliaram seus negócios, tornaram-se complexos industriais, aqueles com menor potencial financeiro fecharam suas portas ou foram absorvidos pelos maiores. A política nacionalista, desenvolvida pelo governo Getúlio Vargas, nos anos 50, não beneficiou todas as empresas frigoríficas, pelo contrário, ela acirrou a concorrência e as empresas que não se modernizaram, entraram em decadência.

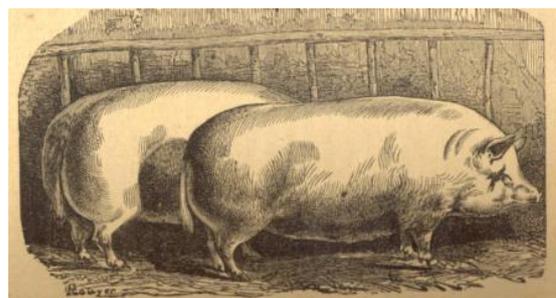
Outro aspecto a ser considerado foi a mudança de hábito dos consumidores, estes passaram a consumir maior quantidade de carne, em detrimento da banha, sendo esta também substituída pelos óleos vegetais. O melhoramento genético com o cruzamento de raças puras e o sistema de criação de porcos passaram a ser outro, animais tipo carne foram sendo introduzidos.

¹⁹⁴ Carroças eram as que transitavam em distâncias curtas nas próprias colônias, eram puxadas por apenas um par de mulas enquanto as carretas eram maiores, para longas distâncias, puxadas por vários ternos de mulas e com maior capacidade de carga. Ver ainda, TEDESCO, João Carlos. Op. cit.

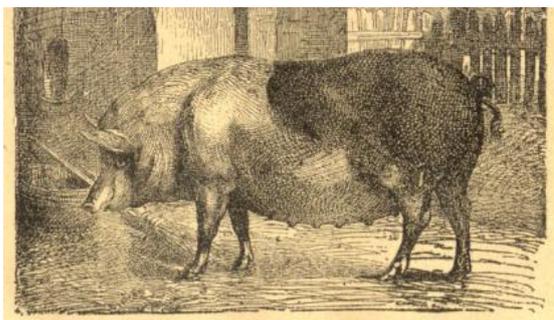
Os produtores deveriam ir substituindo as raças que tinham por características a produção da banha, como Macau, Carranca, Canastrão, Polanchim, Caruncho, Casco de Burro e Rosilho Mouro e outras, pelas raças estrangeiras como raça Duroc, Jersey, Polland China, Large Black e Berkshire¹⁹⁵, que oportunizavam o aproveitamento total dos animais e desenvolviam num menor espaço de tempo dando, maior lucratividade.



Raça Napolitana



Raça Canastra



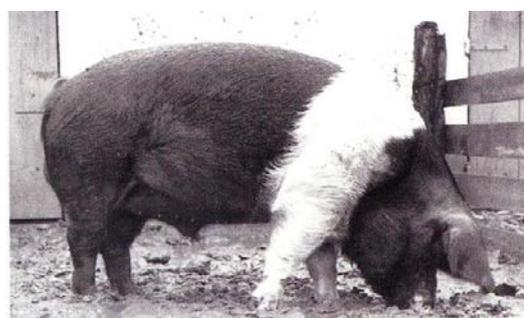
Raça Mestiça

Figura 19 – Porcos tipo/banha



Raça Duroc

ção no Brasil. Rio de Janeiro: Laemmert, 1895.
do/RS.



Raça Wessex Sadblack.

Figura 20 – Porcos tipo/carne
Fonte: Arquivo da Sadia

¹⁹⁵PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit., p. 114.

O tropeirismo de porcos que se fazia presente no meio rural da região, foi uma prática que permaneceu por duas décadas aproximadamente e como já analisamos foi sendo redefinido no contexto do desenvolvimento do capitalismo, da modernização dos meios de produção, o melhoramento genético e novas técnicas de criação em pocilgas; de transportes com a chegada dos caminhões, a melhoria nas vias rodoviárias; do desmatamento, provocado pelas serrarias; da expansão e modernização da agricultura. Promoveu-se, então, uma nova fase na criação, no transporte e comercialização de porcos. A matéria-prima para os frigoríficos passou a chegar mais rápido com nos novos métodos de criação e engorde em menor tempo, sendo os animais transportados pelos caminhões que assumiam a tarefa dos tropeiros. As empresas cresceram, expandiram seus negócios romperam fronteiras.

O ruído das tropas e os gritos dos tropeiros foram substituídos pelo barulho de motores, as trilhas lamacentas deram lugar às rodovias; as grandes matas desapareceram, surgiram em seu lugar extensas lavouras agrícolas; os mangueirões, as casas de pouso, as tralhas carregadas em bruacas no lombo de mulas, não existem mais, são apenas reminiscências, dos “tempos difíceis”. O tropeiro foi retirando-se do cenário, redefinindo suas atividades e, na transição, outros personagens foram surgindo, restando traduzir as lembranças das tropeadas de porcos em histórias que merecem ser contadas. “Quando não deu mais para tropear nós (os tropeiros) continuamos trabalhando na roça, criando gado ou trabalhando nas serrarias, que tinha por tudo”.¹⁹⁶

Podemos dizer, com certeza, o tropeirismo de porcos foi uma atividade, mesmo que subsidiária às demais e com um tempo de duração de certo modo efêmero, de importância relevante para a sobrevivência daqueles que viviam nessa região, onde estão atualmente os municípios de Barracão, Machadinho, São José do Ouro, Tupanci do Sul, Santo Expedito do Sul Cacique Doble, Paim Filho, Sananduva, São João da Urtiga e Maximiliano de Almeida, todos pertencentes ao município de Lagoa Vermelha e que conquistaram sua emancipação política, a partir da segunda metade do século XX.

O trabalho dos colonos, pequenos proprietários, dos comerciantes locais, dos tropeiros e peões, que viram na criação de porcos e sua comercialização uma possibilidade de agregar recursos financeiros, era feito com dedicação, enfrentando todas as limitações do contexto em que viviam. Embora sendo um fato vivido na região e até o momento com pouquíssimos registros, está guardado na memória das pessoas mais idosas. Elas

¹⁹⁶ João Antonio de Souza, entrevista citada.

relembrem os tempos difíceis a abundância de porcos percorrendo os pinheirais, as tropas sendo levadas para outras regiões e a liberdade no exercício de suas atividades. Com o tempo essa realidade foi mudando, vieram as serrarias, e novas possibilidades de vencer os obstáculos e as distâncias foram se delineando, como já evidenciamos, mudanças globais estavam se processando e alcançando a todos, em todas as regiões, algumas com maior ou menor poder de inserção.

No próximo capítulo, realizaremos uma rápida abordagem acerca das mudanças nos processos de produção, as reações dos produtores de suínos, comerciantes e pequenos empresários, frente a um mercado mais complexo e competitivo. Analisaremos a trajetória histórica dos complexos agroindustriais do Oeste catarinense: a Perdigão e a Sadia, e da Cooperativa Regional Sananduva de Carnes e Derivados – Majestade, do município de Sananduva.

4.0 DA PRODUÇÃO ARTESANAL ÀS AGROINDÚSTRIAS

Neste capítulo, analisaremos as estratégias políticas e econômicas desenvolvidas pelos colonos, comerciantes e pequenos industriais diante das mudanças globais que vinham acontecendo: sua organização em sindicatos e cooperativas, do ramo frigorífico, e em destaque abordaremos a trajetória histórica das agroindústrias: Perdígão, Sadia e a Majestade. Tencionamos com este último capítulo melhor compreender os passos iniciais do insipiente desenvolvimento industrial e melhor perceber as correlações da criação e do tropeirismo de porcos que acontecia onde estão os municípios de São José do Ouro, Machadinho, Barracão, Cacique Doble, Paim Filho, São João da Urtiga, Maximiliano de Almeida, Sananduva, Santo Expedito do Sul e Tupanci do Sul, com a fundação das agroindústrias.

Entendemos que as organizações associativas surgidas nesse período com objetivos que inicialmente se apresentavam como estratégias dos colonos produtores de suínos, os comerciantes e pequenos industriais de defesa de seus interesses como a garantia de preços, a permanência e a expansão da sua produção num mercado mais complexo e competitivo, foi se transformando num processo indutor de mudanças progressistas das quais nem todos puderam partilhar, abrindo-se os caminhos para o surgimento de agroindústrias, tendo em vista também os avanços globais das relações capitalistas desse período.

4.1 A crise da banha e as organizações associativas: os sindicatos e as cooperativas

A banha era um produto originalmente consumido pelo mercado interno e, a partir da Primeira Guerra Mundial passou a ocupar posição de destaque nas exportações do Rio

Grande do Sul para o resto do país. Sua industrialização se desenvolveu alicerçada na expansão da matéria-prima, produzida desde os primórdios da colonização pelos imigrantes europeus e seus descendentes.

Inicialmente sua exploração era feita com técnicas rudimentares, realizadas de modo artesanal na pequena propriedade colonial, sendo a produção vendida aos comerciantes locais que repassavam às refinarias para o processo de beneficiamento e, só então, lançada ao mercado nacional.

No final da década de 1920, no contexto da crise mundial, a economia brasileira foi afetada em todas as suas esferas. Os produtos agrícolas, principalmente, tiveram seus preços reduzidos, atingindo assim a grande massa de pequenos produtores, que se viam explorada no intercâmbio mercantil. Essa crise levou agentes sociais a se mobilizarem no sentido de reverter essa situação. Grandes e pequenos produtores, comerciantes e industriais delinearão caminhos e buscaram soluções através da organização associativa.¹⁹⁷

No final de 1928, um grupo de industriais do ramo reuniu-se em Porto Alegre para, com apoio das autoridades governamentais, organizarem um sindicato. Poderiam fazer parte do sindicato todas as refinarias de banha do estado, bem como as firmas distribuidoras de banha estabelecidas nos mercados do Rio de Janeiro e São Paulo.¹⁹⁸

O Sindicato Sul Rio-grandense da banha tinha como fins principais a normalização dos negócios da banha e a eliminação das fraudes, a standardização da produção para a melhoria da qualidade do produto, garantindo mercados e eliminando os concorrentes nacionais e estrangeiros. Também visava defender os interesses dos produtores de banha junto ao governo, promover também uma racional industrialização, com a reforma das instalações existentes, permitindo a sua modernização.¹⁹⁹ O Sindicato da Banha passou a dotar as refinarias já existentes de tecnologias mais avançadas.

Esse sindicato passou a controlar as refinarias e a impor rigorosa fiscalização sobre a banha bruta, antes de ser refinada através de técnicos especializados. Com isso somente as grandes empresas filiadas ao Sindicato da Banha, poderiam ter condições de atender tais exigências, inviabilizando assim a subsistência da pequena empresa ou o artesanato doméstico.

¹⁹⁷ DAL MORO, Selina M. Op. cit., p. 122.

¹⁹⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit., p. 91.

¹⁹⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit., p. 91.

O Sindicato promovendo uma progressiva modernização em termos técnicos e sanitários do produto gaúcho reconquistou nos anos 30 e 31 os mercados nacionais e internacionais. Os países europeus como a Inglaterra, Alemanha, França, Itália e Áustria passaram a importar a banha do Rio Grande do Sul.²⁰⁰ Todavia, o fato de conseguir melhor aceitação constituía-se num estímulo ao aumento dos rebanhos suínos em São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina. As articulações do Sindicato na demanda do bom preço favoreceram o surgimento e proliferação dos concorrentes nacionais.²⁰¹

Foi se delineando uma crise interna do setor da banha, impulsionada em especial por São Paulo que passou a fazer concorrência à banha gaúcha, introduzindo a produção de óleos vegetais, de algodão, coco, etc., matérias primas com custo ínfimo de produção comparativamente ao porco, além do baixo frete cobrado para sua colocação no mercado, em função da proximidade com os centros consumidores.

Além disso, outro problema que estava agravando a crise desse setor era o comportamento do Sindicato em relação ao pequeno produtor. O Sindicato, tendo o monopólio da comercialização, impunha ao suinocultor um preço tão baixo à banha que não chegava a cobrir os custos da produção, deixando a este, pouco estímulo ou capital para investir na renovação dos métodos de criação. Com isso a suinocultura gaúcha continuava a ser praticada com pouca inversão de capital, pouca higiene, sem técnica. O eventual aumento no valor das exportações não era compartilhado com os produtores, ficando somente os lucros para o Sindicato.

“Na medida em que, no centro do país, se registrava uma baixa no preço do artigo, o Sindicato retraía as compras no Estado. O Sindicato agia no sentido de rebaixar o preço da matéria-prima, limitando as compras diárias e realizando quebra de peso”.²⁰²

A euforia inicial com a criação do Sindicato foi dando lugar a um sentimento de frustração dos pequenos produtores diante da subordinação a que estavam sujeitos e da incapacidade do Sindicato em manter o preço e assegurar mercados. Aos poucos delinearam as contradições que se interpunham entre o mundo de interesses dos pequenos produtores e comerciantes.

²⁰⁰ Id., *ibid.*, p. 99.

²⁰¹ Id., *ibid.*, p. 101.

²⁰² PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Op. cit.*, p. 102.

Como forma de reação ao sindicato que gozava de favores e isenções fiscais, como, a isenção da taxa bromatológica ou mesmo o fato de ser proibida a exportação de banha por particulares não sindicalizados, propagou-se entre os colonos o surto cooperativista.

As cooperativas de pequenos produtores buscavam encontrar formas de desarticular o monopólio da produção e comercialização dos produtos, estabelecidos pelo Sindicato da banha, beneficiar a matéria-prima por eles produzida e comercializar o produto acabado.²⁰³

A reação dos suinocultores teve como ponto de partida a região do Alto Uruguai. No final do ano de 1932, um grupo de comerciantes de Carazinho, juntamente com a União Colonial, integrada por pequenos produtores, tomaram a iniciativa e formaram a “Liga de Defesa dos Produtores de Banha” e a criação de uma “Cooperativa de Produtores de Banha”, com a finalidade de construir uma refinaria modelo. Fundaram em 1932 uma refinaria em, Erechim, que era o maior produtor de banha do estado. Nessa refinaria inaugurada foram reunidas as duas refinarias que existiam anteriormente, pertencentes às firmas Saulle Pagnoncelli & Cia. e Dal Molin, Setullo & Cia.²⁰⁴

Em outubro de 1933 realizou-se o primeiro congresso de suinocultores, uma iniciativa da Liga das Uniões Coloniais.²⁰⁵ Foi criada a Cooperativa Sul-Riograndense da Banha, com sede em Cruz Alta. Essa cooperativa nascia com a finalidade de defender a suinocultura do Estado, racionalizando a produção industrial e viabilizando a instalação de refinarias.

A partir daí, formaram-se outros consórcios profissionais de produtores de suínos. No município de Lagoa Vermelha, no distrito de Paim Filho, foi criada em abril de 1934, a Liga Colonial Serrana, e no distrito de Sananduva, no dia 15 de abril de 1935,²⁰⁶ surgia a Cooperativa União Colonial de Produtos Suínos.

O Sindicato por sua vez, vinha ressentindo-se também da concorrência de outros frigoríficos entre esses o norte-americano Swift, instalado em Rio Grande desde 1917. As refinarias de outros estados, como Paraná e Santa Catarina, pagavam quase o dobro do preço da banha pago pelo sindicato, estimulando a venda de suínos para seus matadouros e frigoríficos.

²⁰³ DAL MORO, Selina M., Op. cit. 124.

²⁰⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit., p. 106.

²⁰⁵ Id., *ibid*, p. 106.

²⁰⁶ LOREGIAN, Egídio. Histórico da Cooperativa União Colonial de Produtos Suínos Majestade. In: BERNARDI, Claudir José; BARROSO, Vera Lucia Maciel,(org.) Raízes de Sananduva. Porto Alegre: EST, 2004, p. 310 – 312.

Em 1935 a Sociedade da Banha procedeu a um inquérito sobre o escoamento clandestino da banha que se fazia para Santa Catarina e Paraná, através de Marcelino Ramos, sem satisfazer as exigências do fisco e sem pagar a taxa bromatológica.

O contrabando de suínos na fronteira norte do estado passou a ser uma opção para os pequenos produtores da região, todavia para os grupos detentores do capital era algo a ser evitado. Os frigoríficos e refinaria de banha do estado reclamaram junto à Assembléia Legislativa que os competidores industriais de outras unidades da federação estavam adquirindo, no Rio Grande do Sul, os suínos que eram beneficiados em Santa Catarina e Paraná, em detrimento da economia gaúcha. Em seis de novembro de 1936, solicitaram então um imposto de 10% sobre a exportação de suínos para Santa Catarina.²⁰⁷

Diante desse contexto, podemos concluir que a produção de suínos da região das matas do município de Lagoa Vermelha, foi reconhecidamente, matéria-prima aos matadouros-frigoríficos de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, viabilizados pelo tropeirismo de porcos.

Neste ínterim, decisões do governo federal vieram precipitar no Estado, o conflito entre Sindicato, Sociedade da Banha e Cooperativas. Em 15 de janeiro de 1937, pelo decreto governamental nº. 6.375, ²⁰⁸ foi criado o Instituto Sul-Riograndense da Banha, como substituto das organizações pré-existentes (Sindicato da Banha e Sociedade Sul-Riograndense da Banha). Os sindicatos seriam apenas profissionais e não de produção. As ações desse Instituto estavam voltadas para a centralização e a tecnificação da produção industrial do suíno, através da construção de modernos entrepostos frigoríficos.

Dando prosseguimento às mudanças, o governo federal, em 1º de julho de 1937, estabeleceu a proibição da matança doméstica de porcos, ficando o abate para fins de exportação a cargo somente dos estabelecimentos registrados e sob fiscalização federal. Também estava proibida a exportação de banha bruta, tornando-se obrigatória sua refinação.²⁰⁹

A partir de então, mudanças radicais ocorrem tanto no processo técnico da produção quanto na qualidade do rebanho, caracterizando um novo estágio de desenvolvimento do setor. A renovação e adaptação do instrumental técnico de trabalho e das instalações, atendendo às exigências governamentais, ao nível da produção, começou a

²⁰⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit., p. 114.

²⁰⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit., p. 117.

²⁰⁹ Id., *ibid.*, p. 117.

criar corpo e a proposta relacionada com a mudança da orientação da suinocultura: do porco banha para o porco carne.

O Rio Grande do Sul deveria aos poucos ir substituindo as raças que tinham por características a produção da banha, como Macau, Carranca, Canastrão, Polanchim, Caruncho, Casco de Burro e Rosilho Mouro pelas raças estrangeiras que oportunizassem aproveitamento dos demais produtos suínos, como animais da raça Duroc, Jersey, Polland China, Large Black e Berkshire.²¹⁰ As bases de tais transformações deviam-se, em especial, à necessidade de adequação e reorientação da produção industrial para fazer frente à concorrência sofrida pela banha, pela introdução de óleos vegetais comestíveis, no mercado.

Nesse contexto de redefinições, nas relações entre a produção agropecuária colonial, o comércio e os processos de industrialização e mercados consumidores na região inevitavelmente alteraram-se progressivamente. O processo de criação de porcos, a produção artesanal da banha e de outros derivados de suínos, vinculada ao surgimento do sindicato, foram alcançando melhorias e mudanças no modo de produção, evoluindo para processos mais sofisticados, atendendo às exigências de mercado. Nessas relações de intercâmbio, envolvendo colonos, comerciantes e proprietários de matadouros, a acumulação de capital se deu em favor dos dois últimos que, com maiores recursos financeiros acumulados, passaram a investir em novos empreendimentos comerciais e, também, no setor industrial, dos quais alguns evoluíram para os complexos agroindustriais.

4.2 As agroindústrias frigoríficas

Sabemos que a implementação e o desenvolvimento do processo produtivo industrial implicam em condições históricas óbvias, como a realização do processo de acúmulo primitivo do capital. Os avanços da economia gaúcha em moldes agroindustriais caracterizou-se pela restrita capacidade de expansão, em virtude da produção pecuária nos moldes tradicionais, que não favorecia o acúmulo de riquezas que pudessem ser investidas num processo produtivo industrial.

²¹⁰ VALENTINI, Delmir José. Tropeirismo Regional: o Singular Tropeiro de Suínos pelos Caminhos Históricos de Curitiba. In: SANTOS, Lucila Maria Sgarbi; BARROSO, Vera Lúcia Maciel. (Org.) Op. cit., p. 177 - 180.

A instalação dos primeiros frigoríficos no Rio Grande do Sul decorreu da ampliação dos negócios de grandes empresas frigoríficas inglesas e norte-americanas que já atuavam nas regiões platinas e instalaram filiais no Estado, no contexto da Primeira Guerra Mundial, período em que aumentou a procura de alimentos no mercado internacional, permitindo a aceitação de produtos de qualidade inferior. Sendo a industrialização da carne, no Rio Grande do Sul, monopólio de indústrias frigoríficas estrangeiras até a década de 1930.

No Rio Grande do Sul, tendo Getúlio Vargas à frente do governo, ressurgem iniciativas de promover a instalação de frigoríficos nacionais, voltados para o mercado interno brasileiro, inicialmente de forma associativa, utilizando capitais familiares. Muitos iniciaram como refinaria de banha e foram ampliando suas instalações, tornando-se frigoríficos com maior capacidade de investimentos e produção industrial.²¹¹

A instalação de frigoríficos estava, entre outros fatores, vinculada ao acesso de matérias-primas e sua comercialização, disponibilidade de mão-de-obra, conhecimento no ramo e capital acumulado pelos proprietários.

Ao norte do Rio Grande do Sul, o acúmulo de capital, revertido em investimentos na indústria frigorífica por comerciantes e industriais do setor, tem suas origens principalmente em investimentos anteriores, tais como, comércio de suínos, refinarias de banha e matadouros. Os frigoríficos, estavam portanto, vinculados à indústria da banha, diferente das regiões ao sul, onde predominavam a indústria do charque e a criação de bovinos. Desse modo, como veremos a seguir, frigoríficos do Oeste catarinense, que na atualidade se constituem em complexos agroindustriais, apresentam suas raízes igualmente vinculadas à produção agrícola, ao comércio em geral, à produção da banha e aos pequenos matadouros. Muitos municípios gaúchos e catarinenses têm em comum, seu processo de colonização, dinâmica econômica e a presença da ferrovia São Paulo - Rio Grande que favorecia o escoamento da produção, para mercados consumidores de outras regiões do país.

Como anunciamos anteriormente, nos deteremos na análise do processo histórico do surgimento das agroindústrias do Oeste de Santa Catarina, a Perdigão e a Sadia e a Cooperativa Regional de Sananduva de Carnes e Derivados – Majestade, do Nordeste do Rio Grande do Sul. Salientamos que nossa opção pelas agroindústrias do ramo frigorífico do Oeste catarinense, se deve à proximidade destas com o recorte regional delimitado por

²¹¹ TEDESCO, João Carlos et al. Agroindústrias, frigoríficos e cooperativismo: evoluções e contradições nas lógicas de desenvolvimento de Passo Fundo 1960-1980. Porto alegre: EST, 2005, p. 277.

nós, por termos antecipadamente conhecimento da vazão das tropas de porcos para o estado de Santa Catarina e observarmos que estes complexos industriais surgiram no período correspondente ao tropeirismo de porcos.

4.2.1 A Perdigão Agroindustrial S.A.



Figura 21 – Logotipo da Perdigão
Fonte: <http://www.Perdigão.com.br/site>

A trajetória histórica da agroindústria Perdigão tem suas raízes ligadas à história de famílias de imigrantes europeus que vieram para o Brasil no final do século XIX, instalando-se inicialmente no Rio Grande do Sul.

Com o fim do conflito “Guerra do Contestado”, em 1916, os colonos que viviam nas colônias italianas do Rio Grande do Sul, nas chamadas Colônias Velhas, foram sendo atraídos, em busca de novas terras e investimentos, para o Oeste catarinense, no Vale do Rio do Peixe.

Duas famílias descendentes de imigrantes italianos, as famílias Brandalise e Ponzoni, iniciaram no Vale do Rio do Peixe, estado de Santa Catarina, suas atividades ligadas ao comércio de alimentos, um pequeno armazém de secos e molhados, onde foram fixadas as raízes de um grande empreendimento agroindustrial, que se estende a outros estados brasileiros.²¹²

Os irmãos Ângelo e Pedro Ponzoni e Giovanni Riccardo Brandalise chegaram ao Vale do Rio do Peixe e adquiriram terras na vila de Rio Bonito (atual Tangará), no município de Campos Novos.

²¹² Disponível em <http://www.Perdigão.com.br/site>. Acesso em 15 de outubro de 2005.

Com os negócios prosperando, a família de Giovani Riccardo Brandalise optou por novos investimentos em terras e no cultivo de cereais e uvas. Superadas as dificuldades iniciais e com uma situação econômica mais estabilizada decidiram investir num novo negócio mais lucrativo, colocando em funcionamento no ano de 1919, um pequeno moinho de trigo.

O Vale do Rio do Peixe, nos primeiros anos da década de 1920, vinha recebendo cada vez mais famílias de migrantes, principalmente alemães e italianos. Sua paisagem adquiria um novo perfil, as matas estavam dando lugar a plantações agrícolas, surgiam pequenas oficinas, pequenas fábricas e estabelecimentos comerciais.²¹³

Separadas pelo Rio do Peixe, estavam a Vila Perdizes, colonizada por italianos e a Vila Vitória, colonizada por alemães. Vila Perdizes e Vila Vitória foram unificadas em 1943, passando a formar o município de Videira.²¹⁴

Em 1923, a família Brandalise decidiu investir na diversificação de seus negócios e construiu uma casa que serviria de moradia e comércio de Secos e Molhados, na Vila Perdizes. Esta passou a ser ponto de encontro dos italianos, promovendo um efetivo intercâmbio comercial, onde as pessoas adquiriam gêneros de que necessitavam, vendiam sua produção e trocavam idéias.²¹⁵

Enquanto isso, os irmãos Ângelo e Pedro Ponzoni, que inicialmente haviam se estabelecido na vila de Rio Bonito, mudaram-se para Estação de Pinheiro Preto. Neste local, instalaram uma casa de comércio de compra e venda por atacado e um abatedouro, onde eram abatidos principalmente suínos. Em pequena escala era feito o processamento manual da carne e fabricação da banha, produto de grande consumo na época.²¹⁶

Na região, os irmãos Ponzoni negociavam com os agricultores compravam cereais que eram vendidos para os grandes centros do país e atuavam também na região como compradores de suínos, que eram vendidos principalmente para os frigoríficos de São Paulo.

As famílias Brandalise e Ponzoni em suas comunidades eram responsáveis por diversas atividades, que iam desde o cultivo de gêneros agrícolas até seu beneficiamento, em pequenas unidades agroindustriais e da sua comercialização, no varejo e no atacado.

²¹³ TASSARA, Helena; SCAPIN, Alzira. *Perdigão uma trajetória para o futuro*. São Paulo, Empresa das Artes, 1996, p. 32

²¹⁴ Id., *ibid.*, p. 42.

²¹⁵ Id., *ibid.*, p. 33.

²¹⁶ Id., *ibid.*, p. 33.

Atuavam também no processamento das carnes, na compra e venda, para exportação, de animais para abate, e no comércio por atacado com outras regiões.

Em 1934, as duas famílias, já com potencial na atividade comercial e industrial, juntaram seus capitais, os Ponzoni, de Pinheiro Preto, e os Brandalise, de Vila Perdizes, e constituíram a empresa Ponzoni Brandalise & Cia. Uma sociedade que prosperou e em pouco tempo foram necessárias ampliações para atender à demanda nos negócios. Com essa empresa Ponzoni Brandalise & Cia. estava configurando-se as bases de um grande empreendimento, a Perdigão S.A.

Em Vitória, na outra margem do Rio do Peixe, nesse período, destacava-se o abatedouro de Max Wolff, onde se fabricava a banha e outros derivados de carne, embutidos e defumados. A produção, em pequena escala, atendia às necessidades de consumo locais.²¹⁷

Wolff não vinha alcançando bons resultados financeiros com seu abatedouro e fábrica de banha, apesar de ter realizado ampliações em seus equipamentos, somavam-se as dificuldades com a comercialização de seus produtos à precária infra-estrutura da Vila. Vendeu, então, sua unidade fabril para o alemão Fritz Lorenz, industrial de Blumenau. O abatedouro de Vila Vitória passou a ser filial do frigorífico Lorenz, gerenciado por Luís Kellermann. Em pouco tempo, foram ampliados e reformados os espaços físicos, aumentando o número de funcionários e a quantidade de animais abatidos por dia. Esse abatedouro teve também significativa importância para os avanços e expansão da empresa Brandalise Ponzoni.²¹⁸

²¹⁷ TASSARA, Helena; SCAPIN, Alzira. Op. cit., p. 32.

²¹⁸ Id., *ibid.*, p. 39.

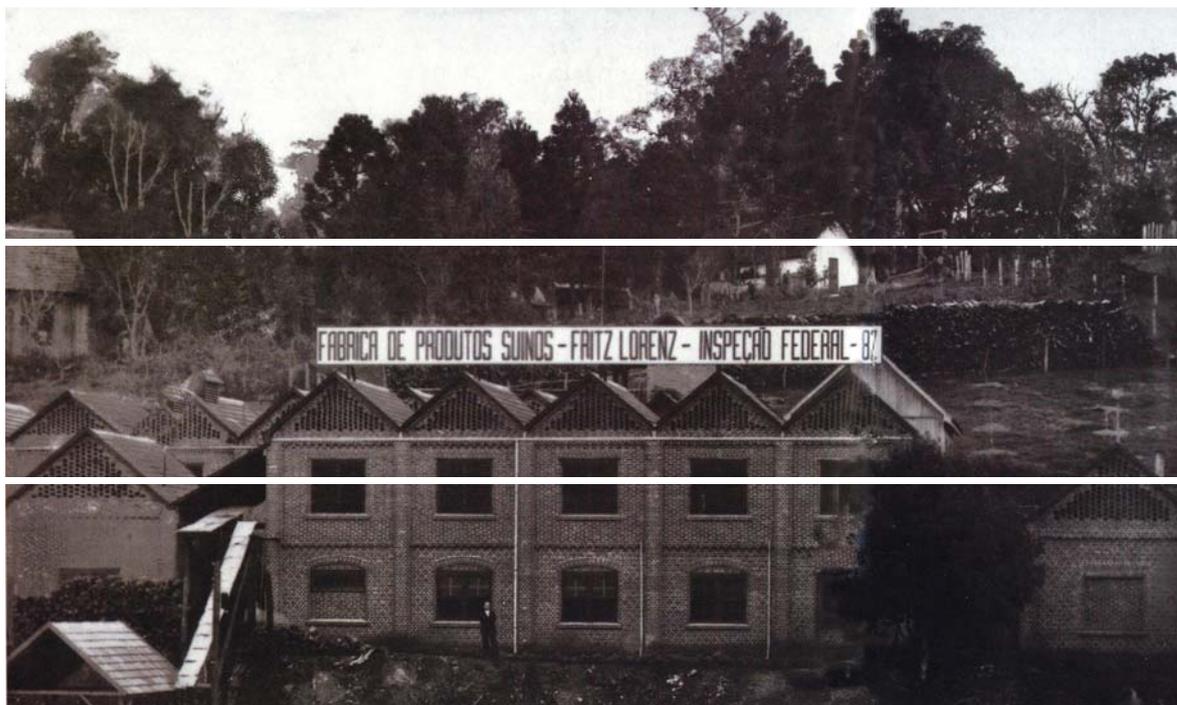


Figura 22 – Abatedouro e fábrica de produtos suínos – Fritz Lorenz – 1935
 Fonte: Perdigão uma trajetória para o futuro- Ed. Empresa das Artes.

No ano de 1937, a Ponzoni e Brandalise & Cia., ampliando sua área de comércio, associou-se à firma Floriani, Bonato & Cia.Ltda., de Bom Retiro, atual Luzerna. A empresa passou a denominar-se Ponzoni Bonato & Cia. A partir de então, a atividade comercial do grupo alcançou um grande crescimento, estendendo sua área de atuação às cidades de Faxinal Branco (atual Iomerê), Encruzilhada (atual Arroio Trinta), Rio dos Cochos (atual Bom Sucesso), Rio Bonito (atual Tangará), Rio Capinzal (atual Capinzal), Herval (atual Herval D’Oeste), Cruzeiro (atual Joaçaba) e Pinheiro Preto.²¹⁹

O empresário Fritz Lorenz decidiu encerrar as atividades de sua filial na Vila Vitória, em razão da sua dificuldade em administrar os negócios à distância. Em 1938, os irmãos René e Arnaldo Frey propuseram a compra da unidade de Vitória e fundaram a empresa Frey & Kellermann.

Tanto a empresa Ponzoni Bonato & Cia. quanto a Frey & Kellermann empenhavam-se em atender ao crescente mercado consumidor da região e de seus entrepostos de venda por atacado, aprimorando sua produção. Mas por razões desconhecidas, a sociedade Ponzoni Bonato & Cia., dissolveu-se, voltando a existir as antigas Ponzoni, Brandalise & Cia., e Floriani, Bonato & Cia. Ltda., seguindo caminhos comerciais independentes.

²¹⁹ TASSARA, Helena; SCAPIN, Alzira. Op. cit., p. 38.

Em 1939, a empresa Frey & Kellermann associou-se à Ponzoni, Brandalise & Cia., na criação de um novo negócio: a sociedade de Banha Catarinense Ltda.- Fábrica de Produtos Suínos & Cia. Nesta sociedade os italianos ficariam responsáveis pela comercialização das matérias-primas e dos produtos, enquanto os alemães cuidariam da área de produção.²²⁰

A Frey & Kellermann garantia o fornecimento de matéria-prima animal necessária para o bom funcionamento de seu abatedouro, favorecida pela atuação da Ponzoni, Brandalise & Cia., que durante a década de 1930, além dos armazéns de secos e molhados, com venda no atacado e no varejo, já vinha atuando, com sucesso, na compra e venda de suínos, fazendo a intermediação comercial entre criadores e as unidades frigoríficas locais e de São Paulo.

Em depoimentos já registrados, observamos que parte da produção de porcos da região ao norte do município de Lagoa Vermelha era destinada também a esses matadouros e frigoríficos do Oeste catarinense, sendo os animais conduzidos pelos tropeiros. “Os porcos eram vendidos para o frigorífico dos Pagnoncelli, para os Fontana, de Concórdia, para os Brandalise e para o pessoal do Rio do Peixe”.²²¹

Retornando às raízes da agroindústria Perdigão, a Ponzoni, Brandalise & Cia., por sua vez, diversificava sua área de atuação e adentrava num negócio em franca expansão no período: vários pequenos frigoríficos começavam a instalar-se na região, para aproveitar os excedentes das criações de pequenos animais, passando a contar também com a colaboração e a orientação de especialistas, de origem alemã, na escolha e na compra dos melhores e mais adequados animais para a venda e para o abate.

A sociedade de Banha Catarinense, incluindo seu abatedouro e seu Posto de Venda na Vila Vitória, após negociações, foi incorporada ao patrimônio Ponzoni, Brandalise & Cia., detentora da maior parte do capital aplicado na sociedade desfeita.

Nos primeiros anos, o abatedouro e a fábrica de banha, assumida pela Ponzoni, Brandalise & Cia., contavam com 35 funcionários que eram responsáveis pelo processamento da banha de porco e das carnes de todos os animais, um trabalho que era feito manualmente. Abatiam de 15 até 25 suínos por dia, além do abate de vários outros animais, como: coelhos, ovelhas, cabritos, patos, marrecos e perus.²²²

²²⁰ TASSARA, Helena; SCAPIN, Alzira. Op. cit., p. 42.

²²¹ Entrevista concedida à autora por Nelson Bérnago, no dia 19/05/04, - 77 anos, em São José do Ouro/RS. Foi tropeiro, pecuarista, proprietário de serraria. Faleceu em São José do Ouro no dia 13/04/05.

²²² TASSARA, Helena; SCAPIN, Alzira. Op. cit., p. 44.

Os pequenos animais eram adquiridos de agricultores das proximidades da vila, que os criavam em pequena escala, e os suínos, que eram fonte principal da carne e da banha processada, eram adquiridos de criadores da região ou localidades mais distantes. Fato amplamente confirmado por quem foi tropeiro nesse período. “Eram tropas, lotes de porcos. Vendia para Concórdia, Rio do Peixe, Marcelino Ramos”.²²³ Essa ligação com o tropeirismo também está registrada na própria história da agroindústria Perdigão S.A.

“Os porcos, em grandes quantidades, eram pesados e comprados nos locais em que eram criados. O negócio era feito por tropeiros ou por funcionários da firma, que tinham carta branca para negociar e que se estabeleciam em entrepostos comerciais, situados nas proximidades dos trilhos da estrada de ferro. Os animais negociados eram transportados em carroças pelos precários caminhos de terra e lama espalhados pelo interior, ou tropeados em bandos até serem embarcados em vagões-gaiolas. Nas proximidades do abatedouro, os porcos ficavam presos em grandes mangueirões, aguardando o abate”.²²⁴

No ano de 1942, a empresa ampliou sua capacidade de abate, com a contratação de mais funcionários e melhoria nos equipamentos. Passaram a ser abatidos cerca de 80 a 100 animais por dia. A partir de então, foram se organizando os serviços de apoio e infraestrutura indispensáveis ao bom andamento da empresa, como o fornecimento e a estocagem de lenha, a construção de cercados para a concentração dos animais antes do abate, a instalação de postos de compra e venda dos animais em locais estratégicos, o estabelecimento de uma granja para criação e engorda de suínos, entre outros.

Em meados da década de 1940, a Ponzoni, Brandalise & Cia., já se destacava na região e no Estado como grande produtora e exportadora de banha, embutidos, cereais e frutas. Lembramos que, no ano de 1940, a empresa diversificou ainda mais suas atividades e investiu parte de seu capital na sociedade de Vinhos Catarinense Ltda., que vinha se constituindo num excelente negócio, pois contava com expressiva produção de uva na região.

Com o sucesso do empreendimento empresarial tornava-se imprescindível a adoção de um nome e de uma marca para identificar comercialmente seus diferentes produtos tornando-os mais conhecidos no mercado nacional e internacional.

²²³ Entrevista concedida à autora por José Luiz de Barros, no dia 03/06/04, – 102 anos, em São José do Ouro/RS. Foi tropeiro de porcos e agricultor. Faleceu em 11/01/06.

²²⁴ TASSARA, Helena; SCAPIN, Alzira. Op. cit., p 44.

A escolha do nome coube a Achyles Ponzoni, que na ocasião era um dos diretores da empresa. Como anteriormente os produtos da fábrica de Lorenz, em Perdizes, eram simbolizados por uma ave, o “Uru”, partiu-se da idéia de se manter uma ave como marca dos produtos da empresa. Foi escolhido o nome Perdigão, designação usada para identificar o macho da perdiz. Perdigão era uma referência indireta à pioneira Vila de Perdizes e à região onde esta ave era encontrada solta nos campos, sendo muito apreciadas, como aves, de caça.²²⁵

Durante algum tempo a marca Perdigão foi utilizada apenas para identificar os produtos da Sociedade de Banha Catarinense Ltda. Posteriormente a marca foi se fixando, tornando-se conhecida no mercado.²²⁶

4.2.2 A Sadia



Figura 23 – Logotipo da Sadia
Fonte: <http://www.sadia.com.br>

A Sadia uma das maiores empresas da América Latina,²²⁷ que vem especializando-se na produção e distribuição de alimentos industrializados congelados e resfriados,

²²⁵ TASSARA, Helena; SCAPIN, Alzira. Op.cit., p.50.

²²⁶ A Perdigão constitui-se em uma das maiores companhias de alimentos da América Latina, está entre as grandes empregadoras do país com 31,4 mil funcionários, mantém parceria com cerca de 5.700 produtores integrados e exporta seus produtos para mais de 100 países.²²⁶ Atuando na produção, no abate de aves e suínos e no processamento de produtos industrializados, elaborados e congelados de carne, além dos segmentos de massas prontas, tortas, pizzas, folhados e vegetais congelados. Sua capacidade instalada é de abater 10 milhões de cabeças de aves/semana e 70 mil cabeças de suínos/semana e frigorificar 710 mil toneladas de carne de aves por ano e 510 mil toneladas de carnes de suínos/ano. Em 2004 contava com uma receita líquida de 4,9 bilhões. A empresa possui 13 unidades industriais de carnes, localizadas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Goiás, e uma rede de distribuição formada por 16 centros próprios e 13 terceirizados. No exterior, mantém escritórios comerciais na Europa e Oriente Médio e um centro de operações na Holanda.

²²⁷ A Sadia, líder nacional em todas as atividades em que opera. A Sadia também é uma das maiores empresas de alimentos da América Latina e uma das maiores exportadoras do Brasil. Possui filiais na Argentina, no Uruguai e no Chile, escritórios comerciais na Itália, na Inglaterra e nos Emirados Árabes, escritórios de representação no Japão, no Paraguai e na Bolívia, além de uma churrascaria em Pequim, na China. No mercado brasileiro tem um portfólio de cerca de 680 itens, que são distribuídos para aproximadamente 300 mil pontos-de-vendas.

derivados de carne suína, bovina, frango e de peru, tem sua caminhada histórica também relacionada, inicialmente, a pequenos investimentos no setor alimentício. Surgiu, na década de 1940, num período em que todos os países ressentiam-se dos efeitos da Segunda Guerra Mundial. Para o Brasil, entretanto, era uma época de avanço industrial.

No Oeste catarinense, uma região caracterizada pelas dificuldades de acesso e tímido desenvolvimento econômico e social, nesse período delineava-se um novo perfil em sua economia, contando com investimentos na produção agrícola e industrialização de alimentos, que vinham impulsionando a região, no cenário estadual.

Não obstante, a compreensão das raízes dessa grande empresa agroindustrial, estabelecida inicialmente no município de Concórdia, Santa Catarina, é indissociável da história vivida pelo seu fundador Atílio Francisco Xavier Fontana. Uma história registrada pelo próprio Atílio Fontana.²²⁸

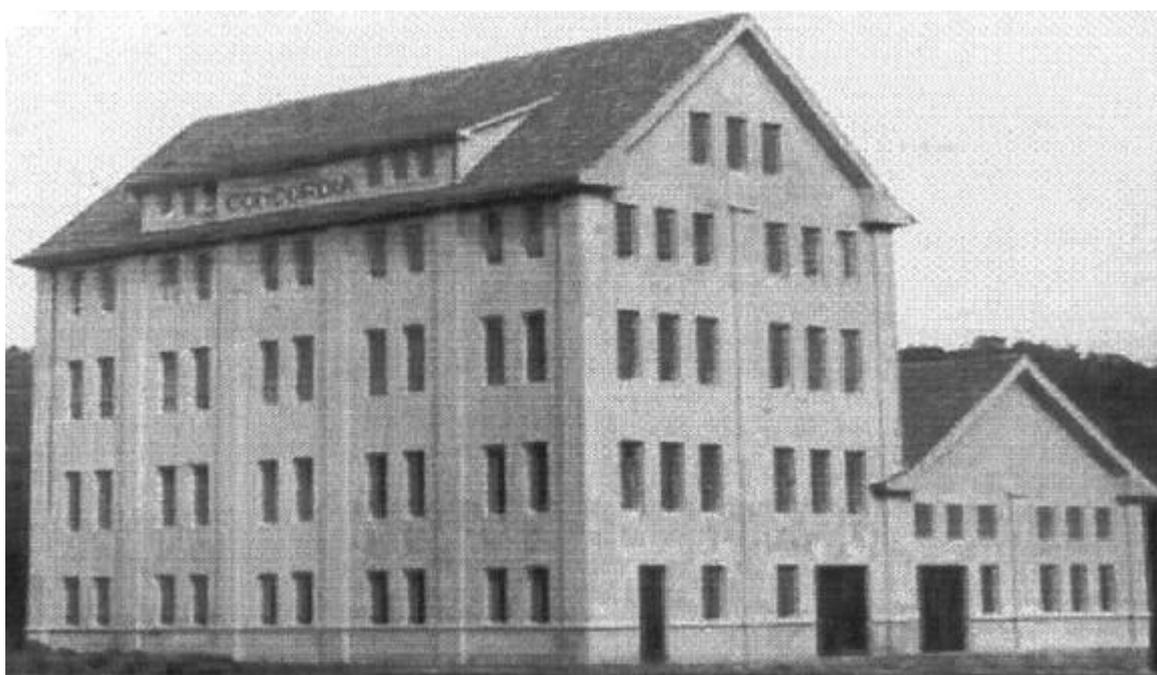


Figura 24 - Edifício do moinho que junto com o frigorífico deu origem à Sadia em Concórdia, 1944.
Fonte: Acervo Histórico da Sadia.

Atílio Fontana nasceu em 07 de agosto de 1900, era filho de Romano Fontana e Tereza Dalle Rive, imigrantes italianos que emigraram do norte da Itália para o Brasil, no final do século XIX, estabelecendo-se no Rio Grande do Sul, na colônia Silveira Martins.

²²⁸ Ver, FONTANA, Atílio. História da minha vida. Rio de Janeiro: Vozes, 1980. Informações disponíveis também em <http://www.memorialatiliofontana.com.br/história>

Muito precocemente tomou gosto pela atividade comercial. Com apenas 8 anos de idade teve sua primeira experiência no ramo, vendendo bolachas numa festa da comunidade. A partir de então, sua vida foi sendo pautada por pequenos negócios que vinha estabelecendo junto aos amigos e vizinhos, sempre vinculados ao meio agrícola em que vivia com sua família, tendo em mente lucratividade e novos investimentos.

Em 1921, Atílio Fontana casou-se com Diva Bordin, (falecida em 1931) e se transferiu para Bom Retiro de Campos Novos, no estado de Santa Catarina, atualmente município de Erval D'Oeste. Nesse novo cenário regional, Atílio visualizou suas possibilidades de negócios, uma região de terras férteis, comércio insipiente, porém contando com o transporte ferroviário (Ferrovia São Paulo - Rio Grande) que poderia escoar com facilidade os produtos da região, para o importante centro comercial, São Paulo.

O princípio de suas atividades, relacionadas ao comércio de suínos, ocorreu em 1923, quando de sua primeira viagem feita para São Paulo, para contatar com um amigo a fim de adquirir uma casa comercial na localidade de Bom Retiro. Aproveitando a oportunidade da viagem, decidiu comprar um lote de suínos para carregar um vagão do trem e vendê-los na capital. Essa primeira viagem, embora não sendo lucrativa, marcou o início de um comércio que lhe foi proporcionando a soma de capital para outros investimentos.²²⁹

Em 1924, adquiriu um hotel em Bom Retiro do Cruzeiro, atualmente Joaçaba, Santa Catarina, o qual transformou em uma casa comercial. Passou a viajar para São Paulo com mais frequência, para fazer compras para abastecer sua casa comercial e aproveitava para levar para Osasco, São Paulo, os suínos que comprava na região.

A compra de suínos no Oeste catarinense e, inclusive nas regiões Norte e Nordeste do Rio Grande do Sul, regiões de destacada produção de suínos, em especial na suas áreas de matas e coloniais, passaram a ser freqüentes, uma vez que Atílio Fontana passou em 1927 a ser sócio representante da empresa Antonio Menck & Irmão, que fornecia animais aos frigoríficos, instalados em São Paulo e no Rio de Janeiro. Foi uma sociedade que permaneceu durante 18 anos e representou significativo impulso na atividade comercial de Fontana que se tornou conhecido como comerciante de porcos na região.

A aquisição de suínos da região ao norte do município de Lagoa Vermelha, a região das matas ou colonial, é corroborada pelos depoimentos dos tropeiros de porcos dessa

²²⁹ FONTANA, Atílio. História da minha vida. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

região. “Os porcos eram vendidos para o frigorífico dos Pagnoncelli, para os Fontana de Concórdia Santa Catarina, os Brandalize e para o pessoal do Rio do Peixe”.²³⁰

Attilio Fontana passou a articular-se com compradores de suínos, os quais percorriam as colônias, reunindo os animais que eram conduzidos por tropeiros até os entrepostos comerciais, próximos à estação ferroviária. Os animais ficavam presos em mangueirões e daí eram carregados nos vagões-gaiola do trem, seguindo vivos para São Paulo.

No final da década de 1930, os negócios com a empresa Menck não estavam satisfazendo as expectativas de Attilio que rompeu com a sociedade, desfez-se de alguns bens, entre eles casas comerciais e decidiu investir seu capital no ramo industrial.

Attilio Fontana via-se atraído pela indústria de gêneros alimentícios, idealizando sempre a compra de um moinho de trigo e uma indústria de produtos suínos, objetivos alcançados quando da proposta feita pelo prefeito de Concórdia Dr. Dogelo Goss para administrar um frigorífico que estava com suas obras paralisadas, além de um moinho de pequena capacidade, que poderia industrializar o trigo.

No ano de 1943, Fontana adquiriu importante percentual das ações entre os sócios do frigorífico, que passou a chamar-se “S.A. Indústria e Comércio Concórdia”. Suas iniciativas foram direcionando-se para uma infra-estrutura capaz de garantir o sucesso dessa insipiente indústria do ramo frigorífico. O pleno funcionamento do moinho de trigo, a aquisição de uma serraria para o fabrico de embalagens, principalmente caixas para o acondicionamento da banha.

Em 07 de junho de 1944, foi fundada a Sadia, cujo nome foi composto a partir das iniciais da expressão “sociedade anônima” SA e das três últimas letras da palavra “Concórdia”, DIA, sua marca registrada em 1947.²³¹ Nessa época estavam em pleno funcionamento o moinho de trigo e a fábrica de produtos suínos, banha, toucinho, carnes salgadas, pernil, presunto e salame.

O sucesso da Sadia foi progressivo e atividades paralelas foram sendo desenvolvidas, como incentivos à melhoria na qualidade da produção e criação de suínos, investimentos em equipamentos e formação da mão-de-obra especializada, alto padrão de higiene e qualidade nos produtos.

Attilio Fontana projetava a Sadia no cenário nacional e apresentava-se como um grande empreendedor, no setor comercial e industrial, do estado de Santa Catarina,

²³⁰ Nelson Bérghamo, entrevista citada.

²³¹ Disponível em <http://www.sadia.com.br>

enquanto traçava paralelamente sua carreira política. Em 1946, foi eleito vereador pelo município de Concórdia, em 1950, eleito prefeito de Concórdia, em 1974, vice-governador pelo estado de Santa Catarina. Fontana foi Deputado Federal por dois mandatos consecutivos 1954-58 e 1958-62 e Senador no período de 1962 a 1970. Fontana faleceu em 15 de março de 1989 em São Paulo, com 88 anos de idade.²³²

A Sadia, como tantas outras empresas do ramo frigorífico, apresentou um perfil histórico, marcado pelo processo de migração interna dos colonos italianos e pela forte presença de matéria-prima, em especial os suínos que se criavam e se reproduziam soltos nas matas, alimentando-se principalmente com pinhão e milho. Este era colhido em pequenas lavouras, cujo comércio favoreceu o acúmulo de capital necessário, como já vimos, aos primeiros empreendimentos que se constituíram no seu embrião. Muito embora nos relatos feitos por seu fundador Atílio Fontana, não esteja expresso o reconhecimento ao trabalho feito pelos tropeiros de porcos e peões, sabemos que as distâncias e o difícil acesso, nesse período, só eram vencidos através do tropeirismo. Os avanços em seus empreendimentos iniciais estiveram pautados na produção agrícola e pecuária dos colonos italianos e caboclos, pequenos proprietários.

²³² Disponível em <http://www.memorialattiliofontana.com.br/história>. Acessado dia 06/01/06.

4.2.3 A Cooper Majestade

e Derivados –



Figura 25 – Logotipo da Majestade
Fonte: Arquivos da Majestade – Sananduva/RS

A Cooperativa União Colonial de Produtos Suínos foi fundada com base no Decreto Federal nº. 24.647 de 10 de julho de 1934, em 15 de abril de 1935, em Sananduva, 4º distrito do município de Lagoa Vermelha.²³³

A instalação da cooperativa foi uma iniciativa de 20 agricultores,²³⁴ e representou uma alternativa concreta dos pequenos produtores de suínos de Sananduva e da região que se uniram para fazer frente aos interesses antagônicos dos comerciantes e indústrias, em defesa dos seus próprios interesses.

Eram objetivos da cooperativa: promover a industrialização dos produtos suínos de seus associados, venda em comum, libertando-os das pesadas comissões dos intermediários; lutar pela defesa de produção suína do estado, sua melhoria e desenvolvimento; incentivar a industrialização racional e padronizada dos produtos e subprodutos suínos; instalar quando possível, refinarias de banha, matadouros e demais aparelhamentos necessários ao racional aproveitamento da produção suína; encaminhar diretamente a venda dos produtos e subprodutos da indústria suína da cooperativa aos mercados consumidores, sem prejuízo do consumidor local; centralizar e estandardizar os produtos por tipos, fornecendo aos mercados consumidores, um produto puro a preço justo;

²³³ LOREGIAN, Egídio. Histórico da Cooperativa União Colonial de Produtos Suínos Majestade. In: BERNARDI, Claudir José; BARROSO, Vera Lucia Maciel,(org.) Raízes de Sananduva. Porto Alegre: EST,2004, p. 310.

²³⁴ Agricultores fundadores da Cooperativa: Ângelo Benetti, Antonio Golin, Antonio Navarini, Anselmo Tartari, Benjamin Zanandrea, Carlos Piovezan, Clemente Pastro, Domingos L. Salvador, Ferúcio Cavichioli, Fiorindo Scariot, Fortunato Copati, João Maschio, Luiz Calegari, Mariano Antonietti, Mathias Tonial, Modesto Pasinato, Pascoal Gusso, Redencio Rossi, Rodolfo Lazaroto, Valentin Fracasso.

adaptar marcas que distingam seus produtos de outros semelhantes e produzir reprodutores suínos para uso de seus associados.²³⁵

Suas atividades iniciais no ano de 1935 e início de 1936 consistiam no abate de suínos e industrialização dos mesmos, com exceção da banha, que não era refinada ainda pela cooperativa, sendo esta levada de carroça até Marcelino Ramos ou Getúlio Vargas, onde era colocada no trem e transportada até Erval D'Oeste, para refino no frigorífico Pagnoncelli.²³⁶ Os animais e a banha eram trazidos em carroças e em pequenas quantidades, pelos seus sócios.

A instalação da cooperativa passou a influenciar diretamente no aumento da produção do rebanho suíno na região. Embora em seu quadro social não estivessem todos os produtores, porém, um número significativo estava a ela ligado, mediante a entrega de matéria-prima. A cooperativa, visando alcançar mercados consumidores, instalou representantes nas cidades de Porto Alegre (1936), São Paulo (1942) e Rio de Janeiro (1946).

Em 1937, frente às exigências estabelecidas pelo governo federal, a sobrevivência da cooperativa estava condicionada à adequação de suas instalações. Para o atendimento das medidas governamentais a cooperativa firmou um contrato temporário com a cooperativa Santana, de Getúlio Vargas, para a frigorificação de seus produtos. Essa medida ocorreu devido à retração do mercado de importação de equipamentos de frigorificação por ocasião da deflagração da Segunda Guerra Mundial.²³⁷

A cooperativa investiu em novas instalações físicas, com novos equipamentos, elevando sua capacidade de absorção da matéria-prima disponível e a ampliação de mercados consumidores. Em 14 de outubro de 1944 teve sua razão social alterada para “Cooperativa Sananduense de Produtos Suínos”.

A proibição da matança doméstica dos suínos favoreceu a cooperativa que vinha adquirindo animais somente de seus associados, passando a ter oferta de matéria-prima de toda região, elevando progressivamente a média anual de abates de suínos.

²³⁵ LOREGIAN, Egídio. Op. cit., p.311.

²³⁶ Id., *ibid.*, p. 311.

²³⁷ DAL MORO, Selina. Op cit. p.135.

“A cooperativa, primeiro só comprava porcos dos seus sócios, depois passou a comprar de todos os lugares da região. Eu era comprador de porcos aqui dessa região. Os colonos traziam os porcos de carroça em pequenas quantidades, depois vieram os caminhões que faziam o transporte.”²³⁸



Figura 26 - Cooperativa Regional Sananduva de Carnes e Derivados – Majestade, Sananduva/RS, 1996.
Fonte: Arquivos da Majestade

Em sua trajetória histórica, a cooperativa passou por várias mudanças, modernizando-se, reorientando sua produção industrial, tornando-se mais competitiva, projetando-se no quadro econômico nacional. Em 13 de outubro de 1968, passou a denominar-se, Cooperativa Regional Sananduva de Carnes e Derivados Ltda., Majestade.²³⁹

²³⁸ Entrevista concedida à autora por Gioneto Menegat, 80 anos. O entrevistado foi funcionário da Cooperativa Regional Sananduva de Carnes e Derivados, durante 40 anos realizou a compra de suínos na região. São José do Ouro/RS

²³⁹ Atualmente a Cooperativa Regional Sananduva de Carnes e Derivados Ltda. – Majestade, possui capacidade de abate e industrialização de produtos suínos chegando a 500 suínos/dia e 10 bovinos/dia. Dispõe de granja de reprodutores suínos, cujas instalações comportam 500 matrizes. Fábrica de ração, Seção de Consumo, fornecendo insumos agropecuários exclusivo a associados. Mantém posto de recebimento de suínos e distribuição de ração aos associados, desde 1960, nos municípios de Paim Filho, São João da Urtiga e São José do Ouro. Participam do processo de produção dos suínos 450 produtores, distribuídos em 17 municípios, mantendo em produção 6.500 matrizes suínas, encarregadas da geração dos animais para abastecimento do frigorífico da cooperativa. Com a transformação dos suínos a cooperativa elabora mais de 100 produtos que atendem aos mais diferentes consumidores nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro.

Concluindo este capítulo, vimos que a banha, produto de origem animal, teve grande expressão econômica no Estado, tornando-se um dos principais produtos de exportação. A criação de suínos, matéria-prima para a extração da banha, desenvolveu-se principalmente em regiões onde se fixaram famílias de imigrantes alemães e italianos. A banha era produzida de modo artesanal pelos colonos que vendiam nos comércios locais e remetiam às refinarias para beneficiamento e ela alcançava mercados do centro do país. Com a crise mundial do final do século XX, que se propagou atingindo principalmente a produção agrícola, a banha que até então vinha garantindo bons preços, se deparou com a concorrência dos óleos vegetais, produzidos em seus principais mercados consumidores. Surgiu, nesse contexto, o Sindicato da banha que passou a controlar a produção da banha nas refinarias e impor medidas de fiscalização sobre essa produção, exigindo mudanças em seu processamento e elevando a qualidade do produto.

Pequenas empresas do ramo se viam sem condições de permanecer no mercado, pois o sindicato, tendo o monopólio da produção e comercialização passou, a subordinar também os produtores, impondo o preço na produção de suínos e da banha, o que contraditoriamente à sua função, induzia criadores de animais, descapitalizados, a permanecerem nos modos tradicionais de criação e produção.

O sentimento de impotência por parte dos pequenos produtores fomentou o surgimento de cooperativas. As cooperativas nasciam com a meta de defender a suinocultura em todo o Estado e desestabilizar o poder do sindicato, viabilizando a construção de refinarias modelos e garantia de preços no mercado. Tanto a organização sindical quanto as cooperativas, somadas às medidas governamentais que impediam a matança doméstica de animais, cujos subprodutos seriam destinados à exportação sob rígida fiscalização, foram delineando transformações no processo de criação de suínos e da produção e industrialização da banha. Foram feitos investimentos visando a qualidade do rebanho, a renovação e adaptação do instrumental técnico de trabalho e das instalações dos matadouros e refinarias de banhas.

Nesse processo de transição do tradicional para o moderno, os comerciantes e donos de frigoríficos foram levando vantagens em relação ao agricultor, produtor da matéria-prima, que permaneceu sendo apenas fornecedor, tendo a criação de animais como um subsídio às demais produções no meio rural. Muitos comerciantes e industriais, no final da década de 1930, passaram a investir em novos empreendimentos do ramo frigorífico, invariavelmente com uma aliada estrutura de casas comerciais, moinhos e serrarias em anexo.

Em relação às agroindústrias, Perdigão e Sadia em cuja trajetória histórica nos detivemos buscando estabelecer as correlações com o tropeirismo de porcos, concluímos que os alicerces da fundação destes dois grandes complexos, industriais estabelecidos inicialmente no Oeste de Santa Catarina, nos municípios hoje, de Videira e Concórdia (SC), respectivamente, estão vinculados à trajetória de famílias de colonos descendentes de italianos que partiram das colônias do estado do Rio Grande do Sul. Esses colonos iniciaram suas atividades como comerciantes locais e, com o passar dos anos, foram direcionando os seus negócios para o ramo industrial, tendo como capital inicial para seus investimentos recursos provenientes da compra e venda de produtos coloniais e, em especial, da compra de suínos, para frigoríficos de outros estados do Brasil. O lucro estimulou a implantação de seus próprios negócios tendo como matéria prima os suínos que eram adquiridos de todas as regiões próximas cujo acesso era viabilizado pelo trabalho dispendioso dos tropeiros, que se deslocavam com as tropas de porcos dos mais variados espaços regionais até os matadouros.

Quanto à Cooperativa Regional Sananduva de Carnes e Derivados, embora com um potencial modesto em relação aos complexos industriais mencionados, constituiu-se também, na própria região Nordeste do Rio Grande do Sul, num referencial do ramo agroindustrial que tem suas raízes vinculadas ao trabalho e produção agrícola dos colonos, estabelecidos na região, no início do século XX. Os colonos tinham na criação e venda de porcos um expoente a mais na soma de seus recursos, o que lhes possibilitou conjuntamente, fundar essa cooperativa de carnes e derivados de suínos. A cooperativa foi criada inicialmente como um meio alternativo para a industrialização da matéria-prima de produção própria, em virtude do difícil acesso e da exploração a que estavam submetidos, através dos intermediários de comerciantes e donos de matadouros e frigoríficos de outras regiões. Como era uma cooperativa de pequeno porte, recebia pequenas quantidades de suínos que eram trazidos pelos colonos até o matadouro, em carroças. Portanto nesse transporte não estava incluído o trabalho dos tropeiros, que estavam voltados à tarefa de tanger animais em grandes quantidades para matadouros e frigoríficos mais distantes ou até as estações ferroviárias mais próximas da região, que ficavam nos municípios de Marcelino Ramos, RS, e Rio do Peixe (Piratuba), SC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluirmos este estudo, temos a convicção de que nossos questionamentos sempre obterão respostas limitadas, uma vez que não alcançamos todos os testemunhos dos fatos investigados, nem a totalidade do que aconteceu. Evocamos, sim, um passado filtrado pelo olhar do presente, que a história é construída por diferentes memórias e registros, contando inegavelmente com as lembranças e os esquecimentos. “Assim como a memória, a história combina, comprime e exagera; momentos raros do passado sobressaem, uniformidades e detalhes desaparecem”.²⁴⁰

Podemos afirmar que a memória é a base da história, indiscutivelmente preciosa em nosso estudo, uma vez que se apresentou como um recurso disponível, embora como dissemos apresentando limitações. A história oral revelou-se uma história do tempo presente e, como tal, reconhecida como história viva. A profundidade da relação dialógica estabelecida entre o entrevistado e o entrevistador, vai produzindo informações consistentes e confiáveis, passíveis de serem registradas e historicizadas, preenchendo lacunas deixadas pela história.

Os depoimentos de nossos entrevistados são a expressão de uma mistura de imagens, significações e sentimentos, de um saudosismo e de perda ao mesmo tempo em que situações vividas com grandes dificuldades e privações, trabalhos desempenhados com grandes esforços, pesados, reconhecidos como tempos difíceis. “Através da lembrança narrada conseguem dar temporalidade, espacialidade e vivido ao fenômeno da existência; [...] emancipar o social, emancipando-se como sujeitos mais do que conscientes de seus pertencimentos e de sua utilidade social”.²⁴¹

²⁴⁰ LOWENTHAL, D. apud, TEDESCO, João Carlos. Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004, p 307.

²⁴¹ TEDESCO, João Carlos. Op. cit., p. 311.

A região Nordeste, com sua cobertura vegetal de campos e matas, acabou por se constituir num espaço cuja ocupação se deu em diferentes momentos, compondo um mosaico étnico, contando com uma pluralidade cultural riquíssima, configurando-se uma síntese histórica de etnias, com a presença do índio, do branco e do negro.

Podemos compreender o povoamento da região, pelos europeus, a partir da chegada dos padres jesuítas, que no século XVII fundaram as reduções e inseriram a criação do gado, que foram atrativos para os bandeirantes e tropeiros que vinham em busca do gado.

Teve início o ciclo do tropeirismo, o qual abriu caminhos e, em meados do século XVIII, foi responsável pela fixação dos primeiros povoadores luso-brasileiros, tropeiros vindos do Paraná e São Paulo em busca do gado que se criava pelos campos e matas da região Nordeste do Rio Grande do Sul.

Mais tarde, no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, na região Nordeste (RS), estabeleceram-se então, os emigrantes italianos e seus descendentes, vindos das Colônias Velhas do Estado, movidos pela necessidade de encontrar novas terras para o sustento de suas famílias e desenvolver a agricultura. Fixaram-se nas áreas cobertas de matas, terras férteis, consideradas devolutas até então.

Esse espaço passou a ser compartilhado predominantemente entre os “brasileiros” ou “caboclos” e os “italianos” ou “de origem”. Culturas diferentes, com visões de mundo diversas mesclaram-se. Sujeitos diferentes inseriram-se num mesmo contexto cultural.

No vasto município de Lagoa Vermelha, ao norte, onde predominavam as matas, a presença dos colonos italianos junto às esparsas famílias de caboclos que já habitavam essa área, projetou uma nova dinâmica econômica com a diversidade na produção agrícola e pecuária que foi se encaminhando para uma produção de excedentes mercantis.

Nesse espaço onde as áreas de campo já vinha desenvolvendo a pecuária cujo excedente bovino, era vendido para outras regiões e o tropeirismo se constituía no único meio pelo qual a matéria-prima chegava aos centros mais dinâmicos, as áreas de matas que mais tardiamente foram sendo povoadas passaram a desenvolver a criação e o engorde de porcos que nasciam nos campos e eram introduzidos nas matas para se alimentarem com o pinhão e no final do inverno serem conduzidas em tropas pelos tropeiros até os matadouros e frigoríficos mais próximos.

A inserção de um novo tipo de tropeirismo que basicamente seguia os mesmos moldes do tropeirismo de bovinos, muares e cavalares, amplamente conhecido no Sul do Brasil e se deve a todo um contexto de fatores já identificados como: a existência das matas, a facilidade na reprodução e criação dos animais que viviam soltos, o processo

migratório para a região, a luta por melhores condições de sobrevivência pelos sujeitos habitantes desse espaço, a valorização da banha nos mercados consumidores, a ausência de uma infra-estrutura de deslocamento físico e mercantil, a presença da ferrovia Rio Grande - São Paulo, relativamente próxima à região para o escoamento da produção e o acesso aos matadouros e frigoríficos. A criação de suínos tornou-se efetivamente mais dinâmica no período compreendido entre as décadas de 1920 até 1940.

No final do verão e início do inverno, os tropeiros responsáveis pela compra dos animais saíam pelas fazendas e pequenas propriedades dos colonos, adquirindo porcos para formar varas que após terem passado alguns meses nas matas alimentando-se principalmente com o pinhão, eram conduzidas pelos peões, em tropas, para os matadouros ou estação ferroviária para serem embarcados no trem e alcançar outros matadouros e frigoríficos mais distantes.

Os tropeiros de porcos e os peões, apesar de atuarem num período do ano consideravelmente curto em relação às demais atividades desenvolvidas, em um espaço inferior a três décadas, viabilizaram o comércio e o suprimento da matéria-prima para os pequenos matadouros e frigoríficos mais próximos da região e até para grandes frigoríficos da indústria Matarazzo de São Paulo.

A atuação do comerciante também era muito importante, pois ele atuava como canal promotor do aumento produtivo e da diversificação da produção agropecuária, interagindo com o meio colonial, através dos moinhos, bodegas ou vendas, ervateiras, cambiando produtos e utensílios, gerindo daí recursos para investimentos em maiores proporções na aquisição de áreas de terra, na ampliação do comércio e na produção industrial, inicialmente caracterizada pela sua produção artesanal, dinamizando a economia em geral.

A partir da década de 1940, o desenvolvimento da indústria da madeira, que estava inserida no processo de migração e ocupação dos espaços de fronteira agrícola, promoveu profundas transformações no cenário geográfico, econômico e sócio-cultural da região das matas. A madeira tornou-se uma mercadoria de grande valor e, por haver em abundância, nesse espaço, atraiu significativo número de serrarias que foram promovendo a derrubada das florestas, a formação de pequenos núcleos populacionais, a ampliação das áreas agrícolas, a inserção de novos valores e culturas, a ruptura dos modos de vida, novas relações, a abertura e alargamento de caminhos e novas estradas. Vieram os caminhões que passaram a trafegar, dando mobilidade ao transporte, não somente da madeira, mas de toda

a produção da região, suplantando o tropeirismo, como meio de transportar animais e vencer as distâncias.

A redefinição do tropeirismo devemos compreender na multiplicidade de fatores, na conjuntura dos avanços capitalistas após a Segunda Guerra Mundial. Podemos destacar entre outros: as exigências em face de um mercado mais complexo e competitivo, que induziu mudanças no modo de produzir e transformar a matéria-prima; o melhoramento genético e novas técnicas de criação de porcos fechados em pequenos espaços ou pocilgas, sendo racionados; a transição da agricultura tradicional para a moderna e o incipiente desenvolvimento industrial que foi consolidando uma nova realidade na região, rompeu-se com a relativa lentidão, os sujeitos viram-se introduzidos num ritmo mais dinâmico, envolvidos em maiores exigências econômicas, políticas e socioculturais mais amplas e absorventes. Surgiram os frigoríficos com maior potencial industrial, evoluindo para agroindústrias.

Animais de raça tipo-carne, com matrizes importadas de outros países substituíram as raças tradicionais de produção de banha, e o acesso da matéria-prima aos frigoríficos passou a ser viabilizado pelos caminhões, muitos de propriedade dos próprios empresários donos de frigoríficos. Com os avanços na racionalização produtiva e nos meios de transportes, a produção de porcos atingiu outros mercados do próprio estado do Rio Grande do Sul.

As correlações entre o tropeirismo de porcos e as grandes empresas agroindustriais do ramo frigorífico como a Sadia e a Perdigão, estabelecidas inicialmente no Oeste Catarinense, foram evidenciadas e reconhecidas, através dos registros da história dessas agroindústrias que são indissociáveis da trajetória histórica de seus fundadores, descendentes das famílias Brandalise, Ponzoni e Fontana. Através das fontes orais, os depoimentos confirmam a grande quantidade de tropas de porcos que saíam da região e seguiam para os municípios de Marcelino Ramos (RS) e Rio do Peixe (Piratuba) SC, onde havia entrepostos comerciais, a estação ferroviária (Ferrovia São Paulo - Rio Grande) e também frigorífico.

Muitas tropas de porcos eram vendidas para os frigoríficos de outros estados do país. Em meados da década de 1920 já existiam comerciantes intermediários, membros das famílias ou aqueles que posteriormente se tornaram fundadores das agroindústrias mencionadas. Foi reconhecida e reclamada pelos frigoríficos gaúchos, a saída de grande quantidade de animais para Santa Catarina e até da quantidade de banha que seguia,

através da ferrovia, para outras regiões do país. Houve tentativa de inibir esse comércio, através do aumento de impostos sobre a venda de suínos.

Quanto à Cooperativa Regional Sananduva de Carnes e Derivados – Majestade, fundada em 15 de abril de 1935, no então 4º distrito de Lagoa Vermelha, não podemos afirmar que ocorreu o mesmo processo. Essa cooperativa surgiu da união de um grupo de colonos da própria região das matas, do município de Lagoa Vermelha, cujo abate e produção industrial nesse período era muito pequena. Os animais chegavam até o matadouro, em pequenas quantidades, transportados em carroças pelos próprios colonos, uma vez também que nos primeiros anos, a cooperativa recebia apenas a produção de seus sócios. Os tropeiros tinham sua atividade voltada para a condução de animais a distâncias mais longas, para outras regiões limítrofes, inclusive do outro lado do rio Uruguai. Portanto, não estando essa agroindústria efetivamente em direta correlação com o tropeirismo.

Lembramos ainda, que os tropeiros e peões, muitos deles caboclos, negros ou descendentes de italianos, nas histórias registradas dos frigoríficos e agroindústria do ramo, são mencionados raras vezes ou merecem curtos parágrafos, embora tendo esses sujeitos com seu trabalho se constituído num suporte para a projeção econômica dessas empresas que foram aos poucos conquistando novas áreas de atuação e mercados consumidores.

São atores inseridos nas páginas da história da dinâmica econômica, social e cultural da região Nordeste, em especial dos municípios de Barracão, São José do Ouro, Machadinho, Paim Filho, Maximiliano de Almeida, São João da Urtiga, Cacique Doble, Sananduva, Tupanci do Sul e Santo Expedito do Sul no estado do Rio Grande do Sul.

A partir das últimas décadas do século XX aos dias atuais, esses municípios, no contexto das redefinições produtivas e trabalhistas, passaram a fornecer além da matéria-prima, mão-de-obra, às agroindústrias: Perdigão, Sadia e Majestade.

Muitos frigoríficos e matadouros, com menor capacidade competitiva, diante das inovações fecharam suas portas, restando apenas escombros de suas construções; outros foram absorvidos por empresas do ramo que se estabeleceram em novos centros regionais. Assim também a atividade dos tropeiros foi sendo redefinida, pelos motoristas de caminhões que trafegavam diariamente pelas estradas transportando a matéria-prima da região para as agroindústrias frigoríficas que se proliferaram em todo o Sul do País.

Conseguimos, contudo, em nosso estudo, reconstituir importantes acontecimentos relativos ao tropeirismo de porcos, destacando peculiaridades dessa atividade, ressignificando e dando visibilidade ao trabalho desempenhado pelos tropeiros e peões e

reconhecendo a importância do tropeirismo para a projeção das agroindústrias. Reconhecemos ser um tema que não se esgota aqui, abrindo possibilidades para novas investigações, portadoras quem sabe, de fatos e sujeitos que não foram contemplados por nós. A região Nordeste (RS) que representa uma síntese da história étnica do Brasil é um espaço cuja história apresenta um leque de possibilidades investigativas, que podem enriquecer com novas fontes de conhecimento a compreensão da realidade atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, José Antonio de. Capão Bonito dos Pinhais. In: AMARANTE, Zeli Maria (Org.) Raízes de Lagoa Vermelha. Vol. II. Lagoa Vermelha: EST, 1995.
- AMARANTE, Zeli Maria. (Org.) Raízes de Lagoa Vermelha. Porto Alegre, Vol II, EST, 1996.
- AZEVEDO, Thales de. Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no RS. Porto Alegre: A Nação/ Instituto Estadual do Livro, 1975.
- BARBOSA, Fidélis Dalcin. A Diocese de Vacaria. Caxias do Sul, EDUCS/ EST, 1984.
- BARBOSA, Fidélis Dalcin. Lagoa Vermelha e sua história. Lagoa Vermelha: IMPLA, 1974.
- BARBOSA, Fidélis Dalcin. Nova história de Lagoa Vermelha. Porto Alegre: EST, 1981.
- BARBOSA, Fidélis Dalcin. Vacaria dos Pinhais. Porto Alegre/Caxias do Sul: EST/UCS, 1978.
- BATISTEL, Arlindo Itacir. Colônia Italiana: religião e costumes. Porto alegre. EST, 1981.
- BERNARDI, Claudir José; BARROSO, Vera Lúcia Maciel. (Org.) Raízes de Sananduva. Porto Alegre: EST, 2004.
- BLOEMER, Neusa M. Sens. Brava Gente Brasileira: migrantes italianos e caboclos nos Campos de Lages. 1ª ed. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.
- BRANCO, Pércio de Moraes. A região e Lagoa Vermelha: aspectos históricos. Porto Alegre: EST, 2002.
- BRANCO, Pércio de Moraes. Lagoa Vermelha e municípios vizinhos: aspectos naturais, história, genealogia, memórias. Porto Alegre: EST, 1993.

BRUM, Argemiro Jacob. Modernização da agricultura no planalto gaúcho. Ijuí, FIDENE, 1983.

BRUM, Argemiro Jacob. Rio Grande do Sul: crise e perspectivas. Ijuí: UNIJUI, 1988.

CAPELARI, Edite. Terezinha Vicenzi; ZOTTI, Clenes Schenkel. Resgatando a História de Tupanci do Sul. Caxias do Sul: Maneco Livraria & Editora, 1998.

CARBONI, Florence; MAESTRI, Mario. (Org.) Raízes italianas do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2000.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. (Trad.) Maria Manuela Galhardo, Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990.

DACANAL, José Hildebrando. RS: Economia e Política . 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

DAL MORO, Benigno. Minha história na trama histórica de Sananduva. In: BERNARDI, Claudir José; BARROSO, Vera Lúcia Maciel. (Org.) Raízes de Sananduva. Porto Alegre: EST, 2004.

DAL MORO, Selina M. De Escola Paroquial à Escola Pública: o significado da escola no desenvolvimento de Sananduva/RS. 1985, (Dissertação de Mestrado) Rio de Janeiro: FGV, 1985.

FELIX, Loiva Otero. História e memória: a problemática da pesquisa. Passo Fundo: UPF, 1998.

FERREIRA, Mariluci Melo. Tramas do poder: a política no Rio Grande do Sul (século XIX). Passo Fundo: UPF, 2003.

FLORES, Moacyr. Tropeirismo no Brasil. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1998.

FONSECA, Pedro Ari Veríssimo da. Tropeiros de Mula: a ocupação do espaço, a dilatação das fronteiras. Passo Fundo: Gráfica Editora Berthier, 2004.

FONTANA, Atílio. História da minha vida. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: CEN, 1979.

GEERTZ, CLIFOR. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GELAIN, Américo Claudino. São José do Ouro: história da cidade e suas instituições. Porto Alegre: EST, 1979.

GELAIN, Américo Claudino. São José do Ouro - Evolução Histórica. São José do Ouro. Ed. Araucária, 1996.

GIACOMEL, Fortunato; POLESSO, Hermenegildo; CHERUBIN, Humberto. Pioneiros às margens do Uruguai. Porto Alegre EST, 1975.

GIRON, Loraine Slomp. Imigrantes italianos no RS: fatores determinantes. In: DACANAL, José Hildebrando.(ORG.) RS: imigração e colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

GOLIN, Tau. A Fronteira. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GOULART, José Alípio. Tropas e tropeirismo na formação do Brasil. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

HEINSFELD, Adelar. A questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da colonização alemã no Baixo Vale do Rio do Peixe - SC. Joaçaba: UNOESC, 1996.

LOCATELLI, Pedro. Paróquia de Paim Filho. Porto Alegre: EST, 1997.

MAESTRI, Mário. Deus é grande, o mato é maior! História, trabalho e resistência dos trabalhadores escravizados no RS. Passo Fundo: UPF, 2002.

MAESTRI, Mario. Rio Grande do Sul e a imigração italiana em fins do século XIX. In: CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. (Org.) Raízes italianas do Rio Grande do Sul, 1875 – 1997. Passo Fundo: UPF, 2000.

MANFROI, Olívio. A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais. Porto Alegre: Grafosul, 1975.

MARCON, Telmo. Memória e Cultura: Modos de Vida dos Caboclos do Goio-En (SC). 1999. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

MARQUES, Alvarino da Fontoura. Episódios do ciclo do charque. Porto Alegre, EDIGAL, 1987.

MARTINS, J. S. A Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo. Hucitec, 1997.

MELLO, José Carlos. Transportes e Desenvolvimento Econômico. Brasília: EBTU, 1984.

MOLON, Floriano. Carreteiros: de Flores da Cunha e da região. Flores da Cunha. 2002.

MORAES, Demétrio Dias. Brasil Grande e História de Lagoa Vermelha. Lagoa Vermelha: Ed. Planalto, 1977.

MÜLLER, Carlos Alves. A História Econômica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Grande Sul, 1998.

NEPOMUCENO, Davino Valdir Rodrigues. História de Lagoa Vermelha até o início do 3º milênio. Porto Alegre: EST, 2003.

NESELLO, Orestes. Marcelino Ramos: rastros de sua história. In. AMARANTE, Zeli Maria (org.) Raízes de Lagoa Vermelha. Porto Alegre, Vol. II, EST, 1996.

OLIVEIRA, Ancelmo Pereira de. O discurso da exclusão na escola. Joaçaba: UNOESC, 2002.

OLIVEIRA, Ubiratan Alves de; LIMA, Ervino José de. Um pouco da história de nossa querida terra: Machadinho. Lagoa Vermelha: IMPLA, 1978.

PERIN, Suzana da Silva. O tropeirismo e o surgimento de Barracão/RS. 2001, (Monografia), Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, Santa Catarina, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História do Rio Grande do Sul: 2.ed. revista e ampliada. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. República nova gaúcha: charqueadas, frigoríficos e criadores. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1980.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. RS: a economia & o poder nos anos 30. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. RS: agropecuária colonial & industrialização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

POLI, Jaci. Caboclo: Pioneirismo ou Marginalização. Chapecó: UNOESC, 1995.

PRADO JUNIOR, Caio. 1907-1990 - História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RADIN, José Carlos. Italianos e Ítalo-brasileiros na Colonização do Oeste Catarinense. Joaçaba: Edições UNOESC, 1997.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História Regional: dimensões teórico-conceituais. In: História: Debates e Tendências. Passo fundo, UPF, v. 1, 1999.

RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Júlio; POZENATO, José Clemente. (Org.) Caminhos e Passos: aspectos históricos e culturais da área da usina hidrelétrica Machadinho. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

ROCHA, Prudêncio. A História de Cruz Alta. Cruz alta: Gráfica Mercúrio Ltda, 1980.

ROCHE, Jean. A colonização alemã no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1969.

RODRIGUES, Elusa Maria Silveira et al. (Org.) Bom Jesus e o Tropeirismo no Cone Sul. Porto Alegre: EST, 2000.

SANTOS, Lucila Maria Sgarbi; BARROSO, Vera Lucia Maciel. (Org.) Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul. Porto Alegre: EST, 2004.

SANTOS, Lucila Maria Sgarbi; VIANNA, Maria Leda Costa; BARROSO, Vera Lúcia Maciel. (Org.) Bom Jesus e o Tropeirismo no Brasil Meridional. Porto Alegre: EST, 1995.

SILVA, Nery Luiz Auler da. No Norte do Planalto, a Ocupação do Território e as Primeiras Fazendas. In: SANTOS, Lucila Maria Sgarbi; BARROSO, Vera Lucia Maciel. (Org.) Bom Jesus na Rota do Tropeirismo no Cone Sul. Porto Alegre: EST, 2004.

STANGUERLIN, Neli Maria Luchese. Cacique Doble: Caminhada Histórica. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.

SULIANI, Antonio. (Org.) Etnias & Carisma: poliantéia em homenagem a Rovílio Costa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

TASSARA, Helena; SCAPIN, Alzira. Perdigão uma trajetória para o futuro. São Paulo, Empresa das Artes, 1996.

TEDESCO, João Carlos et al. Agroindústrias, frigoríficos e cooperativismo: evoluções e contradições nas lógicas de desenvolvimento de Passo Fundo. Porto Alegre: EST, 2005.

TEDESCO, João Carlos. Colonos, carreteiros e comerciantes: a região do Alto Taquari no início do século XX. Porto Alegre: EST, 2000.

TEDESCO, João Carlos. Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960) – Passo Fundo: UPF, 2002.

TRINDADE, Joelson Bitran. Tropeiros. São Paulo: Ed. Publicações Comunicações Ltda, 1992.

VALENTINI, Delmir José. Tropeirismo regional - o singular tropeiro de suínos pelos caminhos históricos de Curitibanos, In: SANTOS, Lucila Maria Sgarbi; BARROSO, Vera Lucia Maciel. (Org.) Bom Jesus na rota do Tropeirismo no Cone Sul. Porto Alegre: EST, 2004.

ZARTH, Paulo. História do Planalto gaúcho – 1850-1920. Ijuí: Unijuí, 1997.

ENTREVISTADOS

Artemino Alves dos Santos – 85 anos. Barracão - RS Foi tropeiro, agricultor, trabalhou nas serrarias. Aposentado. Entrevista realizada dia 21/11/2004.

Carlos da Silva Dutra – 83 anos. São José do Ouro - RS. Foi pecuarista e barbeiro. Aposentado. Entrevista realizada dia 22/03/2005.

Domingos Morelo – 90 anos. São José do Ouro - RS. Foi carreteiro e motorista de caminhão, trabalhou nas serrarias. Aposentado. Entrevista realizada dia 25/10/2005.

Gioneto Menegat – 80 anos. São José do Ouro - RS. Funcionário da Majestade. Aposentado. Entrevista realizada dia 17/10/2005.

João Antonio de Souza – 97 anos. São José do Ouro - RS. Foi tropeiro e agricultor. Aposentado. Entrevista realizada dia 03/06/2004.

Joaquim Pereira Ramos – 87 anos. São José do Ouro – RS. Foi tropeiro, agricultor, trabalhou em serrarias. Aposentado. Entrevista realizada dia 05/06/2004.

José Luiz de Barros – 102 anos. São José do Ouro - RS – Foi tropeiro e agricultor. Faleceu em São José do Ouro no dia 11/01/2006. Entrevista realizada dia 03/06/2004.

Nelson Bérghamo - 77 anos - Foi tropeiro, pecuarista, proprietário de serraria. Faleceu em São José do Ouro no dia 13/04/05. Entrevista realizada dia 19/05/2004.

SITES

<http://www.memorialattiliofontana.com.br/história>.

<http://www.perdigão.com.br/site>.

<http://www.sadia.com.br>

<http://www.persanet.com.br/html/saude.htm>

JORNAIS

Jornal Republicano: A Pátria. Ano IV, nº. 257. Soledade. 08.12.1928. (AHR),
Passo Fundo, RS.